

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA  
DO RIO DE JANEIRO



**Israel Thiago Trota**

**Raízes históricas e atual missão do capelão naval**  
**Um estudo teológico-pastoral em perspectiva protestante**

**Dissertação de Mestrado**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Teologia do Departamento de Teologia da PUC-Rio.

Orientador: Prof. Abimar Oliveira de Moraes

Rio de Janeiro  
Agosto de 2020



**Israel Thiago Trota**

**Raízes históricas e atual missão do capelão naval  
Um estudo teológico-pastoral em perspectiva protestante**

Dissertação apresentada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre pelo Programa de Pós-graduação em Teologia da PUC-Rio. Aprovada pela Comissão Examinadora abaixo.

**Prof. Abimar Oliveira de Moraes**

Orientador

Departamento de Teologia – PUC-Rio

**Prof. Luiz Fernando Ribeiro Santana**

Departamento de Teologia – PUC-Rio

**Prof. Osiel Lourenço de Carvalho**

Departamento de História da Universidade Federal do Paraná

Rio de Janeiro, 12 agosto de 2020.

Todos os direitos reservados. É proibida a reprodução total ou parcial do trabalho sem a autorização da universidade, do autor e do orientador.

## Israel Thiago Trota

Graduado em Teologia pela FACETEN e licenciado em Filosofia pela FAVIX. Pós-graduado em Docência do Ensino Superior pela Faculdade Mário Schenberg (2014) e pós-graduado em Teologia pela Universidade Estácio de Sá (2018). É Oficial Capelão da Marinha do Brasil. Atua como pesquisador na área da teologia pastoral, no enfoque da capelania militar.

### Ficha Catalográfica

Trota, Israel Thiago

Raízes históricas e atual missão do capelão naval: um estudo teológico-pastoral em perspectiva protestante / Israel Thiago Trota; orientador: Abimar Oliveira de Moraes. – 2020.

160 f.; 30 cm

Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Teologia, 2020.

Inclui bibliografia

1. Teologia - Teses. 2. Capelão naval protestante. 3. Serviço de Assistência Religiosa da Marinha do Brasil. 4. Navio. 5. Capelania. 6. Teologia pastoral. I. Moraes, Abimar Oliveira de. II. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Departamento de Teologia. III. Título.

CDD: 200

## Agradecimentos

Ao nosso Deus em primeiro lugar, por me conduzir à realização desse grande sonho, cercado-me com sua fidelidade e amor incondicional.

Ao meu orientador Professor Abimar Oliveira de Moraes, que desde o início acreditou nesta pesquisa. Obrigado por, além de me acompanhar nos desafios da orientação, ter também me motivado no início desta jornada, fornecendo-me a segurança e apoio necessários para prosseguir.

Ao CNPq e à PUC-Rio, pelos imprescindíveis auxílios concedidos no afã de que esta pesquisa se tornasse uma realidade.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - código de Financiamento 001.

Aos meus colegas da PUC-Rio e aos professores e funcionários do Departamento de Teologia, pelos ensinamentos e pela ajuda.

Aos professores que participaram da Comissão examinadora.

Aos meus pais, Eduardo Carlos Trota e Maria do Socorro Queiroz Soares, por terem sido sempre um exemplo de humildade, serviço e amor a Deus. Amo-os e os amarei sempre! A todos os meus familiares, irmãs, cunhados, sobrinhos e sobrinhas.

Ao Excelentíssimo Contra-Almirante Paulo Ferreira, que foi o meu Chefe de Estado-Maior da Esquadra entre 2019/2020, concedendo-me a autorização para cursar o Mestrado.

Ao Capelão-Chefe da Marinha Capitão-de-Mar-e-Guerra Frei Odécio, por sua amizade e apoio, assim como ao Capelão Encarregado do Serviço de Assistência Religiosa da Esquadra, Capitão de Corveta padre Ribeiro, companheiro durante o tempo que cursei o mestrado servindo no Comando-em-Chefe da Esquadra.

Ao comandante do Navio Ary Rongel, Capitão-de-Mar-e-Guerra Villas; ao Imediato do navio, Capitão de Corveta Douglas Luiz e a toda a tripulação do “Gigante Vermelho”, embarcação em que atualmente – durante a defesa da dissertação – estou servindo, em fase preparativa para uma comissão rumo à Antártica.

À minha amada esposa Aline Rocha Trota, pelo seu amor e companheirismo. Você esteve sempre ao meu lado durante essa caminhada. Sou grato a Deus por compartilhar cada conquista contigo.

## Resumo

Trota, Israel Thiago. Moraes, Abimar Oliveira de. **Raízes históricas e atual missão do capelão naval. Um estudo teológico-pastoral em perspectiva protestante.** Rio de Janeiro, 2020. 160p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

A dissertação analisa o contexto histórico que marca a origem da função de capelão de navio no mundo; também procura refletir como esta tradição tornou-se comum nos navios brasileiros. Ao refletir sobre o nascedouro do capelão naval, a pesquisa analisa o perfil dos primeiros capelães navais e os desafios que envolveram os primórdios da assistência religiosa em uma embarcação. Por meio de pesquisa bibliográfica, mapeia a presença do capelão naval na historiografia brasileira e de sua Marinha, abarcando o desenvolvimento histórico desta função nas fases da Colônia, Império e República, e da Marinha durante a Armada Real Portuguesa, na criação da Armada Imperial e Nacional, bem como na fase atual da Marinha do Brasil. Embora grande parte da pesquisa se suceda no campo da História, a motivação por trás da interpretação dos eventos é teológica e pastoral, promovendo uma interpretação protestante sobre a missão de um capelão naval na atualidade. A pesquisa reflete sobre a identidade do capelão naval, sua missão, seus desafios pastorais, os saberes que deve possuir e as atribuições deste ministério, revelando a necessidade de o capelão naval corresponder às exigências da instituição que representa, tendo a maturidade para pastorear um grupo heterogêneo e heterodoxo, dialogando com o ecumenismo e a inter-religiosidade, sem descaracterizar-se de sua confessionalidade. Impulsionado pelo desígnio de cumprir sua tríplice missão – assistência religiosa, assistência espiritual e apoio as atividades de educação moral – o capelão naval também é impelido teologicamente pela motivação cristã de servir as pessoas, testemunhando o evangelho de Cristo.

## Palavras-chave

Capelão Naval Protestante; Serviço de Assistência Religiosa da Marinha do Brasil; navio; capelania; teologia pastoral; história do capelão naval.

## Abstract

Trota, Israel Thiago. Moraes, Abimar Oliveira de (Advisor). **Historic roots and current mission of the Naval Chaplain. A pastoral-theological study in a Protestant perspective.** Rio de Janeiro, 2020. 160p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Teologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

This dissertation analyzes the historical context that sets the origin of the function of ship chaplains in the world; it also tries to reflect on how this tradition became common in Brazilian ships. Upon reflecting on the nascency of the naval chaplain, the research analyzes the profile of the first naval chaplains and the challenges involving the beginnings of religious assistance aboard a vessel. Through bibliographical research, the thesis maps the presence of the naval chaplain in Brazilian historiography and Navy, encompassing the historical development on the Colony, Empire and Republic phases, and the Navy during the Portuguese Royal Armada, in the creation of the Imperial and National Armada, as well as the current phase of the Brazilian Navy. Although a majority of the research takes place in the field of History, the motivation behind the interpretation of the events is theological and pastoral, enabling a Protestant interpretation about the mission of a naval chaplain nowadays. The research reflects on the identity of the naval chaplain, his mission and pastoral challenges, the knowledges he must have and attributions of the ministry, revealing the need for the naval chaplain to correspond to the demands of the institution he represents, having the maturity to shepherd a heterogeneous and heterodox group, whilst dialoguing with ecumenism and inter-religiosity, not losing the characteristics of his confessionality. Driven by the design of fulfilling his triple constitutional mission – religious assistance, spiritual assistance, and support on moral education activities – the naval chaplain is also theologically impelled by the Christian motivation of serving people, witnessing Christ's Gospel.

## Keywords

Protestant Naval Chaplain; Religious Assistance Service of the Brazilian Navy; ship; chaplaincy; pastoral theology; history of the naval chaplain.

## Sumário

1	Introdução	9
2	A origem da Capelania Naval	16
2.1	A tradição portuguesa	16
2.1.1	Os primeiros capelães navais portugueses	21
2.1.2	Padres sem-emprego e majoritariamente seculares	22
2.1.3	Capelães navais temporários: o problema da vocação	24
2.1.4	A dificuldade de se conseguir capelães de navios	26
2.2	Os “homens de Deus” entre os “homens do mar”: tensões e adaptações	29
2.3	A capela flutuante: ações religiosas a bordo	36
2.3.1	Atos fúnebres a bordo	38
2.3.2	O trabalho do capelão na manutenção do ambiente de bordo	39
2.3.3	Imposição e a transposição da fé no início da capelania naval	42
2.4	A gênese da capelania naval realizada por protestantes no Brasil	43
2.5	Conclusões	45
3	O capelão naval na historiografia do Brasil	48
3.1	O capelão naval na descoberta do Brasil pelos portugueses e no Período Colonial	49
3.1.1	O capelão naval nas primeiras expedições portuguesas	51
3.1.2	O apoio religioso na primeira batalha naval no Brasil	53
3.1.3	O capelão naval nos navios de guerra da Colônia	54
3.1.4	A obrigatoriedade da comprovação do embarque de um capelão para o navio suspender do porto	55
3.1.5	A expansão da atuação do capelão dos navios para a terra	57
3.1.6	O relaxamento dos capelães navais em suas funções religiosas	60
3.1.7	O capelão naval na transferência da Corte portuguesa para o Brasil	61
3.2	O capelão naval no Império: Armada Nacional e Imperial	62
3.2.1	O capelão naval na formação de uma esquadra brasileira	64
3.2.2	A defasagem do serviço religioso na Armada Imperial e Nacional em comparação ao recém-criado Exército Colonial	67
3.2.3	A atuação do capelão naval na Guerra do Paraguai	70
3.3	O capelão naval na República	75
3.3.1	De “fundamentais” a “descartáveis”: a remoção do serviço religioso nas Forças Armadas	76
3.3.2	De “removidos” a “imprescindíveis”: o cenário da guerra e o retorno do capelão militar brasileiro	80
3.3.3	Capelão naval na FEB? Assistência religiosa na viagem à Itália	83
3.4	A criação do Serviço de Assistência Religiosa da Marinha (SARM)	86

3.5 Conclusões	90
4 A missão do capelão naval	92
4.1 Análise poimênica	95
4.1.1 A coisificação do militar e a necessidade do cuidado pastoral	95
4.1.2 Uma capelania que valoriza o sujeito e promove o encontro com Deus	99
4.1.3 A ação poimênica do capelão na apresentação do Deus-Pai	101
4.2 O ser capelão naval	103
4.2.1 O processo de militarização	104
4.2.2 A consciência das múltiplas vocações	105
4.2.3 O fundamento espiritual na busca pelo equilíbrio entre sacerdócio, militarismo e capelania	108
4.3 O saber do capelão naval	109
4.3.1 Saber se relacionar	110
4.3.2 Saber influenciar	112
4.3.3 Saber ouvir e respeitar	115
4.3.4 Saber orientar e assessorar	119
4.3.5 Saber motivar e confortar	123
4.4 O saber fazer	127
4.4.1 Atividades institucionais	128
4.4.2 Assistência espiritual e religiosa	129
4.4.3 Assistência aos doentes	130
4.4.4 Assistência na comunicação do óbito	132
4.4.5 Assistência fúnebre	133
4.4.6 Assistência aos custodiados	134
4.4.7 Apoio às atividades de educação moral	135
4.4.8 Capelania embarcada	136
4.5 Conclusões	139
5 Conclusão	141
6 Referências bibliográficas	150



# 1

## Introdução

Você já ouviu falar sobre o ministério pastoral de um capelão naval? O que ele faz? Qual a sua missão? Este assunto durante muito tempo foi completamente desconhecido na vida deste pesquisador, até que, ao prestar concurso público federal para o cargo de capelão da Marinha, em 2015, na vaga destinada para pastor, ao ser aprovado, teve seu ingresso na vida militar em 2016. Desde então, ao abraçar essa atividade como missão de sua própria vida, a capelania naval tornou-se um tema extremamente relevante em seu ministério pastoral.

A presente pesquisa teve seu partejamento no berço da atividade pastoral, enquanto este autor servia em sua primeira Organização Militar – o Comando-em-Chefe da Esquadra (ComemCh) – entre os anos de 2016 e 2020. Esta Organização Militar representa a razão de ser da Marinha do Brasil, sendo responsável pelo planejamento das operações navais. Atuando como capelão na esquadra brasileira, este autor percebeu a importância do apoio religioso e espiritual aos militares embarcados nos navios, bem como do trabalho de assistência religiosa desenvolvido pelo Quadro de Capelães Navais da Marinha do Brasil.

Nesse período, foi sua responsabilidade prover assistência religiosa aos militares embarcados nos navios de guerra da Marinha. Fazia parte de sua lida diária visitar os navios, conversar com os militares, ouvi-los, aconselhá-los e atendê-los religiosamente. Na consecução desse propósito, esteve destacado em vários navios de guerra, servindo como capelão em missões específicas. Prestou assistência religiosa à tripulação do Navio de Desembarque de Carros de Combate (NDCC) “Almirante Saboia” em missão de reabastecimento ao Posto Oceanográfico da Ilha da Trindade (POIT). Participou da comissão “Sinal Vermelho” a bordo do Navio Doca Multipropósito Bahia (NDM Bahia), operação que testou as condições de emprego imediato dos meios navais a fim de verificar a eficiência e eficácia da Força de Emprego Rápido (FER), bem como a capacidade das operações anfíbias da Marinha. Composta de uma simulação, essa operação tinha como missão o resgate e evacuação de 93 pessoas entre adultos e crianças, homens e mulheres, nacionais e estrangeiros.

Também participou da comissão Atlasur, como capelão embarcado na Corveta Barroso. Esta missão é constituída de uma operação realizada pelas

Marinhas da Argentina, África do Sul, Brasil e Uruguai, com o objetivo de consolidar a presença dos participantes no Atlântico Sul. Também esteve com o navio em Maputo, Moçambique, em uma visita diplomática para atender compromissos da política externa brasileira e, por fim, participou, ainda, como tripulante na Corveta Barroso, da operação Ibsamar, composta de exercícios de marinharia envolvendo as Marinhas da Índia, África do Sul e Brasil. A base de atracação dos navios nas comissões Atlasur e Ibsamar foi o porto de Simon's Town, na África do Sul. Estas missões a bordo da Corveta Barroso provocaram o seu distanciamento do Brasil por um período de quase três meses.

Atualmente, este pesquisador está servindo como capelão no Navio de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel”, em fase de preparação para a viagem de apoio à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), viagem que se desenvolverá entre os meses de outubro de 2020 a abril de 2021, razão esta que provocou a antecipação da defesa desta dissertação de março de 2021 para agosto de 2020. Nesta missão denominada Operantar, os militares ficarão seis meses afastados de sua terra natal, na Antártica, e assim cairá sobre este autor a responsabilidade da assistência religiosa e espiritual para a tripulação.

Dentro do ambiente de operações, a bordo de um navio, este autor contemplou a escala de serviço extenuante dos marinheiros, a carência provocada pelo afastamento da família e todos os outros desafios experimentados pelos homens do mar durante as missões. Foi percebido, na prática, o quanto o trabalho do capelão naval é fundamental para a Marinha do Brasil. Seu valor tem peso histórico. Porém, pouca gente tem acesso a esse conhecimento, inclusive os próprios marinheiros, até porque há escassez de pesquisa sobre este assunto.

Os próprios candidatos ao cargo de capelão naval – mediante o processo seletivo de um concurso público federal – desconhecem as especificidades e responsabilidades deste ministério. No material bibliográfico do edital do concurso não há nenhum material exclusivo sobre a história ou a ação pastoral do capelão naval, não há pesquisa sobre o assunto na historiografia brasileira ou na literatura marinha. Entre as teses e dissertações da PUC-Rio, o tema ainda não foi pesquisado. Teses e dissertações sobre o capelão militar existem, contudo, feitas a partir de um olhar genérico, sob a perspectiva principalmente de capelães do Exército. Salienta-se que esses trabalhos foram muito úteis nesta pesquisa, principalmente na compreensão do pano de fundo histórico de determinadas épocas.

O autor desta dissertação, ao entrar para servir à Marinha, buscou fundamentação teórica para melhor cumprir sua missão, e logo percebeu a falta de produção científica sobre o assunto. Foi a partir desta constatação e da necessidade de refletir sistemática e teologicamente a missão pastoral do capelão naval que a atual temática foi transportada da vida deste autor para a academia. Do ponto de vista acadêmico, este trabalho torna-se relevante porque propõe examinar um assunto que ainda não foi explorado pela universidade, o que conseqüentemente gerou um grande desafio para esta investigação, uma vez que era preciso averiguar as informações sob uma ótica consideravelmente original.

É patente que a experiência pessoal do autor atuando como capelão naval serviu para atenuar o medo do novo, uma vez que o assunto abordado não era tão novo assim, pelo menos na prática; embora permanecesse inédito no que diz respeito à pesquisa científica. Essa lacuna, em vez de travar, serviu para motivar ainda mais esta dissertação. Logicamente, no princípio, existia a preocupação de se percorrer um caminho ainda não explorado pela academia. Nesse processo, o apoio do professor Abimar Oliveira de Moraes foi de grande valia, visto que forneceu ao autor a confiança para prosseguir na pesquisa do tema. Além do mais, a partir desta iniciativa, reconhece-se que outros trabalhos poderão ser construídos, contribuindo para fomentar a reflexão acadêmica sobre o assunto em apreço. Este, aliás, é um dos objetivos desta pesquisa. Considerando que o ineditismo não é um elemento obrigatório em uma pesquisa de dissertação, esta pesquisa não tem a pretensão de cumprir rigorosamente as exigências de um estudo inédito.

Torna-se importante enfatizar que a relevância deste trabalho também está na proposta de pesquisar analiticamente um ministério pastoral que se fez presente em toda a historiografia brasileira, contribuindo para lançar as bases da assistência religiosa no Brasil e de todas as outras modalidades de capelania. Do ponto de vista da história do cristianismo, esta pesquisa também tem muito a contribuir, uma vez que os capelães navais foram os primeiros missionários a evangelizar em solo pátrio brasileiro. No objetivo de contribuir com a pesquisa científica dando verticalidade ao tema, a primeira proposta desta dissertação está em elaborar uma “fotografia” da imagem do capelão naval em sua origem, além de refletir, principalmente, sua atual missão pastoral. A hipótese principal deste trabalho explora a relação entre raízes históricas e a missão atual da capelania naval,

compreendendo que não se pode propor uma reflexão profunda sobre a teologia pastoral do capelão naval sem perscrutar a história e o desenvolvimento do ofício. Para se refletir sobre um assunto novo no ponto de vista da teologia pastoral, é preciso levantar primeiro as bases históricas do que se pretende saber. A tradição histórica do capelão naval pode contribuir para lançar luz sobre sua atual missão?

Em diversos momentos da pesquisa, a expressão “capelão naval” é apresentada de modo geral, a fim de resguardar as manifestações pastorais convergentes entre padres e pastores, todavia, é importante destacar que este pesquisador está consciente de que as indicações aqui apresentadas se tratam de um olhar a partir da perspectiva protestante, conforme está evidente no título desta pesquisa. Optou-se pela nomenclatura “protestante” no lugar de “evangélico” em deferência ao catolicismo. Apesar do termo “protestante” ser mais técnico/histórico e menos popular/atual do que o termo “evangélico” no Brasil, este autor compreendeu que o termo evangélico não seria o mais propício, visto que tanto o catolicismo quanto o protestantismo se fundamentam no evangelho, embora apresentem interpretações diferentes de certos temas teológicos. O uso do termo “protestante” encaixou melhor na proposta desta pesquisa que tem como prerrogativa básica a diplomacia com as outras tradições religiosas.

Para realizar a pesquisa, algumas perguntas iniciais foram levantadas. Quando surgiu a prática da capelania naval no mundo? Qual era seu propósito primário? Quais eram as ações religiosas desenvolvidas pelos capelães nas embarcações? Qual era o perfil dos primeiros capelães? Quando a capelania naval surgiu no Brasil? Em que situações da historiografia brasileira os capelães se fizeram presentes? Como atuaram? Considerando que a capelania naval brasileira se desenvolveu sob a matriz religiosa do catolicismo, quando surgiu a figura do capelão militar protestante? Quando foi admitido no Quadro de Capelães da Marinha do Brasil o primeiro capelão protestante? Do ponto de vista da teologia pastoral, por que é importante pesquisar sobre a capelania naval?

Segundo Aristóteles, a introdução pode ser definida como aquilo que não pede nada antes, mas com certeza exige algo depois. Consciente dessa máxima, torna-se oportuno explicar que, na tentativa de responder tais questionamentos, foi necessário revisitar a história do capelão naval, alternativa que se mostrou viável, já que não havia material acadêmico refletindo sobre a sua atividade pastoral. Este procedimento delineou a estrutura da dissertação gerando a hipótese de que o

conhecimento de algumas notas históricas contribui para a compreensão da atual missão do capelão naval. Doravante, justifica-se a escolha do tema, pois o uso do vocábulo “raízes” é intencional e cabível, já que serve para indicar que os frutos atuais só são possíveis porque existem antecedentes históricos que o fundamentam.

Este trabalho não pretende fazer história pela história, mas sim apresentar um olhar teológico-pastoral sobre os fatos investigados. A chave para compreensão do assunto está na reflexão de que, para compreender o presente, em certos momentos, torna-se necessário revisitar o passado. Em razão disto, os capítulos dois e três apresentam uma perspectiva descritiva do tema. Enquanto o capítulo dois trabalha sobre a origem deste ministério, fazendo uma análise do trajeto de “Portugal para o Brasil”, o capítulo três examina a presença do capelão naval na historiografia brasileira, vindo a refletir também sobre a inserção do capelão naval protestante.

Grande parte dos conteúdos abordados nos capítulos dedicados à história diz respeito à capelania naval católica. Portanto, foi preciso se debruçar sobre um material que é qualitativamente proposto e desenvolvido pelos padres e, ao mesmo tempo, pensar o tema em uma perspectiva protestante, o que não impede este pesquisador de refletir o assunto a partir do seu lugar de fala. Propositamente, o capítulo dois termina refletindo sobre a gênese da capelania naval protestante no Brasil; de modo semelhante, o capítulo três termina apresentando uma realidade de assistência religiosa militar inclusiva, envolvendo o capelão naval protestante. Portanto, os dois capítulos descritivos convergem, ao final, para uma perspectiva protestante da capelania naval.

Reconhece-se que há muitos pontos de convergência entre as atividades de um capelão naval católico e um protestante, em diversos momentos, esta pesquisa defende a importância do diálogo constante e até de uma unidade de propósito na consecução do serviço de capelania naval entre padres e pastores. Todavia, há diferenças constituintes em capelanias de matrizes religiosas distintas, deste modo tornou-se mais coerente refletir a capelania naval a partir de uma perspectiva protestante. Uma das delimitações desta pesquisa é pensar a missão do capelão naval sem levar em consideração o que é específico da capelania naval católica, com isto, pretende-se assumir ideais mais honestos e condizentes com a realidade daquele que pesquisa.

Vale destacar que a apresentação das diferenças entre a capelania naval protestante e a católica também não foi uma proposta desta pesquisa. As diferenças foram reconhecidas, mas não foram exploradas, nem maximizadas, pelo contrário, foram minimizadas, buscando principalmente aquilo que era elementar no serviço. Esta pesquisa também não teve a intenção de debater sobre os critérios adotados pela Marinha na disposição das vagas para o concurso de capelão naval. As informações apresentadas sobre esta questão são meramente descritivas.

Estas indicações introdutórias são importantes para compreender a estrutura desta dissertação. Intencionalmente, foi dada na distribuição das partes uma característica ascendente. Sem comprometer um equilíbrio médio, tentou-se gradativamente valorizar o capítulo quatro como o ápice de toda a reflexão, ao tratar do pastoreio do capelão naval na atualidade. As perguntas inicialmente levantadas impulsionaram a pesquisa para uma análise histórica. Com as raízes históricas identificadas, tornou-se mais clarividente uma análise dos frutos atuais da capelania naval. A partir dos elementos construídos nos capítulos dois e três, foi possível levantar novos questionamentos em torno da atividade pastoral do capelão naval na atualidade.

Quem é este líder religioso que desenvolve o seu ministério nas embarcações e organizações militares da Marinha do Brasil? Quais são os desafios enfrentados atualmente pelo capelão naval no exercício de sua ação pastoral? Como se dá o processo de militarização experimentado por ele? Como deve se desenvolver sua poimênica? Como dialogar com o ecumenismo e a inter-religiosidade sem abrir mão da sua confessionalidade? Como buscar ser acessível aos militares com um pastoreio presente e encarnado na vida militar? Qual imagem de Deus se traduz na atividade do capelão? Quais são os saberes que deve cultivar? Quais são as suas atribuições? O que ele faz e como deve fazer? Qual a destinação constitucional do capelão naval na consecução da missão institucional da Marinha do Brasil?

Ao utilizar o termo “capelão naval” esta pesquisa pretende destacar dois tipos de modelos, pois este ministério sofreu uma evolução histórica, principalmente quando se compara passado e atualidade. Por “capelão naval”, no passado, aqui no Brasil, compreendia-se a figura de um **sacerdote** – majoritariamente católico – responsável por prestar assistência religiosa aos

tripulantes de uma embarcação marítima nas expedições militares, mercantis ou de transporte de pessoas. No início dessa atuação, os capelães não possuíam formação militar. Eram sacerdotes missionários que acompanhavam as tripulações em missões específicas com o propósito de atendê-las religiosamente, investidos na função pelo Estado, por meio do Padroado Português.

Na atualidade, por “capelão naval”, aqui no Brasil, compreende-se a figura do **ministro religioso** militarizado, podendo ser padre ou pastor, que presta assistência religiosa à Marinha do Brasil em embarcações no mar e/ou também em Organizações Militares em terra. Enquanto o termo sacerdote remete a uma imagem cultural, o uso do termo “ministro” torna-se mais adequado para o capelão naval, visto que atualmente apresenta-se como alguém que cumpre um ministério, que pode ser de escuta, de respeito à subjetividade, de defesa da instituição, de pregação, de acolhimento, de comunhão, de exemplo moral, de culto, de aconselhamento, de presença amiga, de motivação, entre outras funções. Por causa disso, de forma estratégica, a partir do capítulo quatro é possível perceber o uso mais frequente do termo “ministro religioso”, pois se reconhece que a atividade contemporânea do capelão naval suplantou a dimensão religiosa atrelada exclusivamente ao culto.

Este trabalho tem o objetivo de apresentar o assunto à academia, além de fundamentar historicamente a figura do capelão naval e analisar pastoralmente sua atividade atual. Refletir a diferença e a evolução da ação pastoral do capelão naval também é outro objetivo da pesquisa. Teologicamente, o capelão naval possui um mandato divino que lhe gera responsabilidades diante de Deus e da sociedade; é esta responsabilidade vocacional que será analisada, bem como as obrigações institucionais que assume ao ingressar neste ministério. Para as questões que foram levantadas, tentou-se apresentar respostas não exaustivas. O objetivo era tão somente apresentar uma primeira resposta. Logicamente, as percepções aqui apresentadas poderão ser ampliadas, confrontadas e/ou confirmadas em trabalhos posteriores. As respostas não são definitivas, mas são as indicações que este pesquisador foi capaz de levantar durante o período desta pesquisa<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup> Todos os textos citados estão com sua grafia original preservada, que corresponde às regras ortográficas e gramaticais vigentes à época da redação dos livros e materiais consultados.

## 2 A origem da Capelania Naval

A origem da capelania naval remonta à transição do século XV ao alvorecer do século XVI, corporificada na assistência religiosa prestada a bordo dos navios portugueses durante as grandes viagens oceânicas. O termo “navios” refere-se a qualquer tipo de embarcação marítima usada pelos portugueses no período supracitado, com o intento de explorar os mares em busca de novas rotas de comércio.<sup>2</sup> Os países católicos que protagonizaram o período das Grandes Navegações – Portugal e Espanha<sup>3</sup> – enxergavam a cristianização dos povos nos novos domínios coloniais como uma grande oportunidade e, ao mesmo tempo, uma obrigação cristã. Para este propósito, inseriram os capelães no contexto nauta.

### 2.1 A tradição portuguesa

Na apresentação do livro *Capelas Navais*, o Almirante de Esquadra Julio Soares de Moura Neto afirma que a capelania naval do Brasil tem sua origem na tradição portuguesa.<sup>4</sup> Antes do período das Grandes Navegações não há registro da presença de capelães a bordo de navios. A descoberta do Novo Mundo determina o motivo constituinte do serviço da capelania naval. Segundo Rodrigues:

As Coroas católicas obrigavam o embarque de sacerdotes em navios militares e mercantes: a espanhola, estabelecendo inclusive uma jurisdição para a Marinha, independente dos bispos; a portuguesa, impondo o embarque de capelães até as primeiras décadas do século XIX.<sup>5</sup>

---

<sup>2</sup> Para as navegações oceânicas, os portugueses utilizavam embarcações chamadas de naus, caravelas e galeão. A nau possuía a capacidade para transportar uma tripulação de 200 pessoas. A caravela, embarcação de maior calado que a barca, tinha como principal característica a capacidade de velejar contra o vento fazendo uso de velas latinas. O galeão, navio armado para a guerra, foi uma embarcação muito usada do século XVI ao XVIII.

<sup>3</sup> Assim como na frota cabralina estava o capelão frei Henrique de Coimbra, sabe-se da atuação de outros capelães nas navegações espanholas, em período concomitante, como por exemplo, os capelães franciscanos Juan Pérez e Antônio de Marchena que viajaram com Cristovão Colombo (FERNÁNDEZ-TURÉGANO, C. P., *El Cuerpo de Capellanes de Marina*, p.164).

<sup>4</sup> CAPELAS NAVAIS, p.10

<sup>5</sup> RODRIGUES, J., *Aspectos da religiosidade popular na cultura marítima*, p.135.



A travessia marítima no período da expansão ultramarina, que proporcionava ao europeu o acesso aos novos domínios coloniais, estava eivada de mitos. Souza revela que esses novos territórios eram interpretados pelo olhar “eurocentralizado” como lugares penitentes e purgatorianos, em que as almas recebiam a devida paga pelos seus pecados.<sup>6</sup> Igualmente aterrorizante era o imaginário coletivo sobre o mar, com seus monstros marinhos e leviatãs. Seu enfrentamento era inevitável, considerando que se tratava da única rota capaz de conduzir o europeu ao “Novo Mundo”.

Delumeau, em sua obra *História do Medo no Ocidente*, declara que o mar era o local onde todo medo abundava.<sup>7</sup> Muitos provérbios antigos refletiam esse medo: “louvai o mar, mas conservai-vos na margem”; “mais vale estar na charneca<sup>8</sup> com uma velha carroça do que no mar num navio novo”; “se queres aprender a rezar, vai para o mar”. O oceano, ainda hoje, faz o homem sentir-se pequeno e frágil diante da imensidão de suas águas e da força de suas tormentas. Quiçá seja por esse motivo que entre os portugueses havia o costume de se batizar navios com nomes de santos católicos. Acreditava-se que o nome sacro evocava a proteção divina diante da fantasiosa e assombrosa concepção do mar.<sup>9</sup>

Tanto a tempestade oceânica quanto a representação de um mar imenso que jaz imóvel trazem pavor ao imaginário popular. Um mar calmo, nas palavras de Delumeau “espesso como um pântano pode significar a morte para os marítimos”.<sup>10</sup> O capelão naval, desde o início de seu ofício, atuava no lugar em que o medo era abundante. Por isso, havia uma forte necessidade de ter sempre um capelão a bordo das embarcações portuguesas, o que, além de apaziguar a tripulação, evocava – conforme se cria – a proteção divina, tal como o batismo dos navios com nome de santos católicos.

Entre os espanhóis, encontram-se registros de uma ordem real em 1793 que estabeleceu a obrigatoriedade de cada navio adotar um santo patrono.<sup>11</sup> Para os portugueses, era comum nomear os navios com identificações religiosas. Guimarães afirma que a prática de colocar nomes religiosos nas embarcações era

---

<sup>6</sup> SOUZA, L. M., O Diabo e a Terra de Santa Cruz, p.75.

<sup>7</sup> DELUMEAU, J., História do Medo no Ocidente, p.42.

<sup>8</sup> Charneca é um terreno árido e pedregoso. Andar com uma carroça em um terreno árido e pedregoso causava muito desconforto, ainda assim, de acordo com esse provérbio, era melhor experimentar esse infortúnio do que aventurar-se em um mar com um navio novo e confortável.

<sup>9</sup> RODRIGUES, J., Embarca agora a primeira vez, p.17.

<sup>10</sup> DELUMEAU, J., História do Medo no Ocidente, p.42.

<sup>11</sup> MUÑOZ, M.G., La vida religiosa de los mareantes, p.49.

comum entre todos os povos ao longo de dezoito séculos na história das navegações.<sup>12</sup> Não se tratava de um costume exclusivo dos povos cristãos. Assim, desde a metade do século XVI, diante dos perigos do mar e vicissitudes da natureza, quase todas as embarcações portuguesas ostentavam nomes de santos católicos, na esperança do apadrinhamento divino.<sup>13</sup>

Na dissertação de Mestrado em História Marítima, apresentada em Lisboa, Rocha e Cordeiro apresentam a predominância dos nomes religiosos nos navios envolvidos na Carreira da Índia.<sup>14</sup> Rodrigues também destaca o nome religioso de batismo nas embarcações da rota comercial entre Lisboa e Rio de Janeiro, nos séculos XVIII e XIX.<sup>15</sup> A predominância dos nomes religiosos nas embarcações indica a tradição marinheira de se apegar à fé na tentativa de superar os medos. Em busca de proteção, os marinheiros também transportavam imagens de santos nos navios. Souza informa, por exemplo, que “a expedição de Cabral chegou às novas terras trazendo a imagem de Nossa Senhora da Esperança”.<sup>16</sup>

Além do medo, o marítimo também enfrentava o desconforto da viagem e o risco de morte. Uma viagem nas embarcações dos séculos XV ao XVII era repleta de privações e sofrimentos. Expostos ao relento, os marítimos enfrentavam o frio congelante dos ventos noturnos e o sol abrasador dos trópicos. Se adentrasse os porões, a realidade de incômodo em nada se alteraria, pois ali o calor era constante, além do mau cheiro geralmente oriundo de água podre. O acondicionamento e a conservação dos alimentos eram precários. A água, vital para a sobrevivência, era facilmente contaminada por não possuir uma refrigeração nem um armazenamento adequado. Segundo Abreu et al.:

<sup>12</sup> GUIMARÃES, J. A. G., Nomes femininos dos veleiros da Frota Mercantil, p.318.

<sup>13</sup> GUIMARÃES, J. A. G., Nomes femininos dos veleiros da Frota Mercantil, p.318.

<sup>14</sup> A pesquisa se deu no período compreendido entre 1590 a 1607. Entre os nomes estão: naveta Espírito Santo; caravela Santa Catarina do Porto; caravela Santo António; caravela Santo André, nau N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> das Mercês; nau S. Nicolau; nau S. Simão; nau S. Salvador; nau N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Tocha; nau Santo Afonso; nau S. Sebastião; galeões S. João, Bom Jesus, Santa Cruz, S. Lucas, S. Paulo, S. Filipe, S. Bartolomeu, S. Pedro, N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Luz, Madre de Deus Guadalupe, N<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> do Castelo, S. Martinho, S. Roque, S. Mateus, S. Francisco, S. Tiago Maior, S. Nicolau, Santo Alberto, Nazaré e Conceição, S. Cristóvão entre outros. ROCHA, J. N.; CORDEIRO, M., *Apresto e sucessos das Armadas da Índia*, p.51-54.

<sup>15</sup> Nomes de santos católicos como Nossa Senhora, Jesus e os demais membros da Sagrada Família, como Santa Ana e São José eram ostentados nas embarcações. Navios também recebiam nomes envolvendo atos de devoção e invocações conjugados, como Santíssimo Sacramento, Graça Divina, Corpo Santo e outros. RODRIGUES, J., *Embarca agora a primeira vez*, p.17.

<sup>16</sup> SOUZA, J. B. A., *Virgem Mestiça*, p.79.

O embarque da água era feito em pipas, que nem sempre se encontravam em boas condições de uso e higiene, apresentando-se muitas vezes contaminadas por restos de alimentos. Com o passar dos dias, todas essas condições faziam com que a água logo se tornasse um líquido malcheiroso e intragável, e seu consumo, não raro, era causa de infecções e diarreias. (...) Entre as graves patologias que também afetavam as tripulações da Carreira das Índias, estava o escorbuto, inicialmente denominado mal de Luanda. Seus sintomas verificavam-se cerca de dois meses após as tripulações estarem em alto-mar e era causado pela falta de vitamina C no organismo. Os doentes apresentavam gengivas muito inchadas, que a seguir necrosavam, dificultando a alimentação. O estado de desnutrição agravava a doença, levando-os a óbito em pouco mais de dois meses.<sup>17</sup>

A higiene a bordo era deficiente. A água era insuficiente para a limpeza da tripulação. Há relatos de nautas que passaram dois meses sem se assear.<sup>18</sup> Toda essa situação de desconforto e temor suscitava o imperativo de um sacerdote a bordo, que por meio de ações religiosas procurava mitigar o sofrimento e trazer resignação, esperança e fé em um universo marcado por incertezas.

Há registros de capelães que acompanharam Martim Afonso de Sousa, em 1534, quando navegava para a Índia.<sup>19</sup> Nas embarcações portuguesas envolvidas na Carreira da Índia, no início do século XVI, existia uma norma que falava sobre a necessidade de um médico a bordo, bem como um capelão responsável pelas diversas atividades religiosas.<sup>20</sup> Provavelmente essa norma foi resultado da obrigação imposta pelo papa Alexandre VI de evangelizar novos territórios.<sup>21</sup>

A Igreja Católica interpretou as Grandes Navegações como uma oportunidade singular (quase divina) para expandir a fé cristã encravando seu estandarte em lugares remotos. Porém, a iniciativa para atender essas novas demandas tinha seu custo. Como resultado de interesses múltiplos envolvendo o Estado e a Igreja surge, nesse período, o Padroado Português<sup>22</sup>, um acordo instituído entre a Santa Sé e Portugal, em que o papa atribuía a responsabilidade exclusiva ao Rei de Portugal para organizar e financiar todas as atividades religiosas nos domínios portugueses, o que logicamente incluía as terras ultramarinas. Esse acordo entre o Estado e a Igreja fortaleceu o movimento de

---

<sup>17</sup> ABREU, G. M. et al., *Marinha do Brasil*, p.33.

<sup>18</sup> MIRA CABALLOS, E., *La vida y la muerte a bordo de un navio del siglo XVI*, p. 42.

<sup>19</sup> CASAL, M. A., *Corografia Brasília*, p.223.

<sup>20</sup> LOPES, A.; FRUTUOSO, E., *A vida a bordo nas naus da carreira da Índia*, p.3.

<sup>21</sup> Foi o 214º papa da Igreja Católica tendo vivido de 1 de janeiro de 1431 a 8 de agosto de 1503.

<sup>22</sup> Sua origem está intimamente relacionada ao início da expansão marítima. Foi confirmado pelo papa Leão X em 1514. Permaneceu, apesar de muitas adaptações e alterações, até o século XX. O Padroado teve fim com o Concílio do Vaticano II (1962-1965), que não estimulava esse tipo de organização da Igreja, facultando ao Estado o direito de interferir nos assuntos da Igreja.

cristianização do Novo Mundo, uma vez que os navios foram supridos com o atendimento religioso, financiado e mobilizado pelo Estado.

De acordo com Rocha e Cordeiro:

A presença e actuação clericais nos territórios portugueses do ultramar estenderam-se por todo o período das colonizações. Verificou-se uma forte colaboração entre a Coroa e Igreja de que resultaram diversas concessões por parte da Santa Sé aos reis de Portugal, constituindo-se progressivamente a instituição já referida como Padroado. Esta instituição, numa forma sintética, delegava à Coroa Portuguesa o controle eclesiástico em seus territórios, em contrapartida do financiamento das missões, do sustento dos missionários bem como da construção e manutenção das igrejas e materiais necessários às celebrações. Tais direitos e deveres foram suportados por diversos documentos (bulas, breves, cartas, recomendações papais...) expedidos pelos sucessivos Papas, os quais ao longo do processo expansionista delimitaram e moldaram a referida actividade eclesiástica. Estas actividades compreenderam a catequização dos nativos e o atendimento religioso aos portugueses que iam para estas partes consolidar o processo de colonização.<sup>23</sup>

O navegador francês François Pyrard de Laval escreveu um relato contendo suas experiências de navegação às Índias Orientais, Ilhas de Maldivas e Brasil entre os anos 1601-1611. Nesse relato, apresenta detalhes dos costumes, leis e comércio envolvendo os povos locais. Em sua narrativa, percebem-se informações pertinentes sobre a função do capelão naval, pois, segundo ele, existia institucionalmente a figura de um capelão do navio, “que recebe soldo, e é obrigado a dizer missa todos os domingos e dias santos (...). Tem também obrigação de confessar, pregar, e fazer todas as outras funções e cerimônias eclesiásticas”.<sup>24</sup>

Pyrard de Laval registra que era comum os navios transportarem padres de todas as Ordens, porém, diferentemente do capelão naval que recebia soldo e possuía a obrigação de celebrar cerimônias religiosas, esses religiosos não eram obrigados a isso. Caso desejassem, faziam-no de forma voluntária, sem receberem nenhuma compensação pecuniária por isso.<sup>25</sup> Em outras palavras, o fato de ter um sacerdote no navio não significava que este atuaria como um capelão. O capelão naval era um ministro religioso instituído formalmente para a missão. Ao falar dos navios que saíam de Portugal com destino às Índias, Pyrard de Laval descreve também que nas embarcações havia capelas ornamentadas com belos painéis. Esse

---

<sup>23</sup> ROCHA, J. N.; CORDEIRO, M., *Apresto e sucessos das Armadas da Índia*, p.44-45.

<sup>24</sup> LAVAL, F. P., *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, p.176

<sup>25</sup> LAVAL, F. P., *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, p.176

espaço era frequentemente visitado pela tripulação. Nesse local “sagrado” os marinheiros faziam suas orações.<sup>26</sup>

O capelão do navio era o missionário, o propagador da fé cristã e o provedor da esperança aos heróis marítimos que enfrentavam o mar. Sua atuação não ficava circunscrita unicamente ao propósito de expurgar o medo, era também o defensor da justiça e o componente da tripulação que zelava pela humanização dos marinheiros. A história marítima de Portugal, por meio de documentos de ordem de registro dos tripulantes, expressava uma rígida hierarquia a bordo, em que o capelão ocupava posição de relevância. Rodrigues argumenta:

Quase que invariavelmente, o capitão, representante do poder secular, era o primeiro homem a ser matriculado, seguido do capelão, representante do poder espiritual. Pela ordem, vinham os registros dos demais oficiais e, depois destes, matriculava-se a maioria dos tripulantes: marinheiros, serventes, moços e mancebos, todos eles trabalhadores braçais. Ao final da lista, surgiam os escravos e forros (quando havia homens nessas condições nos navios), muitas vezes sem referência à função a ser cumprida a bordo, como se a condição social e, é claro, a cor, fossem sinônimos do trabalho a ser desempenhado.<sup>27</sup>

### 2.1.1 Os primeiros capelães navais portugueses

Não existia um sistema formativo com a finalidade de preparar o ministro religioso para exercer a função de capelão em um navio. Sua formação era estritamente religiosa e realizada exclusivamente em terra. Acreditava-se que o ministro religioso já estava preparado para exercer a função a bordo. Celebrar a missa, administrar os sacramentos e ouvir as confissões era algo realizado de forma natural pelo sacerdote. Todavia, o “novo ambiente” impunha ao capelão novas condições, dificuldades e desafios, o que naturalmente transformava a experiência ministerial. Vale destacar que o capelão tinha também sob seu enfoque pastoral um novo rebanho, visto que o marinheiro era bem diferente do devoto paroquial.

É bem provável que muitos desses capelães, ao abraçarem o sacerdócio, não cogitassem a possibilidade de cumprir funções eclesiais em navios. Entre as motivações que atraíam as pessoas ao sacerdócio estava o desejo de honrar as

---

<sup>26</sup> LAVAL, F. P., Viagem de Francisco Pyrard de Laval, p.176.

<sup>27</sup> RODRIGUES, J., Marítimo de Profissão, p.22.

famílias por meio do prestígio social que a vida clerical trazia em seu corolário.<sup>28</sup> O clérigo era uma figura respeitada e admirada, por isso muitos jovens enveredavam pelo caminho celibatário de uma vida sacerdotal. O desejo de servir a Deus também era um fator decisivo na escolha pelo sacerdócio, evidenciando uma questão de realização e convicção pessoal.

Ser oriundo de uma família sem expressividade embaraçava o caminho, mas não era um fator impeditivo, pois muitos descendentes de trabalhadores braçais conseguiam chegar ao sacerdócio, por isso a procura pela vida clerical crescia, sendo um meio de ascensão social. O candidato ao sacerdócio precisava pagar um dote para ingressar nas ordens religiosas. A demanda justificava o pagamento do dote, inclusive no Brasil. “No século XVIII, ainda se exigiam dotes entre 15 e 16 mil réis (na Bahia, o valor chegava a 25 mil réis) dos ingressantes nas ordens religiosas”.<sup>29</sup>

Pessoas humildes por intermédio de colaboradores conseguiam se ordenar, portanto não era necessário ser nobre para ser padre, em contrapartida, a relevância da família era fundamental nos desdobramentos futuros da profissão/ministério. Existiam níveis de escalões clericais e aqueles oriundos de famílias nobres conseguiam as paróquias mais disputadas. O sistema de apresentação dos eclesiásticos ao provimento de cargos vagos deixava um amplo espaço para o jogo político e social.<sup>30</sup>

### 2.1.2

#### **Padres sem-emprego e majoritariamente seculares**

A busca pela vida sacerdotal era comum no início das Grandes Navegações, criando um aumento da população eclesiástica. A consequência dessa intensa procura pela vida sacerdotal foi o aparecimento de um clero sem paróquia, portanto, “sem emprego”<sup>31</sup>. Existia um descontentamento popular pelo número

<sup>28</sup> RODRIGUES, J., Família e clero em Portugal, p.109.

<sup>29</sup> RODRIGUES, J., Capelães na marinha mercante portuguesa, p.400.

<sup>30</sup> OLIVAL, F., Ordens Militares, p.191.

<sup>31</sup> Rodrigues menciona a ideia de “padres empobrecidos” que ofereciam seus serviços aos capitães à beira do cais (RODRIGUES, J., Capelães na marinha mercante portuguesa, p.409). Dentro dessa linha de raciocínio, a decisão de muitos sacerdotes pela capelania naval seria resultado de um movimento de sobrevivência, no entanto, tal informação carece de fundamentação. Além do mais, essa prática ficaria circunscrita a Portugal em uma janela cronológica específica; o mesmo não se aplicava ao Brasil, onde havia um quadro antagônico, com capitães contumazes à procura de capelães para suas embarcações.

excessivo de regulares e clérigos seculares na sociedade portuguesa, de modo que, em 1641, movimentos populares tentaram fixar quantos clérigos poderiam ser formados de um mesmo pai, no intuito de se evitar um número excessivo de padres em uma mesma família.<sup>32</sup>

Como havia muitos sacerdotes que não conseguiam empregos nas paróquias existentes, a capelania naval tornou-se uma alternativa para o exercício do sacerdócio àqueles que faziam parte dos escalões mais baixos do clero. É possível inferir que essa não seria a primeira opção de um sacerdote naquela época, como também é possível supor que esse caminho, embora doloroso e desconfortável, veio a se tornar uma via para clérigos recém-formados exercerem seu sacerdócio, mesmo que de forma temporária, uma vez que não queriam ficar ociosos ou “sem-função”.

Não se pode ignorar que essa opção também se dava para aqueles que realmente queriam viver o sacerdócio. A vida embarcada era muito sacrificante física e psicologicamente, principalmente para o líder religioso que não tinha sido talhado para viver a rotina marinheira, ainda assim, o amor missionário impulsionava sacerdotes a abraçarem o desafio. Diante dessa análise, percebe-se que a falta de oportunidades “maiores” e a “paixão sacerdotal” caracterizaram os primeiros capelães de navio.

Outro fator de destaque entre os capelães lusos está no contingente majoritariamente secular. Rodrigues fez um estudo entre os capelães dos meados do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, reunindo o perfil de 743 capelães de navios. Nessa amostragem, 685 capelães eram seculares e os 58 restantes dividiam-se entre franciscanos, jesuítas, carmelitas, capuchinhos, beneditinos etc.<sup>33</sup>. Enquanto os capelães seculares estavam incardinados em uma Igreja particular, tendo área territorial definida, vivendo sob a orientação direta do bispo, possuindo uma maior liberdade para terem propriedades, salários e viverem fora da comunidade, os demais capelães religiosos assumiam a vocação à vida religiosa habitando em comunidades humildes e fazendo os votos de pobreza, obediência e castidade. Embora a jurisdição da missão do religioso fosse bem vasta, a exigência de viver com a comunidade religiosa também poderia inibir o acesso à atividade da capelania naval.

---

<sup>32</sup> OLIVAL, F., MONTEIRO, N. G. Mobilidade Social nas carreiras eclesiásticas, p.1214.

<sup>33</sup> RODRIGUES, J., Capelães na marinha mercante portuguesa, p.408.

### 2.1.3

#### Capelães navais temporários: o problema da vocação

No navio, o capelão era um dos poucos profissionais que não tinha sido formado nas lidas marinheiras. Seu batismo como capelão naval se dava na prática de sua missão. O império marítimo português criado nos séculos XV e XVI, visando expandir rotas marítimas indianas, levou os navios a cumprirem funções militares e mercantis. Nas viagens às Índias, Miceli declara que o número de soldados chegava a representar dois terços do quantitativo das tripulações.<sup>34</sup> O capelão transitava entre militares e comerciantes; esses dois grupos representavam os homens do mar e precisavam do apoio religioso. Embora não fosse experimentado no mar, o capelão logo precisava se adaptar aos horários, fainas e tradições do navio. Era normal enfrentar uma crise de adaptação à realidade dura e cansativa da vida de bordo.

Jaime Rodrigues realizou um estudo do registro de 174 capelães que atuaram na marinha mercante portuguesa no período de 1767 a 1822 e discorre: “125 deles eram de primeira viagem, 43 fizeram de uma a três viagens e seis capelães tinham de quatro a dezessete viagens no currículo”.<sup>35</sup> A experiência desses homens foi contada em número de viagens, um fato que se destaca é que apenas seis capelães realizaram mais de quatro viagens, menos de 4% da amostra pesquisada. Esse número bem reduzido de sacerdotes dispostos a realizar um número maior de viagens indica que poucos clérigos se sentiam vocacionados aos desafios intermitentes da vida embarcada. O fato de a missão ser considerada penosa para um líder religioso também contribuiu para a presença de capelães ocasionais e não comprometidos com as lidas marinheiras. Obviamente, a experiência “não agradável” do primeiro embarque levava muitos sacerdotes a abandonarem a função de capelão de navio buscando outros tipos de emprego.

Muitos capelães de navios exerciam a função de forma temporária, geralmente no início de suas vidas ministeriais, sendo este período encarado como uma etapa da vida profissional/sacerdotal; logo que podiam, deixavam os navios para atuarem em terra. Assim, os navios representavam uma alternativa secundária à vida sacerdotal, uma espécie de estágio, naturalmente preterido

<sup>34</sup> MICELI, P. C., O ponto onde estamos, p.206.

<sup>35</sup> RODRIGUES, J., Capelães na marinha mercante portuguesa, p.413.



diante de uma oportunidade mais agradável. Sabe-se também que muitos sacerdotes aproveitavam para realizar viagens ocasionais, deslocando-se nos domínios coloniais. Deste modo, conjugavam suas necessidades pessoais com o imperativo do navio de ter um capelão a bordo. Segundo Rodrigues:

Muitos padres tornavam-se capelães de navio com o objetivo de viajar, ganhar algum dinheiro no deslocamento e chegar a um destino longínquo a fim de resolver problemas pessoais ou das suas ordens religiosas, quando se tratava de membros do clero regular. Questões familiares moviam, por exemplo, o beneditino Joaquim Xavier da Conceição e Melo, pregador da Capela Real, a pedir uma licença em 1808 para vir como capelão do Protetor General a fim de tratar de pendências nos “Estados da América e cidade do Rio de Janeiro e suas vizinhanças”, onde viviam seus tios e irmãos. O superior da ordem lhe concedeu o tempo necessário para “concluir os seus negócios”. “Negócios que tem a tratar” no Rio de Janeiro também mobilizaram o padre Antônio Ribeiro Ferrão a pedir passaporte para vir como capelão do Princesa do Brasil ou do Oceano, já que o capitão de outra embarcação, o Despique, não o quisera levar por ter recomendação de embarcar outro capelão. A transferência da Corte para o Rio de Janeiro valeu de argumento e serviu de oportunidade para muitos, como o dominicano Antônio Joaquim Correia, que pleiteou apoio à sua pretensão de ser nomeado capelão de um dos navios que transportava as tropas para a nova sede da monarquia em 1808. Correia continuou navegando, pois o reencontramos pedindo passaporte para voltar de Lisboa ao Rio em 1814 como capelão no São José Fênix.<sup>36</sup>

Muitos capelães interpretavam o serviço religioso no navio como uma oportunidade pessoal e não estavam comprometidos a seguir engajados com a carreira de um capelão naval. Situações análogas também aconteciam entre os espanhóis, de tal modo que, em 1677, Carlos II – Rei da Espanha – se dirigindo a Pedro Corbet – Almirante Geral do Esquadrão do Mar Oceano – ordena que se encontrem padres “adequados” que desejem servir como capelães navais.<sup>37</sup> Essa expressão torna-se oportuna, pois indica que por parte dos altos escalões de poder nas marinhas do mundo – nesse caso em especial, da espanhola – foi se percebendo que nem todo sacerdote possuía aptidão para ser um capelão de navio, reflexão esta que serviu para pavimentar a ideia de se criar uma triagem para aqueles religiosos que se prontificavam para a tarefa. Implícita à ordem real fica a ideia da existência de capelães “inadequados” que não conseguiam encarnar de modo eficaz as exigências do mandato religioso para os marinheiros.

Jaime Rodrigues fez novamente um estudo selecionando uma amostra de pessoas nascidas no Rio de Janeiro que tripularam navios no período assinalado

<sup>36</sup> RODRIGUES, J., *Capelães na marinha mercante portuguesa*, p.424.

<sup>37</sup> MINISTERIO DE DEFENSA, *Instituto de Historia y Cultura Naval Armada Española*, p.101.

entre 1767 a 1821, na rota Lisboa-Rio de Janeiro. Um dado interessante, apresentado por Rodrigues, é que o capelão possuía a média etária mais alta nos navios (43 anos), seguido do comandante (42 anos) e contramestre (40 anos), todavia o tempo de experiência entre esses três possuía uma diferença contrastante, enquanto o capelão possuía a média de 4 anos de experiência no mar, o comandante possuía 27 anos e o contramestre, 24 anos.<sup>38</sup>

Quais implicações podem ser extraídas dessa informação? O navio era o habitat do comandante e do contramestre, assim como dos demais tripulantes – capitão, carpinteiro, cozinheiro, despenseiro, marinheiro entre outros – porém, esse não era o “mundo” do capelão. O ato de embarcar em um navio pode ser visto do ponto de vista religioso como uma atitude missionária, por meio da qual o ministro religioso se dispõe a viver outra cultura, desbravando um mundo que não lhe é peculiar, com linguagem e tradições distintas de sua experiência de vida. Rodrigues pondera:

Os casos dos capelães e dos cirurgiões, com médias etárias elevadas e tempo médio de experiência pequeno, podem ser explicados pela necessidade de formação para o exercício profissional. Não se podia começar nesses ofícios sem ter uma idade mínima e um tempo de estudos ou de prática, o que explica a presença de homens mais velhos e de menos experiência atuando como capelães e cirurgiões em navios. Esse não era o caso da maioria das outras funções a bordo.<sup>39</sup>

Na Armada Portuguesa, os salários dos capelães eram pagos pelo Estado português, por isso, apesar de eclesiásticos, não perdiam a condição de funcionários, sendo tratados pela monarquia de forma equivalente aos funcionários civis.<sup>40</sup> De acordo com a definição de Bluteau, o capelão era um sacerdote assalariado com obrigações.<sup>41</sup> Essas obrigações eram fundamentadas em leis que regulamentavam o serviço da capelania naval.

#### 2.1.4

#### **A dificuldade de se conseguir capelães de navios**

No período das Grandes Navegações, as viagens marítimas eram impulsionadas pela Carreira das Índias. Tão logo o Reino de Portugal começou a

<sup>38</sup> RODRIGUES, J., Embarca agora a primeira vez, p.25.

<sup>39</sup> RODRIGUES, J., Embarca agora a primeira vez, p.26.

<sup>40</sup> BOXER, C. R., O império marítimo português, p.242-244.

<sup>41</sup> BLUTEAU, R., Vocabulario portuguez e latino, p.122.

explorar as novas terras descobertas, fazendo a triangulação com o continente africano que lhe proporcionava a força de trabalho, surgiu uma nova demanda que impulsionou as navegações: o transporte de mão de obra escravizada. O navio negreiro foi um dos espetáculos mais repugnantes que o mundo experimentou. Ser capelão em um navio negreiro exigia, por parte do ministro religioso, uma força psicológica muito grande.

Os portugueses pegavam os negros africanos e os amontoavam nos porões dos navios, em condições subumanas de alimentação e higiene, muitas vezes sendo açotados, sem remédios para curar as feridas, facilitando a proliferação de doenças, em uma travessia que durava aproximadamente 45 dias. Os africanos foram submetidos a sacrifícios inomináveis sob o pretexto do progresso. Sabe-se que o Brasil foi o maior importador de pessoas escravizadas na América. Calcula-se que dez milhões de escravizados foram transportados para o Novo Mundo nos navios escravocratas, sendo que quase 40% tiveram como destino o Brasil.<sup>42</sup>

Os navios negreiros eram tão cruéis que os capelães apresentavam resistência para aceitar essas viagens. “Para obtê-los, os negreiros deveriam pagar salários maiores que a média. Se na América não era fácil encontrar capelão, consegui-los para os navios que partiam da África ou para trabalhar naquele continente era ainda mais difícil”.<sup>43</sup> Marcussi apresenta a resistência dos próprios capelães em aceitar o embarque nos navios escravocratas que partiam de Angola nos séculos XVII e XVIII. Segundo o autor:

A princípio, a legislação impunha a obrigatoriedade do embarque de capelães em todos os navios, mas não atribuía a ninguém, com clareza, a responsabilidade por garantir isso. A viagem transatlântica fazia com que os capelães compartilhassem com os negros embarcados, ainda que em menor escala, o risco de vida da longa e penosa travessia. E os padres não estavam dispostos a acatar facilmente esse perigo (...). Diante da relutância de muitos clérigos, relatou ele, o cabido começara a usar a hierarquia clerical como forma de punição e chantagem, obrigando por vingança alguns capelães a embarcarem contra sua vontade. O resultado foi uma fuga em massa para o sertão – desta vez não dos escravos dos padres, mas dos próprios capelães indicados pelo cabido, a fim de evitarem a possibilidade de serem forçados a embarcar. A crise foi resolvida por meio da exigência, feita pelo cabido e pelo bispo de Angola, de que a remuneração dos capelães fosse aumentada de 30 mil réis para 100 mil réis, compensando os riscos e aborrecimentos do ofício (...). Nem mesmo o aumento do salário tornou o cargo atrativo para todos os clérigos angolanos.<sup>44</sup>

<sup>42</sup> SILVA, J. M., Raízes do conservadorismo brasileiro, p.374.

<sup>43</sup> RODRIGUES, J., Capelães na marinha mercante portuguesa, p.403.

<sup>44</sup> MARCUSSI, A. A., O dever catequético, p.75.

A presença dos capelães nos navios era regulamentada por leis do Reino. Na legislação, percebe-se que a necessidade do serviço religioso a bordo fez dele uma obrigação, principalmente diante da demanda do tráfico de escravizados. Em 18 de março de 1684, Dom Pedro regulamentou a lei de arqueação do tráfico negreiro que obrigava os navios a levarem um sacerdote “que sirva de capelão, para neles dizer missa ao menos os dias Santos e assistir aos moribundos”.<sup>45</sup>

Em 27 de março de 1688, 4 anos após a lei que obrigava a presença dos capelães nos navios, o governador da Capitania do Rio de Janeiro demonstra preocupação com a efetividade da fiscalização da presença de um capelão nas embarcações, pois foi convencionado que, para o navio suspender do porto do Rio de Janeiro, era preciso apresentar a certidão do ouvidor geral confirmando que o navio chegou e saía com o capelão.<sup>46</sup>

Nem sempre era possível encontrar capelão com disposição para enfrentar uma dura viagem oceânica. O valor pecuniário que o capelão recebia para embarcar não era tão atrativo, de modo que, às vezes, o mestre do navio precisava acertar com o bispo – superior eclesiástico do capelão – para persuadi-lo a aceitar a proposta. A obrigação do embarque de capelão era imposta ao navio, não ao religioso, que poderia aceitar ou abdicar do convite. Por isso, em alguns casos, o capelão precisava ser convencido da viagem.

O governador da Capitânia do Rio de Janeiro declarou que o capelão deveria considerar que seu esforço em embarcar fazia parte do serviço de Deus para o bem das almas.<sup>47</sup> Se os padres precisavam ser convencidos, tal constatação indica que muitos deles resistiam à capelania naval. Fato que demonstra que nem todo sacerdote estava preparado para ser um capelão naval, pois a função exigia, além da formação religiosa, uma vocação específica para exercer o pastoreio em um navio.

A relação do capelão com o navio nem sempre era tranquila, sendo às vezes marcada por alguns conflitos pré-viagem. A questão do pagamento era uma fonte de tensão entre o capitão do navio/mestre e o capelão. O capelão recebia o pagamento por empreitada. Nem sempre havia concordância entre o contratante e o contratado. O serviço era pesado e não atrativo para um religioso, por isso,

---

<sup>45</sup> LARA, S. H., Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa, p.192.

<sup>46</sup> LARA, S. H., Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa, p.199.

<sup>47</sup> LARA, S. H., Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa, p.200.

tornava-se facilmente preterido. Embora a função de capelão atribuísse posição elevada na hierarquia de bordo, a honra não se manifestava nos valores pagos por seu serviço. Há diversos casos envolvendo litígios entre capelães e capitães de navios devido à discordância dos pagamentos. Segundo Rodrigues:

Alguns capitães eram maus pagadores e contra eles vários tripulantes uniam-se em ações coletivas para receber suas remunerações. Os casos do São José Princesa Real, de 1772, e do Nossa Senhora da Graça, Grão Maranhão, de 1799, são ilustrativos. No primeiro, o capelão uniu-se ao piloto, ao contramestre e à “mais gente de equipagem” para tentar obrigar o capitão a pagar uma quantia de mais contos de réis. No segundo caso, o carmelita descalço José do Rosário, do Convento de Nossa Senhora do Desterro de Olinda, recorreu ao prestígio de sua ordem para fazer o capitão (e dono) do navio saldar a dívida. O aporte da ordem como coautora da ação indica que parte dos pagamentos dos capelães de navios religiosos regulares era repassada às instituições que os abrigavam em terra. Por vezes, o pagamento tinha de ser renegociado, em virtude de alguma intercorrência não prevista no momento que os capitães e capelães se acertavam para a viagem. Parece ser o caso de João Pedro Borges de Góis que, em 1790, pretendia mais meia soldada pelo trabalho alongado no Santo Antônio Delfim que, ao navegar de Belém ao Reino, encalhou e precisou da ajuda de um navio inglês para transportar sua carga e seus tripulantes até o destino final. As contínuas vezes em que as demandas envolvendo padres acabam na justiça comum indicam que os sacerdotes não se limitavam a responder ou acionar outrem apenas no âmbito dos tribunais eclesiásticos.<sup>48</sup>

## 2.2

### Os “homens de Deus”<sup>49</sup> entre os “homens do mar”: tensões e adaptações

O capelão era um oficial diferenciado entre os demais, portanto, um tripulante único na embarcação. Rodrigues argumenta que “diferentemente de outros tripulantes, os sacerdotes embarcados não realizavam tarefas braçais e, mesmo sendo oficiais, não exerciam o comando”.<sup>50</sup> A principal função deles era oferecer assistência religiosa confortando espiritualmente os marítimos. Eram os “homens de Deus” entre os “homens do mar”.

O capelão naval cumpria uma função semelhante à do pároco de uma congregação, como ministro religioso representava para o nauta um elo mediano com Deus. Diferente de uma congregação, os destinatários da assistência religiosa no navio foram reunidos pela circunstância, não por causa da

<sup>48</sup> RODRIGUES, J., Capelães na marinha mercante portuguesa, p.418-419.

<sup>49</sup> A expressão “homem de Deus” em momento algum intenciona destacar uma suposta superioridade do capelão em relação aos demais. O propósito do termo é indicar o caráter de formação sacerdotal exclusivo ao capelão como fator de diferenciação.

<sup>50</sup> RODRIGUES, J., Capelães na marinha mercante portuguesa, p.401.

crença, portanto possuíam vivências de fé heterodoxas. Para o religioso, era natural que surgissem tensões devido ao conflito de visões, tradições e culturas comuns aos marinheiros.

O público de um capelão naval era heterogêneo, abarcando militares e comerciantes. Os marinheiros provinham de etnias, raças e nações diversas. O contato com pessoas de diversos países gerava um campo significativo de interação humana. Em Portugal, era um problema frequente encontrar gente suficiente para embarcar. A necessidade de angariar marinheiros provocou a atitude extrema de embarcar presos, mendigos e desempregados, o que conseqüentemente maculava a imagem do marinheiro e gerava ao capelão desafios múltiplos, pois deveria atuar como ministro religioso tanto para oficiais de carreira quanto para os criminosos; para os homens livres e também para os escravizados. Como exemplo, há o caso de um navio, em 1724, que saiu de Lisboa com 700 tripulantes, sendo 400 degredados.<sup>51</sup>

No Brasil, índios, negros e mestiços se amontoavam nas embarcações constituindo a base da pirâmide social do navio, sendo os responsáveis pelo serviço braçal e pesado. No topo da pirâmide estava o capitão e os oficiais de alto escalão. Estes possuíam a responsabilidade de zelar pela disciplina e manter um convívio disciplinado e pragmático entre os marítimos, tentando desse modo neutralizar, ou pelo menos minimizar, as subversões que poderiam surgir por causa de um confronto de classes. O navio pode ser considerado como o antecipador da fábrica do futuro, sendo marcado por tensões constantes entre líderes e liderados, entre mandantes e mandados.

O capelão precisava se inserir na hierarquia de bordo, o que naturalmente provocava tensões, afinal de contas, nas lutas entre as classes da pirâmide de bordo, o capelão era visto pelos demais marítimos como representante dos oficiais. Pyrard de Laval, ao descrever as acomodações do navio, cita que os homens têm seus lugares ordenados conforme suas qualidades, enquanto os soldados ficavam alojados debaixo do convés na coberta, os grumetes ficavam em cima, descobertos; acrescenta ainda que os capelães possuíam seus próprios alojamentos, assim como todos os oficiais.<sup>52</sup>

---

<sup>51</sup> LOPES, A; FRUTUOSO, E., A vida a bordo das naus da carreira das Índia, p.2.

<sup>52</sup> LAVAL, F. P., Viagem de Francisco Pyrard de Laval, 172.

O fato de o capelão naval ser enquadrado hierarquicamente ao posto de oficial pesava na forma como os grumetes e marinheiros o enxergavam; em um ambiente extremamente hierarquizado, o posto criava embaraços e distanciamentos. Assim, o capelão tinha no seu próprio posto um fator de dificuldade para exercer seu trabalho pastoral, sobretudo por ser um oficial que pouco contribuía no que diz respeito à expertise e aos assuntos práticos de marinharia.<sup>53</sup> Como oficial, estava sobreposto a muitos, porém, seu posto hierárquico não poderia jamais descambar em empáfia, pois, como capelão, deveria servir a todos, julgando inclusive os outros como superiores, segundo o princípio bíblico da humildade (Fl 2,3-4).

Deslocado, o líder religioso embarcado precisava rapidamente se acostumar à nova realidade no firme propósito de assistir espiritualmente tripulantes que julgavam seu trabalho irrisório. Casos excepcionais se davam na iminência de uma grande crise; diante da ameaça de naufrágio, epidemia, doença ou prenúncio de batalha, próximos do perigo, os marítimos procuravam refúgio nas palavras de esperança e fé provindas da homilia do capelão naval. Essa também era uma realidade presente no universo do capelão naval: esquecido na bonança, lembrado nas tempestades, preterido na saúde, solicitado na doença, desprezado nos banquetes, todavia, procurado nas penúrias e na escassez.

O sacerdote não estudava para ser um capelão naval, se fazia capelão na prática. Seu mergulho no ambiente marinho era abrupto, não havendo etapas de preparação. Se não bastasse o caráter imediato de sua atuação, também existia o lado contíguo de sua missão. No navio, sua convivência seria com os marítimos, que, de acordo com a visão tradicional dos homens da Igreja, eram concebidos e imaginados como “maus cristãos”.<sup>54</sup> Dizia-se que os navios eram locais em que a ocorrência de blasfêmias era tão frequente quanto as orações.<sup>55</sup> As blasfêmias dos marujos não eram destinadas apenas aos santos, mas por vezes eram endereçadas também aos religiosos.<sup>56</sup> Portanto, o ambiente se apresentava hostil à vida de fé do capelão. Pyrard de Laval fala sobre certos tipos de homens do mar com um

---

<sup>53</sup> RODRIGUES, J., Capelães na marinha mercante portuguesa, p.406.

<sup>54</sup> RODRIGUES, J., Deus é o dono do navio, p.299.

<sup>55</sup> PERÉZ-MALLAÍNA, P. E., Los hombres del oceano, p.246.

<sup>56</sup> RODRIGUES, J., Cultura Marítima, p.42.

comportamento bárbaro, desumano, incivil, que não demonstravam respeito por coisa alguma, sendo chamados por ele de “diabos de carne”.<sup>57</sup>

Enquanto todos os tripulantes se ocupavam com serviços braçais e de comando, que exigiam disciplina, esforço físico e atenção, sobrando-lhes pouco tempo ocioso a bordo, já que alternavam o serviço em uma escala rígida de turnos, o capelão tinha tempo suficiente para atender confissões, catequizar, celebrar a missa e administrar os sacramentos. Por vezes, o capelão era procurado pelos demais marinheiros para intermediar solicitações ao comandante do navio.

O serviço do capelão era definido por sua atuação de “presença religiosa” na convivência com os demais. Era natural surgirem dificuldades de adaptação da parte do capelão, representante minoritário na embarcação. Representava o homem religioso, cuja formação se deu em ambiente sacro, blindado de comportamentos contrários a fé cristã, orientado e catequizado por sacerdotes experientes, condicionado a uma vivência religiosa, que agora, não possuindo mais a bolha protetora de um monastério ou seminário, estava exposto às vicissitudes de uma viagem ao lado de homens repletos de praxes marinheiras e de “hábitos pecaminosos” segundo a compreensão cristã tradicional. O marinheiro, naquela época, era retratado como alguém frio ante a morte, que demonstrava cobiça constante e tendência à insubordinação.<sup>58</sup>

Nem sempre os marítimos contavam com assistência católica formal regular. A coroa portuguesa determinou que se levassem capelães nos navios com o objetivo de cristianizar os domínios coloniais, logo, a obrigatoriedade da presença de um capelão a bordo não surgiu de uma demanda dos tripulantes. Embora fossem católicos e professassem uma religião, é possível perceber que a ausência de capelães nas embarcações não representava um incômodo para eles. No mar, os marujos estavam expostos a diversas situações que atenuavam seu compromisso com a ortodoxia cristã, como o isolamento e a distância geográfica da comunidade religiosa, além do tempo de trabalho no interior da embarcação. Por conseguinte, era difícil observar o domingo e/ou dia santo, sendo o repouso estabelecido pela variedade da natureza, dificultando a observância das tradições católicas.

---

<sup>57</sup> LAVAL, F. P., Viagem de Francisco Pyrad de Laval, p.163.

<sup>58</sup> MICELI, P. C., O ponto onde estamos, p.204.



A fé para o marujo veio a se caracterizar de forma prática e evidente. A ideia da proteção divina retroalimentava supersticiosamente a sua relação com a fé cristã. O homem do mar vivia uma religiosidade heterodoxa, que não se encaixava nos padrões luso-paroquianos. Desse modo, os marinheiros eram vistos como maus cristãos, o que, porém, pouco se observava é que muitos deles foram recrutados de lugares ermos em meio a substratos sociais iletrados e não cobertos pelos serviços religiosos.<sup>59</sup>

Devemos considerar também que o mundo das viagens marítimas era marcado pela predominância da masculinidade. O barco isolado em alto-mar possibilitava a criação de um mundo dentro do mundo, uma realidade cultural peculiar. Esse novo mundo não era domesticado por poderes institucionais mais comuns como Igreja, Estado e Família.<sup>60</sup> Assim, o marujo estava livre de todas as amarras comportamentais, em uma cultura marítima estressante e cheia de esteios comportamentais viciantes.

O consumo do álcool era uma realidade comum, campeada por muitos na tentativa de mitigar as condições adversas das fainas marinheiras. As condições laborais nos navios – locais apertados, ruidosos e abafados – expunham o marujo a riscos, levando-o, em alguns casos, ao uso abusivo do álcool como recurso paliativo ao desconforto experimentado. Naquela época, as embarcações suspendiam dos portos com muito vinho a bordo, usado como substituto da água que facilmente apodrecia devido ao acondicionamento precário. Algumas vezes a premiação por uma competição a bordo ou faina marinheira difícil, mas bem executada, era justamente doses de rum ou canecas de vinho. Deste modo, o ambiente da embarcação era favorável para o comportamento etílico.

O ato de beber a bordo era tradição. A vida de um marujo era tão sacrificante que, nos portos, litorais e nos raros momentos festivos no navio, a ingestão do álcool era um hábito constante, às vezes acompanhado de farras coletivas de um mundo predominantemente masculinizado. Sob efeito do álcool, os ânimos se exaltavam! Deste modo, pequenos conflitos internalizados vinham à tona gerando tensões e agitações. A conduta rotineira do vinho servia para “adestrar” e recrutar mais marujos, gerando um condicionamento e reedição das

---

<sup>59</sup> RODRIGUES, J., Aspectos da religiosidade popular na cultura marítima, p.142.

<sup>60</sup> RODRIGUES, J., Cultura Marítima, p.47.

práticas étlicas.<sup>61</sup> Entre as festas comuns aos marinheiros estava o rito de passagem ao atravessar a linha do Equador, em que demonstravam respeito ao deus mitológico Netuno, a figura mais proeminente do panteão marítimo.

A representação desse deus mitológico foi reinventada pelos marinheiros da era dos descobrimentos, quando começaram a realizar um importante rito de passagem ao atravessarem a linha do Equador talvez como júbilo pelo fato de que os navios não derretiam sob o sol e nem o mar terminava em abismo, conforme pregavam os dogmas antigos e medievais. Talvez também se deva dizer que a passagem pela linha era um dos poucos momentos de relaxamento em relação à faina intermitente do trabalho no mar: ali, de acordo com inúmeros relatos de viajantes, as famosas calmarias eram mais frequentes que em outros lugares. Embora provocassem transtorno à viagem e medo nos marinheiros quando se prolongavam demasiadamente, a calmaria provocava uma diminuição no ritmo de trabalho que poderia ser ocupada com uma rara possibilidade de festa a bordo.<sup>62</sup>

A reverência à figura de um deus mitológico também trazia tensões para o capelão, que às vezes enxergava o rito de passagem em oposição aos seus valores e crenças. O comportamento sexual, para o marujo, também constituía um sistema de alívio e compensação, representando outro ponto de tensão entre os religiosos e os demais tripulantes. A figura do religioso celibatário contrastava com o desejo em erupção do marinheiro. Toda a testosterona masculina acumulada em um navio isolado em alto-mar atingia picos elevados de desejo, e não descartava nenhuma possibilidade de extravasar. A prática da prostituição nos portos era bastante comum, para os marinheiros e para as prostitutas que enxergavam nos homens do mar clientes em potencial. Esse comportamento era fortemente combatido pelos religiosos que pregavam insistentemente a santidade matrimonial e pessoal.

Nesse universo masculino, o transporte de mulheres também gerava uma grande tensão, que às vezes recaía sobre o capelão, gerando inclusive confrontos entre os religiosos e os marítimos. Miceli apresenta casos de mulheres que viajaram nas naus escondidas nos camarotes, sob a guarda e tutela dos padres, “homens virtuosos”, e só recobravam sua (relativa) liberdade no fim da viagem, quando os navios chegavam à terra.<sup>63</sup> Há casos em que as mulheres eram

---

<sup>61</sup> HALPERN, E. E.; LEITE, L. M. C., *Tradições e punições*, p.364.

<sup>62</sup> RODRIGUES, J., *Cultura Marítima*, p.44.

<sup>63</sup> MICELI, P. C., *O ponto onde estamos*, p.244.

transportadas sob a guarda de pais, irmãos ou maridos.<sup>64</sup> O capelão era visto, nesse caso, como um homem de confiança.

Os capelães embarcados se opunham à prática de transportar mulheres. Miceli declara que “o mundo das viagens tinha nas mulheres – especialmente nas prostitutas – alguns de seus principais problemas, como teve nos jesuítas tenazes combatentes em prol da santidade de bordo”.<sup>65</sup> A atividade sexual era muito difícil dada à pouca privacidade, sendo toleradas as relações heterossexuais extraconjugais desde que mantidas na mais restrita privacidade. Nas embarcações portuguesas, a sexualidade pública era fortemente censurada, sendo, inclusive, alvo de punições.<sup>66</sup>

Costa Lobo apresenta um caso envolvendo uma expedição militar portuguesa no Oriente, em que o navio português partiu de Goa para o Mar Vermelho sob o comando de Rui Gonçalves da Câmara, um general marcado pela excessiva cobiça, segundo seus informes. Tendo em vista que as empresas militares não eram tão lucrativas, essa expedição focou sua atenção na tentativa de perseguir navios mulçumanos que se dirigiam a Meca, carregados de especiarias, roupas de algodão, ferro, armas, pratas, ópio e muitos outros objetos de valor. Com avidez, a esquadra portuguesa perseguiu, combateu e venceu o navio muçulmano. Dois capelães faziam parte da tripulação do navio lusitano e, nesse episódio, entraram em cena persuadindo os demais a impedirem que os soldados portugueses fossem colocados no navio mulçumano. O esforço dos dois capelães navais se justificava na tentativa de proteger as donzelas mouras das incontínuas que poderiam sofrer por parte dos soldados. Os soldados ficaram furiosos com a intervenção dos capelães.<sup>67</sup>

Às vezes, os sacerdotes entravam em conflito com os tripulantes do navio exercendo um “patrulhamento religioso”. Vigilantes a tudo, os capelães fiscalizavam o comportamento de seus pares no mar e em terra.<sup>68</sup> Essa vigilância constante trazia certo incômodo para a tripulação, o que vez por outra gerava enfrentamento. Segundo Pérez-Mallaína, a escassez de mulheres a bordo contribuiu para práticas de homossexualidade, sendo os casos devidamente

---

<sup>64</sup> MIRA CABALLOS, E., *La vida y la muerte a bordo de un navio del siglo XVI*, p.50.

<sup>65</sup> MICELI, P. C., *O ponto onde estamos*, p.244-145.

<sup>66</sup> MIRA CABALLOS, E., *La vida y la muerte a bordo de un navio del siglo XVI*, p.50.

<sup>67</sup> COSTA LOBO, A. S., *Memórias de um Soldado da Índia*, p.25,26.

<sup>68</sup> RODRIGUES, J., *Aspectos da religiosidade popular na cultura marítima*, p.142.

ocultados e escondidos, exigindo segredo por parte dos envolvidos, caso contrário, os descobertos seriam punidos. Foi criada uma sentença de morte para ser aplicada pelos marítimos nos casos envolvendo sodomia.<sup>69</sup> Os “pecados” combatidos pela Igreja eram os mesmos combatidos pelos capelães, porém, a diferença é que, enquanto na paróquia existia um público fiel, no navio, existia um grupo heterogêneo com uma fé heterodoxa, o que naturalmente impunha sobre o capelão grandes tensões e desafios.

### 2.3 A capela flutuante<sup>70</sup>: ações religiosas a bordo

Nas embarcações que recebiam a presença de capelães, fazia parte da rotina a celebração de missas e administração dos sacramentos. A presença de religiosos a bordo trazia alento aos tripulantes diante dos perigos do mar. Havia naus que recebiam a presença de altos membros da hierarquia religiosa, como bispos, que navegavam para tomar posse de dioceses orientais. Nesses casos, as cerimônias religiosas eram mais solenes. As celebrações religiosas geralmente aconteciam junto à proa ou à popa, onde se colocava um altar e a tripulação poderia se reunir em maior quantidade.<sup>71</sup>

As celebrações religiosas eram realizadas em horários diversos, sendo mais frequentes no período da manhã. Antônio Mottin descreve uma missa matutina: “À hora aprazada pela manhã, o capelão do navio rezava a santa missa participada por numerosa freguesia, principalmente de terceira classe”.<sup>72</sup> A descrição de Mottin apresenta um navio que transportava passageiros em uma viagem longa da Europa para o Brasil. Outra informação que sobressalta aos olhos está na ênfase da participação das pessoas de “terceira classe” na missa, representando o substrato social mais simples da tripulação. Considerando que no início do século XX os navios representavam o principal transporte de passageiros em viagens transatlânticas, a figura do capelão evidenciava-se no apoio religioso para as famílias que viajavam por vários dias nessas embarcações.

<sup>69</sup> PERÉZ-MALLAÍNA, P. E., Los hombres del oceano, p.52.

<sup>70</sup> Esse termo aparece no relato de Bates, em inglês *floating bethel*. BATES, J., The Autobiography of Elder Joseph Bates, p.43.

<sup>71</sup> LOPES, A.; FRUTUOSO, E., A vida a bordo nas naus da carreira da Índia, p.18.

<sup>72</sup> MOTTIN, A. J. S., De Maróstica a Garibaldi, p.35.

Os cultos protestantes também eram normalmente realizados pela manhã. Ilhados em um navio, aquele momento era especial para os tripulantes que se reuniam na capela flutuante, às vezes improvisada, visto que apenas alguns navios contavam com um espaço fixo e exclusivo para a capela. José Bates também nos traz a informação de um culto protestante a bordo do navio britânico Rodney, em 1810, aproximadamente um século antes da experiência descrita por Mottin. Enquanto Mottin descreve uma missa católica em um navio de transporte de passageiros em clima de paz, José Bates descreve um culto protestante realizado em um navio de guerra, diretamente do teatro de operações, na iminência de uma batalha naval.

José Bates declara que era comum ter um capelão a bordo de qualquer grande navio. Quando o clima estava mais ameno, uma tenda, com bandeira e bancos era montada no tombadilho superior e às 11 horas da manhã ouvia-se a ordem vinda do oficial no convés chamando todos para o culto. A Inglaterra, nesse período, se envolvia em batalhas marítimas contra os franceses liderados por Napoleão Bonaparte. Ainda assim, apesar de todo o contexto de tensão, reservava-se um tempo para o culto. Segundo Bates:

Antes de se sentarem, os oficiais desafivelavam as espadas e punhais e os empilhavam no topo de um cabrestante no meio da capela. Assim, estavam prontos para agarrá-los a qualquer momento se fosse necessário, antes de terminar o culto. Proclamada a benção, os oficiais pegavam as armas novamente e as embainhavam para o serviço. Imediatamente o tombadilho superior era liberado, e a capela flutuante tornava-se outra vez o mesmo velho navio de guerra por mais seis dias e vinte e três horas. Com respeito ao culto, o capelão lia o livro de orações e os marinheiros respondiam. Porém, quando não tínhamos um capelão a bordo, o capitão mesmo se encarregava desse ofício.<sup>73</sup> (tradução nossa)

Nos navios protestantes, o apoio religioso era constante, sendo prestado prioritariamente por um capelão ou, na sua ausência, por outro marítimo dedicado em sua fé.<sup>74</sup> Segundo Rediker, os navios de grande porte contavam com o serviço religioso regular por meio da figura de um capelão pastor. O mesmo se aplicava à

---

<sup>73</sup> BATES, J., *The Autobiography of Elder Joseph Bates*, p.42,43. Texto original: The officers, before taking their seats, unbuckled their swords and dirks, and piled them on the head of the capstan in the midst of the worshiping assembly, all ready to grasp them in a moment, if necessary, before the hour's service should close. When the benediction was pronounced, the officers clinched their side arms, and buckled them on for active service. The quarter-deck was immediately cleared, and the floating bethe! again became the same old weekly war ship for six days and twenty-three hours more. Respecting the church service, the chaplain, or in his absence, the captain, reads from the prayer book, and the officers and sailors respond.

<sup>74</sup> RODRIGUES, J., *Capelães na marinha mercante portuguesa*, p.407.

Marinha Real Britânica.<sup>75</sup> Apesar da ausência de um capelão embarcado, as demandas do serviço religioso permaneciam e, conseqüentemente, poderiam recair sobre o capitão ou algum tripulante piedoso.

Percebe-se que o serviço religioso protestante era, em sua natureza, mais flexível que o serviço religioso católico nas embarcações, visto que o culto protestante poderia acontecer mesmo diante da ausência de um capelão/pastor na assembleia solene, situação díspar da missa para os católicos, cuja compleição do capelão/padre se torna impreterível devido ao caráter “exclusivo” de seu ofício, já que somente o sacerdote ordenado pode celebrar a missa, administrando o sacramento da eucaristia. Essa característica do universo católico presente na marinha portuguesa torna-se a base para a exigência, fundamentada em lei, da presença de um capelão a bordo dos navios portugueses. Também impulsiona, bem como salvaguarda, a presença constante dos capelães nos navios brasileiros.

### **2.3.1 Atos fúnebres a bordo**

Havia um consenso concernente à imprescindibilidade do capelão naval em uma embarcação. A Carta Régia de 24 de janeiro de 1681 determinou que os navios portugueses não navegassem sem o capelão.<sup>76</sup> Em 1684, Dom Pedro II de Portugal regulamentou em lei a necessidade de um capelão a bordo para administrar as celebrações e assistir aos moribundos.<sup>77</sup> Existia a preocupação de oferecer ao embarcado o conforto de uma morte assistida pelo sacramento da extrema unção. O termo “assistência religiosa” veio a designar na construção moderna a finalidade da presença do capelão a bordo. Desde o início, presenciava-se que o apoio ao luto foi uma das grandes demandas do serviço religioso embarcado, já que, nestes momentos de extrema dor e vulnerabilidade, a fé torna-se um veículo propício para confortar os corações desolados.

Deste modo, além das celebrações rotineiras, quando alguém morria durante a viagem o capelão entrava em cena confortando a tripulação.<sup>78</sup> A morte era frequente nas embarcações, visto que as condições sanitárias a bordo eram

---

<sup>75</sup> REDIKER, M., *Between the devil and the deep blue sea*, p.171.

<sup>76</sup> SOUSA, J. J. C. P., *Esboço de hum Dicionario Juridico*, p.142.

<sup>77</sup> LARA, S. H., *Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa*, p.192.

<sup>78</sup> LAVAL, F. P., *Viagem de Francisco Pyrard de Laval*, p.176.

deficientes e as doenças endêmicas se alastravam. O contágio entre os tripulantes era quase inevitável, uma vez que os meios de controle eram inefficientes. Não havia espaço suficiente para promover uma quarentena eficaz, compartimentando a ameaça, principalmente no início das Grandes Navegações nos séculos XV e XVI. Há casos de epidemias que dizimaram dois terços da tripulação.<sup>79</sup> Deste modo, o capelão lidava constantemente com a morte e precisava atuar para consolar e motivar os que permaneciam vivos nas embarcações durante a viagem/missão.

Os atos fúnebres eram realizados nas embarcações. Logo após, os corpos eram lançados ao mar. O grau de importância do indivíduo demandava o tipo de solenidade. Nos navios militarizados, a pólvora só era desperdiçada para saudação de honra quando se tratava da despedida de uma personalidade importante.<sup>80</sup> No primeiro quartel do século XX, Antônio Mottin, ao relatar uma viagem de navio da Europa ao Brasil, descreve a atuação de um capelão realizando um sepultamento no navio:

Naquela viagem, ora calma ora tumultuada, ora atrapalhada pelo enjoo aparece uma novidade: falece um passageiro. É um homem de origem alemã. Faz-se o velório no salão do navio. Passadas as horas de vigília e sentimento, prepara-se tudo para mergulhar o cadáver no mar (não havia câmaras frigoríficas para a conservação de cadáveres). Em cerimônia muito simples o capelão do navio fez a encomendação e depois os marinheiros prepararam tudo para que o cadáver fosse mergulhado nas profundezas, para não ser presa fácil de tubarões ou de outros animais marinhos à superfície das ondas.<sup>81</sup>

### 2.3.2

#### O trabalho do capelão na manutenção do ambiente de bordo

Os marítimos encontravam-se fragilizados e o apoio religioso era uma grande fonte somatória de alento e entusiasmo. A fé cristã também conduzia o indivíduo à resignação e ressignificação diante da dor e das intempéries. As acomodações para a tripulação eram desconfortáveis e apertadas, devido ao espaço compacto das embarcações. O trabalho era cansativo, exigindo rígida disciplina por parte de todos. Existia sempre a ameaça de conflitos externos com as velas inimigas e de motins internos com a insatisfação dos marítimos.

<sup>79</sup> MIRA CABALLOS, E., La vida y la muerte a bordo de un navio del siglo XVI, p. 54.

<sup>80</sup> MIRA CABALLOS, E., La vida y la muerte a bordo de un navio del siglo XVI, p. 54.

<sup>81</sup> MOTTIN, A. J. S., De Maróstica a Garibaldi, p.35.

O trabalho religioso era fundamental, recebendo amplo apoio do comando, uma vez que atenuava as insubordinações dos embarcados. O capelão contribuía para a boa convivência entre os marítimos, orientando, por meio das prescrições sagradas, como lidar com sentimentos contraproducentes como a raiva e a ira. As virtudes cristãs representavam alternativas efetivas para a administração dos ânimos, bem como na efetuação de um ambiente social igualmente saudável.

O capelão naval tinha muitas incumbências e delegações dentro de uma embarcação, que não ficavam circunscritas apenas às atividades convencionais de um sacerdote paroquial. Suas atividades perpassavam as celebrações de rotina. Rodrigues declara que “no cotidiano dos navios, era dos padres embarcados a responsabilidade pelo combate aos males do espírito, em um lugar onde imperava a insegurança em meio aos elementos indomáveis da natureza”.<sup>82</sup> O medo, o desânimo e a indiferença representavam os “males do espírito” que tanto prejudicavam a vida de bordo.

Além de expurgar o medo, o capelão era um bastião dos bons costumes e da moralidade entre os tripulantes, zelava pelas condições de conforto, combatia as situações que atentavam contra a dignidade humana dentro de sua cosmovisão, pregava o respeito, a boa convivência, incitava os marinheiros a cooperarem na edificação de um ambiente de bordo agradável e salutar. Nas expedições militares, tinha a prerrogativa de ter o contato com todos os tripulantes diminuindo a distância entre praças e oficiais, sendo um elo de comunicação da tripulação com o comando. Assim, procurava abrandar as desigualdades e servir ao próximo por meio do seu sacerdócio.

Os militares também se apegavam à fé nos momentos cruciais e adversos. José Bates (1792-1872), um capitão de navio, em sua obra, cita a devoção dos espanhóis, que, em 1805, após escaparem da batalha de Trafalgar sob o comando de Lord Nelson, quando atravessavam o estreito de Gilbratar, em uma viagem que tinha como finalidade consertar o navio dos efeitos da batalha, quase naufragaram ao se depararem com um vento violento conhecido como “Levantino”. José Bates, um oficial estadunidense (que até então era presbiteriano<sup>83</sup>), relata o evento:

---

<sup>82</sup> RODRIGUES, J., Capelães na marinha mercante portuguesa, p.405.

<sup>83</sup> Depois de se aposentar como capitão e retornar à vida civil em 1828, José Bates se torna adventista, mediante a pregação milenista de William Miller, vindo posteriormente a se destacar como um respeitado líder espiritual e evangelista entre os adventistas.



(...) era espantoso e estranho ver como aquelas pessoas se agarravam obstinadamente às suas imagens de escultura, rodeadas de velas acesas, como se elas tivessem sido capazes de nos salvar dessa hora perigosa, quando, na verdade, nada, senão o nosso trabalho incansável nas bombas, evitou que o navio naufragasse com todos nós.<sup>84</sup> (tradução nossa)

Por meio desse relato, percebe-se que era comum ao navegante interpretar os eventos pela perspectiva da fé, sendo a religião uma fonte de esperança em situações de desespero. A crítica de José Bates se fundamenta na sua visão de fé divergente, tendo em vista que se trata de um protestante estadunidense observando o comportamento de espanhóis católicos. Brito também descreve a fé praticada pelos marujos: “tínhamos todos os dias missa, e aos domingos pregação, e todas as noites ladainhas, e às quartas e sextas-feiras procissão, em que muitos se disciplinavam”.<sup>85</sup>

O poema do poeta inglês Samuel Taylor Coleridge, escrito em 1797-1798, com o título “A balada do velho marinheiro”, apresenta diversas referências religiosas dentro do imaginário cristão que povoava a mente dos marinheiros. Nesse poema, um velho marinheiro, para expurgar seus pecados, precisa contar sua história trágica ensinando o amor de Deus pelas criaturas. Temáticas teológicas como pecado, culpa, queda, penitência, purgação e redenção estavam entremeadas à realidade dos marinheiros e são abrangidas pelo poema de Coleridge.<sup>86</sup>

O capelão atuava também no campo da libertação da culpa, por meio do perdão e das graças sacramentais. Enquanto o marinheiro estivesse aprisionado pela culpa, suas forças estariam exauridas para o trabalho braçal tão necessário e exigido no navio. Além do mais, poderia executar um serviço de forma displicente por causa de uma mente extenuada com preocupações, colocando em risco a vida dos demais. Assim, questões psicológicas, espirituais e emocionais interferiam consideravelmente na realidade dos embarcados. À vista disso, recaía sob o capelão a responsabilidade do bem-estar não apenas social, mas, sobretudo, o bem-estar pessoal de cada tripulante.

<sup>84</sup> BATES, J., *The Autobiography of Elder Joseph Bates*, p.39,40. Texto original: It was wonderful and strange to us to see how tenaciously these people hung around their images, surrounded with burning wax candles, as though they could save them in this perilous hour, when nothing short of our continual labor at the pumps, prevented the ship from sinking with us all.

<sup>85</sup> BRITO, B. G. de (org.), *História Trágico-Marítima*, p.243.

<sup>86</sup> SÁ, D. S.; ORGADO, G.T.M (orgs.), *A balada do velho marinheiro*, p.6.

### 2.3.3

#### Imposição e transposição da fé no início da capelania naval

Embora a atividade do capelão fosse essencial, contribuindo para o bem dos embarcados, nem sempre suas ações eram acolhidas voluntariamente pelas tripulações. Há registros históricos atestando a obrigatoriedade da participação dos tripulantes nos atos religiosos a bordo. José Bates, em 1810, relata uma experiência a bordo de um navio britânico em que homens, com cordas, percorriam os conveses convocando os tripulantes para o culto anglicano. Aqueles que tentassem fugir da intimação eram punidos. Sob o risco da penalidade, preferiam participar do ato religioso. Não havia nenhuma tolerância religiosa a bordo.<sup>87</sup> O mesmo era visto nas embarcações dos países católicos, como Portugal e Espanha.

Em 1796, o Regimento Provisional da Armada Portuguesa regulamenta a necessidade de toda a guarnição assistir a ladainha rezada e as orações conduzidas pelo capelão.<sup>88</sup> Nas Ordenanzas Generales de la Armada Naval espanhola, de 1793, também está exposta a regulamentação de horário específico para as refeições e o mesmo deveria ser aplicado às missas.<sup>89</sup>

Segundo Hutter:

Entre os portugueses, a religião católica era observada tanto a bordo como em terra. Quando a bordo, o capelão se incumbia das missas, das cerimônias como as da quaresma e das festividades do ano e, até mesmo, das procissões. No dia-a-dia, geralmente às nove horas da noite, o mestre, com um determinado apito, chamava toda a tripulação para rezar o Padre-nosso e a Ave-Maria; em seguida, com uma outra modalidade de apito, dava o sinal para os marinheiros se posicionarem em seus postos de trabalho. Ao romper do dia, cantavam um tipo de oração ao mar, iniciada por uns e seguida pelos demais. Nessa oração cantada, que durava cerca de uma hora, fazia-se menção ao navio como um todo e a seus utensílios mantendo, porém, um fundo de caráter religioso. Havia, em navios portugueses, uma pequena capela, onde as pessoas iam fazer suas preces.<sup>90</sup>

Com a distância dos navios dos portos, a cerimônia religiosa era realizada na própria embarcação. Deste modo se dava o fenômeno da transposição da fé cristã na capelania flutuante, marcado pela escolha/improvisação do local da

<sup>87</sup> BATES, J., *The Autobiography of Elder Joseph Bates*, p.42. Esse relato faz parte de um desabafo de um presbiteriano forçado a participar de um culto anglicano, confissões de fé do mundo protestante.

<sup>88</sup> REGIMENTO PROVISIONAL PARA O SERVIÇO E DISCIPLINA, p.2.

<sup>89</sup> ORDENANZAS GENERALES DE LA ARMADA NAVAL, p.187.

<sup>90</sup> HUTTER, L. M., *Navegação nos séculos XVII e XVIII*, p.209.

celebração religiosa, bem como pela adaptação do discurso religioso à realidade marinheira. Na citação acima, percebe-se que o capelão desenvolveu uma tradição peculiar expressa na “oração ao mar”, que contava com ampla participação da tripulação. Essa transposição cultural realizada durante o ofício religioso é uma forma de inculturação da fé cristã para o homem do mar. O capelão naval precisava ter sensibilidade cultural para traduzir a mensagem cristã ao contexto do nauta, aplicando de forma específica a esperança da fé ao homem embarcado.

## 2.4

### **A gênese da capelania naval realizada por protestantes no Brasil**

O capelão naval surge da tradição católica com a inserção do sacerdote nos navios portugueses e espanhóis, porém tal encargo não fica circunscrito ao catolicismo, sendo também replicado por países protestantes. Após a Reforma Protestante observa-se o desenvolvimento de capelanias navais protestantes nos navios da Inglaterra, Holanda e outros países que aderiram à Reforma, porém, nos navios portugueses que desbravaram os litorais brasileiros e influenciaram a Marinha do Brasil a tradição católica era dominante.

A preponderância de uma assistência religiosa católica nos navios do Brasil se justifica devido à tradição lusitana impulsionada pelo Padroado Português, sendo essa presença quase hegemônica nos primeiros séculos da descoberta do país pelos portugueses, exceções à regra foram os capelães protestantes que atuaram em navios estrangeiros atracados no Brasil, em um período marcado pelas primeiras tentativas de implantação do protestantismo no Brasil.<sup>91</sup>

Um exemplo comprobatório dessa argumentação é o caso do Rev. Ashbel Green Simonton, que fora enviado ao Brasil em missões pela Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos, desembarcando no Rio em 1859. Aos 26 anos de idade e

---

<sup>91</sup> Sabe-se que os franceses e holandeses tentaram se estabelecer no Brasil nos séculos XVI e XVII. Por se tratar de países que foram mais abertos a Reforma Protestante em comparação a Portugal, tornar-se-ia natural pensar na existência de capelanias navais protestantes, sendo realizadas no Brasil durante este período. Enquanto os franceses se estabeleceram no Rio de Janeiro, na ilha de Villegagnon em 1554 e 1555, os holandeses ocuparam as regiões do Norte e Nordeste por volta de 1612 na tentativa de fundar o projeto da França Equinacional. Porém, tendo em vista que a proposta deste trabalho acadêmico está em refletir a relação das raízes históricas com a atual missão do Capelão na Marinha do Brasil, e considerando que os integrantes destes países estrangeiros tiveram seus projetos descontinuados ao serem expulsos do Brasil pelos portugueses, foi uma escolha desta pesquisa concentrar-se na capelania naval proposta pelos portugueses, pois ela se tornou uma matriz delineadora do atual serviço religioso de capelania naval no Brasil.

cheio de entusiasmo, encontrou dificuldade de se comunicar pela falta de conhecimento da língua portuguesa. Destarte, no início, trabalhou como “uma espécie de capelão entre os anglo-saxões da capital, pregando a bordo dos navios ou nas cidades sempre em inglês, e casando ou enterrando seus compatriotas”.<sup>92</sup>

O ofício de capelão de navio foi uma alternativa bem explorada pelos primeiros missionários protestantes brasileiros antes da República, uma vez que, sendo o Brasil um país oficialmente católico, era facultado ao marinheiro estrangeiro o direito de exercitar a sua fé, contanto que não praticasse o proselitismo. Portanto, muitos missionários protestantes poderiam desempenhar seu trabalho em terras tupiniquins, desde que enquadrado na modalidade de serviço de capelania naval. O primeiro templo protestante no Brasil foi construído sob o pretexto de ser um trabalho de capelania destinado aos marinheiros ingleses.

Em 1819, para atender o desejo de numerosos cidadãos ingleses que moravam na cidade do Rio de Janeiro, foi iniciada a construção na cidade de um templo anglicano, com aparência externa de uma residência comum. O uso de torre, cruz ou sinos só era permitido à Igreja Católica Apostólica Romana. Em 1820, foi concluída a construção desse templo e iniciados os serviços religiosos. Os cultos aos domingos, dirigidos pelo pastor anglicano Robert Syngne, eram frequentados por funcionários de embaixadas, comerciantes, marinheiros e viajantes de passagem pela cidade. Essa congregação de religiosos não católicos era considerada pelas autoridades como uma capelania e não como uma igreja protestante.<sup>93</sup>

A possibilidade de inserção do protestantismo no Brasil começa historicamente com a abertura dos portos mediante a assinatura do “Tratado de Aliança e Amizade e de Comércio e Navegação”, firmado com a Inglaterra em 1810. Sendo a Inglaterra um país protestante, foi permitida a celebração de cultos protestantes a bordo dos navios ingleses que ancoravam no Porto do Rio de Janeiro, evoluindo depois para as casas particulares de ingleses.<sup>94</sup> O ofício do capelão de navio contribuiu para uma maior diversidade religiosa no Brasil, levando o país a uma interação com outros povos de culturas e religiões díspares.

---

<sup>92</sup> LEONARD; É., O protestantismo brasileiro, p.142. O exemplo desta capelania foi citado pelo seu projeto de continuidade em solo brasileiro. Embora a capelania naval prestada pelo Rev. Ashbel Green Simonton não tenha influenciado a capelania naval brasileira, trata-se de um projeto bem sucedido, vindo a contribuir com o estabelecimento do protestantismo no Brasil. É bem verdade que o contexto histórico era outro, pois no século XIX, com a abertura dos portos para os ingleses, já começava a se vislumbrar a possibilidade da prática da fé protestante no Brasil, apesar de que a permissão tenha sido concedida com uma série de restrições.

<sup>93</sup> GIRALDI, L. A., História da Bíblia no Brasil, p.43.

<sup>94</sup> RIBEIRO, B., Protestantismo no Brasil Monárquico, p.123.

Os navios foram os primeiros instrumentos da globalização e os capelães foram os precursores da diversidade religiosa no solo brasileiro.

## 2.5 Conclusões

Constata-se que a descoberta e colonização do Brasil nas ocupações e conquistas lusitanas foi um projeto conjunto envolvendo o Estado português e a Igreja Católica, tendo a Coroa um papel de destaque. O Estado aprovou e abasteceu as embarcações, subsidiou os custos, edificou as igrejas e sustentou o clero, o que lhe deu o direito legal de tomar decisões no campo da nomeação dos bispos, na coleta dos dízimos e na aprovação de documentos que inevitavelmente interferiam nas diversas áreas da vida da igreja. Também trouxe efeitos extremamente positivos, pois resultou em um trabalho mais pujante na catequização da nova terra conquistada, inclusive no provimento religioso de assistência aos tripulantes das embarcações. Por isso, os navios sempre foram motivo de preocupação dos reis portugueses, que insistiam na presença de capelães embarcados, oficializando historicamente a figura do capelão de navio.

Tendo em vista que os navios eram os grandes veículos condutores de transporte de pessoas e mercadorias e, considerando que os tripulantes de uma embarcação passavam muitos dias no mar distante da família e da paróquia, criou-se a necessidade de diminuir a distância entre os portos com a inserção da vida paroquial por meio de uma espécie de capela flutuante. Para isso, emergiu nesse contexto o capelão naval. Além de fortalecer a fé do tripulante e contribuir para a manutenção de um ambiente saudável do ponto de vista do convívio social, o capelão também colaborava para amenizar a distância da terra e do porto, fornecendo ao marinheiro o apoio religioso por meio das missas, confissões e instruções pastorais.

É bem verdade que em seu início o transporte de religiosos nas embarcações apresentava como finalidade fulcral o cumprimento das recomendações do papa Alexandre VI, no compromisso católico de cristianização do Novo Mundo. Deste modo, o alvo dos esforços religiosos era o homem da terra além-mar, haja vista que para alcançá-lo era necessário enfrentar temporariamente o desafio da navegação transatlântica. Nesse ínterim, expurgar o medo contando com a

proteção divina era fundamental. Conseqüentemente, além de batizar os navios com nomes de santos, sentia-se também a necessidade de ter um capelão a bordo.

Dentro deste contexto histórico, os clérigos são enviados aos navios dando início ao contato do “homem de Deus” com os “homens do mar”. Aos poucos, os ministros religiosos foram se inserindo no contexto nauta e logo se percebeu que o capelão de navio não deveria se concentrar apenas no homem além-mar, mas também naquele que cruza o mar. Deste modo, foi-se estabelecendo uma cultura de religiosidade a bordo das embarcações, com missas, observações e festas religiosas. A função se tornou tão importante que passou a ser amparada por legislações que garantiam sua continuidade. O serviço religioso a bordo se adequou à realidade marinheira, originando formas de devoção únicas e personalizadas.

O grande desafio dessa época foi encontrar padres vocacionados para o exercício da capelania naval. As diferenças comportamentais entre religiosos e marinheiros causaram estranhamentos em ambos os lados. Os marinheiros, cidadãos estigmatizados pelos cristãos piedosos, se tornaram o rebanho heterodoxo do capelão naval. A priori, o embarque dos primeiros capelães se dava mediante a subordinação à resolução de superiores.<sup>95</sup> Há casos também de relutância à ordem de embarcar. Devido aos riscos da viagem transatlântica nos navios negreiros em Luanda (Angola), capelães fugiram em massa para o sertão, a fim de não serem obrigados pelo superior hierárquico ao embarque.<sup>96</sup> É possível ver, na História, o acatamento e resistência da parte do capelão em relação ao embarque.

A oposição dos capelães ao embarque se dava por motivos racionalmente justificáveis. Embora fossem religiosos e se inquietassem com o provimento da assistência religiosa aos marinheiros, o contexto nauta, além de ser totalmente desconhecido ao clérigo, era por vezes perigoso e demasiadamente desconfortável. Não apenas do ponto de vista das acomodações e alimentação, mas, sobretudo das relações e interações. O capelão, condicionado ao ambiente religioso, ao embarcar, se via lançado em uma atmosfera carregada de blasfêmias

---

<sup>95</sup> Esse foi o caso do frei Henrique de Coimbra, conforme será visto no próximo capítulo. Frei Henrique revelou temor ao receber a ordem de embarcar na caravela de Cabral, porém, interpretou o comando como um direcionamento divino, gerando dentro de si um acatamento voluntário à decisão superior, resignificando deste modo sua missão.

<sup>96</sup> MARCUSSI, A. A., O dever catequético, p.76-77.

e tradições culturais contrapostas às assertivas cristãs. A aversão caiu em face à necessidade! Diante da falta de oportunidades e do surgimento de um clero sem-emprego, sacerdotes recém-ordenados foram catapultados para as embarcações, vendo nelas um meio (ainda que temporário) de cumprirem seu chamado pastoral.

A transposição da fé cristã para o ambiente nauta também gerou uma cristianização da cultura marítima. Embora esta ainda permanecesse com tradições não ortodoxas, a atuação dos capelães logo delineou uma identidade cristã com formas e ritos idiossincráticos, em consonância ao universo marinho. Como exemplos, vale destacar a menção de uma oração personalizada ao mar e as exéquias, finalizadas com o lançamento dos corpos ao mar, em cerimônia presidida pelo capelão, constituindo um rito de despedida único e peculiar à realidade do nauta. A fé cristã encarnou-se à tradição nauta.

Os sacerdotes não apenas se adaptaram a cultura nauta, mas foram responsáveis por delinear uma cultura cristã aplicada especificamente a esse contexto. O capelão naval cumpriu de forma satisfatória sua missão, pois esta não ficou circunscrita apenas à tradição lusitana no período das Grandes Navegações, mas consolidou-se e fez-se presente nos momentos decisivos da historiografia brasileira tornando-se também uma tradição da Marinha do Brasil na contemporaneidade.

### 3

## O capelão naval na historiografia do Brasil

A figura do capelão naval na historiografia brasileira ocupa um papel importante em diversos momentos históricos da formação e desenvolvimento de uma marinha genuinamente nacional. Os capelães navais se fazem presente na descoberta do Brasil pelos portugueses, no período Colonial durante a Armada Real Portuguesa, bem como no período da Independência com a atuação da Armada Nacional e Imperial até chegar à República, com a formação de uma Marinha do Brasil. A história do Brasil é comumente dividida em três momentos: Colônia, Império e República. Premido entre o período colonial e imperial, em 16 de dezembro de 1815 temos a elevação do Brasil de Colônia à posição de “Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves”.<sup>97</sup> Porém, o novo projeto teve pouca durabilidade, vindo a desmoronar com a Proclamação da Independência do Brasil em 7 de setembro de 1822. O reino do Brasil desmembrou-se de Portugal e passou a ser reconhecido como um Império que foi sucedido pela República, fase que contempla o cenário atual do Brasil. Em todos esses momentos, é possível observar a atuação do capelão naval.

Enquanto na Europa o capelão naval surge muitos séculos depois da inserção do capelão militar em terra,<sup>98</sup> sabe-se que a capelania naval fundamenta a “formação do serviço de assistência religiosa militar em território brasileiro”<sup>99</sup>, vindo, portanto, a constituir-se como matriz de toda a assistência religiosa militar. Considerando que todas as capelanias existentes (hospitalar, prisional, escolar, empresarial etc.) se originam da capelania militar,<sup>100</sup> sendo a capelania naval a madre do serviço religioso prestado ao militar no Brasil, torna-se coerente afirmar

---

<sup>97</sup> Trata-se da identificação de João VI para o reino criado em 1815, com a elevação do então Estado do Brasil, saindo de uma colônia do império ultramarino português para a posição de reino unido com Portugal.

<sup>98</sup> O historiador do quarto século Hermans Sozomenus registra que o imperador Constantino adotou a prática de fazer acompanhado por sacerdotes durante as expedições militares que atuavam como capelães dos soldados. Os padres celebravam os ofícios religiosos em tendas junto ao acampamento do exército romano. Tendo a referência desta menção histórica como o início do ofício do capelão militar; considerando que Constantino Magno foi proclamado Imperador no início do século IV (ano 306 d.C.); considerando que o capelão naval surge próximo a 1.500 d.C.; percebe-se uma distância de mais de mil anos entre o capelão naval e o capelão militar. (MACEDO, J.C., Capelania militar evangélica e sua importância para o CBMERJ, p.54)

<sup>99</sup> NETO, A. H., A religião no exército brasileiro, p.9.

<sup>100</sup> SILVA, A. L., Fundamento histórico da capelania, p.90.



que o serviço de capelania oferecido em um navio representa a gênese de todo o serviço humanitário e religioso de capelania que atualmente se exerce no Brasil, constatação que ressalta a importância do capelão naval.

### 3.1

#### **O capelão naval na descoberta do Brasil pelos portugueses e no Período Colonial**

A capelania naval brasileira surge com a descoberta lusitana do próprio Brasil. Sabe-se pelos registros históricos que a presença do capelão naval no Brasil remonta ao episódio envolvendo a chegada dos portugueses ao país em 22 de abril de 1500. O primeiro ato de Pedro Álvares Cabral, após aportar na terra batizada inicialmente “Ilha de Vera Cruz”, foi ordenar uma celebração religiosa como cerimônia de posse da nova terra. Assim, foi organizada a primeira missa, presidida pelo frei Henrique de Soares Coimbra, capelão naval da Armada Portuguesa, que na frota cabralina exercia também a função de Superior dos Franciscanos missionários.<sup>101</sup>

Com o encarregado na expedição religiosa estavam outros sacerdotes, “sete confrades mendicantes, na companhia de outro grupo de clérigos seculares”.<sup>102</sup> A missa foi realizada no dia 26 de abril de 1500, no litoral sul da Bahia, em um Domingo de Páscoa. A carta enviada a Portugal por Pêro Vaz de Caminha, escrivão da feitoria de Calecut, datada de 1º de maio, apresenta detalhes desse histórico evento religioso. Pêro Vaz de Caminha descreve:

Ao domingo de Pascoela pela manhã, determinou o capitão de ir ouvir missa e pregação naquele ilhéu e mandou a todos os capitães que aprestassem os batéis e fossem com ele. E assim foi feito. Mandou naquele ilhéu armar um esperável e dentro dele um altar muito bem corregido. E ali com todos nós outros fez dizer missa, a qual foi dita pelo padre Frei Henrique, em voz entoada, e oficiada com aquela mesma voz pelos outros padres e sacerdotes, que eram todos ali. A qual missa, sendo meu parecer, foi ouvida por todos com muito prazer e devoção. (...) Acabada a missa, desvestiu-se o padre e subiu a uma cadeira alta, e nós todos lançados por essa areia. E pregou uma solene e proveitosa pregação da história do Evangelho, e no fim dela tratou de nossa vinda e achamento desta terra, conformando-se com o sinal da cruz, sob cuja obediência viemos, o que foi muito a propósito e fez muita devoção.<sup>103</sup>

---

<sup>101</sup> ALMEIDA, M. C. A religião na caserna. p.20-21.

<sup>102</sup> AMORIM, M. A. Frei Henrique de Coimbra. p.72.

<sup>103</sup> A CARTA DE PERO VAZ DE CAMIINHA, p.65.

No dia 1º de maio, uma sexta-feira, frei Henrique realizou uma segunda missa após Pedro Álvares Cabral erguer uma cruz de madeira nas margens do Rio Mutari. Assim, “assentadas às armas reais e erigido o cruzeiro em lugar visível, foi erguido um altar, onde Frei Henrique de Coimbra celebrou a segunda missa”.<sup>104</sup> Os nativos que pertenciam à tribo Tupiniquim<sup>105</sup> ajudaram no transporte da cruz de madeira que continha as armas e divisas reais. “Sob essa cruz foi realizada a segunda missa em terra por Frei Henrique Soares, diante dos olhares de cerca de 50 nativos, que observavam de perto a cerimônia”.<sup>106</sup>

Frei Henrique acompanhava Cabral no projeto de chegar à Índia, pois tinha sido escolhido como guardião dos conventos que a Ordem Franciscana iria edificar na Índia, sob a recomendação do papa.<sup>107</sup> Todavia, a embarcação rumou para a América do Sul, vindo a calhar na descoberta do Brasil pelos portugueses. Deste modo, a imagem de um capelão naval marcou presença desde os primórdios da historiografia brasileira. Merece destaque o fato de frei Henrique ser considerado o primeiro missionário cristão em terras brasileiras, fato emblemático que distingue o caráter evangelizador tão presente no ministério de um capelão naval. A primeira semente do Evangelho foi germinada nas terras tupiniquins pela instrumentalidade de um capelão de navio. Em discurso pronunciado na Rádio Vera-Cruz, em 29 de julho de 1946, durante a semana dos capelães militares, foi declarado de forma poética que o Brasil foi despertado à civilização pela voz do capelão (missionário) frei Henrique de Coimbra.<sup>108</sup>

O fato de aquela missão ser impulsionada por motivações de caráter mercantil, aliadas a objetivos proselitistas de uma matriz religiosa que desejava se consolidar em terras longínquas, não invalida a intencionalidade presumida da presença do capelão na embarcação. É verdade que a priori imaginava alcançar a Índia, constatação que não altera o caráter altruísta de seu embarque; nesse ínterim, permitiu a soberania divina que a frota cabralina aportasse no Brasil. Em carta de 4 de março de 1500, cinco dias antes do suspender da frota de Cabral, frei Henrique despede-se dizendo: “Creio que Deus quer que eu vá (...). E, pois, Ele quer; é bem que queiramos nós todos. Não convém, pois, resistir à sua vontade

<sup>104</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, A importância do Mar na História do Brasil, p.33.

<sup>105</sup> Os índios da tribo Tupiniquim habitavam o sul da Bahia, parte do Espírito Santo e uma parte do litoral norte de São Paulo.

<sup>106</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, A importância do Mar na História do Brasil, p.39.

<sup>107</sup> AMORIM, M. A., Frei Henrique de Coimbra, p.75.

<sup>108</sup> BACELLAR, G. H., A Marinha e as Tradições Católicas, p.139.

(...), e ainda que vá, não me espera logo a morte. Poderá ser que me vereis e a mais cedo do que pensais”.<sup>109</sup>

Na despedida de frei Henrique, em uma carta destinada à soror Coleta Talhada, abadessa do mosteiro, torna-se patente sua apreensão sobre a dúvida de um suposto regresso, todavia, como capelão daquela embarcação estava pronto para cumprir a missão, que em suas palavras não lhe tinha sido delegada por homens, mas pelo próprio Criador que lhe vocacionara para o santo ministério. O capelão naval precisa estar sempre pronto ao autossacrifício que as missões longínquas exigem do marinheiro. A despedida e a dor da saudade precisam ser devidamente administradas por aquele que será o responsável (durante a missão) por subsidiar a fé e a esperança de outros. Resignação e vocação altruísta devem caracterizar o capelão naval.

### 3.1.1 O capelão naval e as primeiras expedições portuguesas

Após a descoberta do Brasil pelos portugueses, o rei de Portugal D. Manuel enviou uma expedição naval militar composta por três caravelas comandadas por Gonçalo Coelho na companhia de Américo Vespúcio. Desde então, diversas embarcações assistidas por capelães saíram de Portugal. As primeiras expedições tinham o propósito de fazer o reconhecimento da costa brasileira. Após essa primeira conduzida por Gonçalo Coelho em 1501/1502, Fernando de Noronha liderou uma nova expedição em 1502/1503, e Gonçalo Coelho comandou novamente uma outra de reconhecimento em 1503/1504.

A expedição de reconhecimento foi substituída pelas expedições de defesa da nova colônia. Cristovão Jaques, capitão-mor da Armada Guarda-Costa, empreendeu diversas viagens, de 1516 a 1528, pelo litoral brasileiro, combatendo e dissuadindo os integrantes de outros países que tentavam se estabelecer no Brasil, estes eram identificados pelos portugueses como invasores. Em seguida, veio a expedição colonizadora liderada por Martim Afonso, em 1530, com o objetivo de ocupar a nova terra e colonizá-la.<sup>110</sup> Os capelães navais se fizeram presente nessas expedições, sendo os pioneiros na evangelização da colônia brasileira. Segundo Abreu:

---

<sup>109</sup> AMORIM, M. A., Frei Henrique de Coimbra, p.75-76.

<sup>110</sup> DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA, Introdução à história marítima brasileira, p.38.

No período sucessivo à viagem cabralina, registam-se algumas tentativas esparsas de evangelização ligadas aos capelães dos navios: em 1502-1503, foram batizados alguns nativos pelo capelão da nave de Gonçalo Coelho; em 1526, os padres Francisco Garcia e Francisco Lemos, também capelães de navios, estiveram por uns meses na Baía. Mesmo que destas presenças resultem alguns contactos com os ameríndios, não havia um intuito missionário organizado, mas apenas o de proporcionar a assistência religiosa aos portugueses.<sup>111</sup>

O início do período colonial foi marcado por invasões e ameaças estrangeiras. Deste modo, além de Portugal utilizar a sua Armada Real, também desenvolveu outras estratégias como a ocupação da terra com as capitánias hereditárias e a instalação de um governo Geral, com sede em Salvador, sob a liderança de Tomé de Souza, um militar e político português que, para assumir a missão, partiu de Portugal em uma embarcação acompanhado também por capelães jesuítas.

A chegada dos jesuítas da “Companhia de Jesus”<sup>112</sup> chefiados pelo padre Manoel da Nóbrega foi fundamental para uma aproximação com os indígenas, contribuindo para a pacificação da terra, bem como de sua defesa e posse efetiva. O historiador Hélio Viana destaca que “enquanto os Governadores, Capitães e funcionários iam estabelecendo as bases do Estado, o elemento religioso alicerçava o novo edifício”.<sup>113</sup> Os capelães navais atuaram como interlocutores entre portugueses e nativos, aproximando representantes de mundos antagônicos por meio do instrumental religioso.

Em 25 de fevereiro de 1551, ainda no governo de Tomé de Souza, foi criado o bispado do Brasil pela bulla *Super specula militantis Ecclesiae* gerando o envio de mais sacerdotes para a nova colônia. Conseqüentemente, a evangelização das novas terras ganhou um grande impulso. A base embrionária de toda ação evangelística foi desenvolvida pelos capelães de navios.<sup>114</sup> Considerando que o acesso à Colônia se dava pelo mar, a vinda de todo sacerdote português para o Brasil tinha como etapa compulsória um estágio como capelão naval.

<sup>111</sup> ABREU, A. F., O P. Manuel da Nóbrega, p.238.

<sup>112</sup> A Companhia foi fundada na cidade de Paris em 1537, por Inácio de Loyola, um militar de nacionalidade espanhola. Em 1540, a Ordem adquiriu o reconhecimento pelo papa Paulo III com a bula *Regimine Militantis Eclesiae*. Desde então, colocou-se a serviço das Coroas de Portugal e Espanha na ação evangelizadora nas Américas. (BINGEMER, M. C. L. et al., A globalização e os jesuítas, p.171)

<sup>113</sup> VIANNA, H., Estudos de Historia Colonial, p.80.

<sup>114</sup> DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA, Introdução à história marítima brasileira, p.261.

Em 1560, o padre Antônio Pires do Brasil escreve para a Companhia de Jesus apelando por ajuda diante da falta de operários e menciona o apoio que recebeu de um capelão naval que fazia parte da armada portuguesa, durante o período que o seu navio esteve atracado na Bahia.<sup>115</sup> Era comum o capelão naval aproveitar que o navio se encontrava aportado para evangelizar a nova terra; deste modo, cumpria sua missão basililar do anúncio cristão. Durante a viagem, atendia os marítimos, na fase de porto, evangelizava os nativos. Em situações de conflito, o capelão de navio se apresentava como um ponto de contato fazendo a interlocução entre a Armada Real Portuguesa/Exército Colonial com os indígenas, e assim conseguia arregimentar o apoio dos nativos formando coalizões entre portugueses e índios contra os estrangeiros que também tentavam explorar a nova terra.

### 3.1.2

#### **O apoio religioso na primeira batalha naval no Brasil**

O primeiro grande desafio da Esquadra portuguesa foi expulsar os franceses que haviam se estabelecido em diversos locais entre o Cabo de São Roque e o Rio de Janeiro. Em 1556, Nicolas Durand de Villegagnon desembarcou na atual ilha de Villegagnon para construir o forte Coligny.<sup>116</sup> Mem de Sá, no comando da Esquadra, travou uma grande batalha contra os franceses contando com o apoio do capelão naval padre José de Anchieta, que trouxe os índios de Martim Afonso Arariboia.<sup>117</sup>

Três anos antes, em 1553, quando chegou ao Brasil, José de Anchieta, em suas cartas, relatava que havia atuado como o capelão de uma embarcação que havia suspenso de Salvador, Bahia.<sup>118</sup> A participação do sacerdote com experiência em capelania naval foi fundamental para a vitória na arregimentação dos nativos contra os franceses. Os franceses foram derrotados e expulsos da Baía de Guanabara. Segundo Ribeiro: “Naquela ocasião, embarcações a remo com brasileiros nativos reforçaram a esquadra portuguesa para conquistar a vitória. Essa foi a primeira defesa organizada contra uma agressão ao nosso território”.<sup>119</sup>

---

<sup>115</sup> PUBLICAÇÕES DA ACADEMIA BRASILEIRA, Cartas Avulsas, p.279.

<sup>116</sup> MARIZ, V., Villegagnon, p.55.

<sup>117</sup> Vieram do Espírito Santo no objetivo de ajudar os portugueses a expulsar os franceses.

<sup>118</sup> ANCHIETA, P. J. de., Cartas Inéditas, p.12.

<sup>119</sup> RIBEIRO, L. M., Marinha do Brasil, p.19.

### 3.1.3

#### O capelão naval nos navios de Guerra da Colônia

Próximo à batalha naval da Baía de Guanabara contra os franceses encontramos o Regimento Provisional de 1568. Este documento comprova a atuação dos capelães nos navios de guerra. Trata-se do primeiro registro histórico assinalando a presença dos capelães nos navios de guerra. Eles eram “considerados a bordo depois dos Capitães-Tenentes no que respeita ao rancho”.<sup>120</sup> Embora não fossem militares, foram inseridos na hierarquia militar por necessidade de organização a bordo. Visto que no navio até uma simples refeição seguia uma ordem hierárquica, os capelães assumiram uma posição na hierarquia entre os capitães-tenentes e os tenentes.

Nesse período embrionário da atuação do capelão naval nos navios brasileiros, o atendimento era feito por sacerdotes civis que se dedicavam aos militares em missões específicas, recebendo um pequeno soldo para esse fim. Sabe-se da atuação de capelães na Primeira Flotilha da Amazônia em 1615, após a derrota dos franceses e seus aliados Tupinambás, na região de São Luís.

Compunha-se de uma flotilha de três barcos: o Patacho Santa Maria da Candelária, do Capitão Pedro Freitas, o Caravelão Santa Maria da Graça, do Capitão Álvaro Neto, e o Lanchão Assunção, do Capitão Antonio da Fonseca, auxiliados pelos Alferes Gaspar de Macedo, Pedro Teixeira e Pedro da Costa Favela, além do **capelão da frota Padre Manoel Figueira de Mendonça, dos capuchos Cristóvão de São José e Antonio de Marciana para missionar os índios, todos embarcados nessa primeira flotilha de guerra a singrar as águas da Amazônia**, tendo a bordo três companhias totalizando 150 soldados e 50 marinheiros, dez peças de artilharia e oito quintais de pólvora.<sup>121</sup> (grifo nosso)

No Brasil Colônia não havia separação entre Estado e Igreja, conseqüentemente o catolicismo tornou-se a religião oficial. O padroado português regia o serviço religioso no Brasil, sendo tanto o agente colonizador quanto evangelizador. Os monarcas portugueses possuíam “a prerrogativa de ingerência na vida eclesial. Naquele regime, era natural e até compulsório que as Forças Armadas tivessem assistência religiosa”.<sup>122</sup>

<sup>120</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.9.

<sup>121</sup> NOGUEIRA, D. S. A. et al., A Marinha na Amazônia Ocidental, p.40.

<sup>122</sup> CAPELAS NAVAIS, p.22.

### 3.1.4

#### **A obrigatoriedade da comprovação do embarque de um capelão para o navio suspender do porto**

O contexto histórico de privações a bordo de uma embarcação permanecia nos séculos subseqüentes à descoberta lusitana do Brasil e fazia do capelão um tripulante fundamental nas viagens marítimas. A vida no mar era dura e cruel. Os tripulantes encontravam-se fragilizados por diversos fatores: saudade da família, medo do mar, ansiedade pela imprevisibilidade da viagem, desconforto da acomodação, rígida disciplina a bordo, carga de trabalho pesada, pouca higiene, acondicionamento deficiente de alimentos e água, doenças, imunidade baixa, enjoos, vômitos, tempestades, perigos, acidentes, naufrágios, embarcações inimigas, navios corsários, combates navais etc. Se existia um lugar no mundo em que as pessoas precisavam de apoio religioso, esse lugar era um navio em alto-mar.

A atuação do capelão naval foi considerada fundamental em todo o Reino de Portugal e principalmente para a Colônia, em seu interesse na manutenção da ordem pública e na promoção da religião vigente. O embarque do capelão tornou-se obrigatório nas embarcações portuguesas.<sup>123</sup> Apesar da força da lei, muitos capitães de navios ignoravam a questão e, assim, a ordem foi reiterada diversas vezes. Por parte do comando de um navio, nem sempre houve consciência da importância do serviço de um capelão naval para a tripulação. Em documento de correspondência, datado de 1752, o vice-rei Conde de Atouguia foi informado que o Conselho Ultramarino, em 1697, impôs uma pena prisional acompanhada de multa financeira ao capitão do navio que saísse do porto sem a presença de um capelão na tripulação. Essa ação coercitiva pressionou os capitães de navio para jamais navegarem sem a presença de um capelão nas colônias portuguesas.

(...) por vos constar que por omissão dos capitães dos navios se não observa a mesma ordem, mandareis que para a execução dela se pusesse nos alvarás que se passam para os ditos navios fazerem viagem à cominação de serem os ditos capitães presos um mês na cadeia dessa cidade, e de pagarem 400\$000 réis para as fortificações dela, não se lhes entregando os mesmos alvarás sem apresentarem primeiro certidão do vigário geral por onde se verifique levarem capelão nos

---

<sup>123</sup> Conforme visto, Dom Pedro foi o responsável por esta lei, cujo texto no seu artigo XI determinava a exigência de todos os navios possuírem um sacerdote para atender religiosamente os tripulantes de uma embarcação. LARA, S. H., Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa, p.192.

navios. E sendo nesta matéria ouvidos os procuradores de minha Fazenda e Coroa, me pareceu mandar-vos dizer por resolução de 12 de agosto do presente ano em consulta do meu Conselho Ultramarino que obrastes bem na providência que tendes dado **para que os navios não saiam desse porto da Bahia sem capelão**, pelo que sou servido aprovar as penas que mandastes cominar aos capitães ordenando que na Relação infalivelmente se executem. E se vos declara que esta ordem mando participar a Angola, para efeito de que o provedor daquele Reino examine se os ditos navios levam capelão e, achando que saíram desse porto sem ele, faça disso acerto e o remeta ao chanceler dessa Relação da Bahia; e que procure que do mesmo Reino não saiam também sem o capelão (...).<sup>124</sup> (grifo nosso)

Nenhuma embarcação poderia suspender do Brasil para navegar à costa da África sem levar o capelão. Em 1760, há a constatação que a falta de capelão no navio traz um “irreparável prejuízo à salvação de todos esses navegantes, (...) sendo este tão necessário para a assistência dos moribundos e para lhes administrar o sacramento da confissão e o da extrema unção”.<sup>125</sup> A obrigatoriedade de levar um capelão no navio foi reiterada mediante a Ordem de 19 de dezembro de 1764.<sup>126</sup>

O capelão lidava rotineiramente com a morte nas embarcações que transportavam escravizados da África, e sua ausência se fazia sentir por toda a tripulação. Uma vez que não existia nenhum oficial atuando em uma função correlata à do capelão, a singularidade de sua atuação conferia-lhe valor insubstituível. A influência do capelão no navio era grande, Silva destaca que o “cotidiano das embarcações em grande medida era regado pela ação da capelania”.<sup>127</sup> Segundo Miceli, os turnos de trabalho na embarcação eram regidos pelas horas canônicas.<sup>128</sup>

O siso eclesiástico percebeu que algumas embarcações, por serem pequenas, não dispunham espaço suficiente para acomodarem o capelão e o altar para o sacrifício da missa e, nesses casos especiais, as embarcações estariam isentas de levarem capelães, desde que apresentassem uma certidão do provisor do arcebispo (da Bahia).<sup>129</sup> A própria decisão eclesiástica atenuou a questão, já que nem sempre conseguia suprir a demanda de fornecimento de sacerdotes para os navios em

<sup>124</sup> LARA, S. H., Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa, p.317-318.

<sup>125</sup> LARA, S. H., Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa, p.341.

<sup>126</sup> LARA, S. H., Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa, p.350.

<sup>127</sup> SILVA, T. R., Navegando com Cristo, p.8.

<sup>128</sup> MICELI, P., O ponto onde estamos, p.154.

<sup>129</sup> RODRIGUES, J., Capelães na marinha mercante portuguesa, p.404.



viagens, porém a exceção se dava em casos devidamente específicos, que precisavam estar acompanhados de uma documentação comprobatória.

### 3.1.5

#### A expansão da atuação do capelão dos navios para a terra

Os capelães participavam de diversos momentos da vida e tradição militar. As bandeiras e estandartes novos eram abençoados pelos capelães e entregues solenemente aos Corpos que assistiam o ato religioso. O capelão era responsável por discursar na ocasião em que se prestava o juramento às novas bandeiras.<sup>130</sup> Tal prática se justificava com o objetivo de perpetuar um costume muito antigo, praticado com pompa e veneração religiosa pelas tropas portuguesas e brasileiras.<sup>131</sup> Segundo Silva: “Quando uma embarcação ficava pronta, era comum um batismo realizado por um sacerdote católico. Possuía o objetivo de abençoar, em nome da santíssima trindade, o barco e a vida dos seus futuros tripulantes”.<sup>132</sup> Adam Kowalik descreve um pouco da atuação dos capelães no período colonial:

Era comum durante a Época colonial ver sacerdotes entre os militares nos diversos episódios que eram assumidos pelas Forças de Terra. Eles faziam parte dos efetivos das “entradas e bandeiras”, nas construções de fortes litorâneos, no arregimento dos índios combatentes, para que ao lado dos portugueses pudesse repelir o invasor, chegando a figurar com destaque, na luta dos holandeses no Nordeste e na resistência contra os franceses no Rio de Janeiro.<sup>133</sup>

O Aviso Régio de 1741 estabelecia que os capelães que assistiam as tropas eram considerados verdadeiros párocos.<sup>134</sup> A partir deste entendimento, vindo do Exército Colonial, começa-se a perceber um grande avanço no serviço religioso junto aos militares, pois enquanto a atuação do capelão de navio se dava por empreitada ou missão, sem reclamar a necessidade de continuidade, começavam a surgir, no período colonial, padres que se dedicavam integralmente aos militares, transitando entre tropas e tripulações, entre a Armada Real Portuguesa e o Exército Colonial. Sacerdotes começaram a ser caracterizados por uma dedicação

<sup>130</sup> MATTOS, R. J. da C., Repertório da Legislação Militar, p.208.

<sup>131</sup> MATTOS, R. J. da C., Repertório da Legislação Militar, p.56.

<sup>132</sup> SILVA, T. R., Navegando com Cristo, p.6.

<sup>133</sup> KOWALIK, A., Assistência Religiosa nas Forças Armadas, p.2.

<sup>134</sup> O fato de se dedicarem precipuamente aos militares não os isentava das responsabilidades para com a inspeção episcopal da Igreja.

quase que exclusiva aos militares, qualidade que distingue o atual serviço de capelania militar no Brasil.

A Igreja já tinha despachado sobre tal possibilidade. O Concílio de Ratsbona, em 742 d.C., havia aprovado o emprego de capelães no apoio das tropas militares, proibindo apenas que usassem armas.<sup>135</sup> No século XIV, o papa João XXII por meio de uma bula havia autorizado a participação efetiva de capelães nas guerras com o propósito de animar sua tropa, deixando expressa a observação de jamais matar ou mutilar o inimigo.<sup>136</sup>

Desde então, diversos sacerdotes atuaram como capelães militares. Como exemplo de grande destaque, convém citar o papa João XXIII<sup>137</sup>, o 259º papa da Igreja Católica. Angelo Giuseppe Roncalli, nome de batismo de João XXIII, atuou como capelão do Exército italiano, durante a Primeira Grande Guerra<sup>138</sup> (1914-1918).<sup>139</sup> Ao se tornar papa, João XXIII demonstrou muito respeito pelo ministério de capelão militar, por causa de sua própria experiência. É possível encontrar nele um “patriotismo católico”, conforme exposto por Zanchi e Persico: “Roncalli mostra que é aberto e corajoso ao enfrentar um novo campo do apostolado, como o militar (...)”.<sup>140</sup> O pároco do soldado, embora não fosse um combatente, seja na terra ou em alto-mar, assistia os militares encorajando-os e confortando-os.<sup>141</sup> Estes sacerdotes se fizeram presentes nos grandes confrontos, fosse em terra, fosse no mar, estavam no calor das batalhas motivando os combatentes por meio da fé.

É possível perceber que a atividade do capelão naval começava a se estender em organizações de terra, não ficando apenas circunscrita ao mar. Assim capelães da Armada Real Portuguesa começam a atuar como párocos em capelas construídas em terra, nos fortes responsáveis pela defesa da Colônia. A principal

<sup>135</sup> SILVA, A. L., Fundamento histórico da capelania, p.69.

<sup>136</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.79.

<sup>137</sup> Foi nomeado papa em 1958 exercendo seu pontificado até 1963.

<sup>138</sup> Em consonância com as novas compreensões da historiografia, esta dissertação menciona a “Primeira Grande Guerra” e a “Segunda Grande Guerra” no lugar dos termos “Primeira Guerra Mundial” e “Segunda Guerra Mundial”, por compreender que embora as Guerras supracitadas tenham sido grandes, não foram mundiais, visto que ambas as Guerras não contaram com a participação de todas as nações do mundo. Todavia, ao fazer uso de citações, mantém-se o texto conforme o original, assim como se conserva as expressões nos títulos das obras utilizadas.

<sup>139</sup> Antes disto, havia servido como recruta de 1 de dezembro de 1901 a 30 de novembro de 1902. Era, portanto, já acostumado ao ambiente militar. ZANCHI, G; PERSICO, A. A. Io amo L'Italia, p.1.

<sup>140</sup> ZANCHI, G; PERSICO, A. A. Io amo L'Italia, p.89.

<sup>141</sup> CAPELAS NAVAIS, p.20.

atividade deles era organizar com decência o culto divino.<sup>142</sup> Em 1624, foi construída a Capela da Fortaleza de São José, na Ilha das Cobras.<sup>143</sup> Por ser um local estratégico para a defesa da Baía de Guanabara, a referida capela despontava como fonte de apoio para os militares que ali ficavam e surgiu como um dos primeiros espaços em terra dedicado à capelania naval.<sup>144</sup>

No período do Brasil Colônia, encontramos o registro do experiente capelão naval Aires de Casal. Em 1788, atuou como o capelão do navio N. S. da Conceição Princesa de Portugal, saindo de Lisboa em direção à China. Foi também o capelão de N. S. da Antígua, navio que suspendeu de Lisboa em 27 de julho de 1795 tendo como destino o Rio de Janeiro.<sup>145</sup> Casal deu assistência religiosa a 41 homens a bordo. Destacou-se na história como autor de “Corografia Brazílica”, o primeiro livro editado no Brasil, se constituindo um modelo corográfico para obras posteriores. Com Aires de Casal começa-se a perceber a relação do capelão com o ato de registrar acontecimentos históricos.<sup>146</sup>

Em 1816, foi criada a Capela de São João Batista, no Arsenal de Marinha da Corte, sendo oficialmente instituído por decreto o cargo de capelão para esta capela.<sup>147</sup> Frei Luiz de Souza Barros, da Ordem Terceira da Penitência, foi o capelão nomeado com soldo determinado, sendo o primeiro capelão naval no Brasil instituído para prestar apoio religioso em terra. Percebe-se uma ampliação da atividade do capelão naval, não mais circunscrito a um navio, mas agora como pároco de uma capela, sendo esta evolução resultado de uma necessidade do serviço, uma vez que a Armada Real Portuguesa estava crescendo e se consolidando com edifícios e fortificações para a defesa da terra.

---

<sup>142</sup> MATTOS, R. J. da C., Repertório da Legislação Militar, p.182.

<sup>143</sup> Local que atualmente abriga o Arsenal de Marinha do Rio de Janeiro, o Hospital Central de Marinha, o Comando Geral do Corpo de Fuzileiros Navais, o Presídido da Marinha, o Serviço de Documentação e Patrimônio Histórico da Marinha entre outras Organizações Militares.

<sup>144</sup> CAPELAS NAVAIS, p.22.

<sup>145</sup> RODRIGUES, J., Capelães na marinha mercante portuguesa, p.414-415.

<sup>146</sup> Inclinação a escrita que se mostrará presente na vida do capelão franciscano Antonio Baptista Abrantes, que navegou com D. João VI na transferência da corte portuguesa para o Brasil. Antes de falecer escreveu uma gramática portuguesa e criou uma Livraria no Brasil. Paixão e Dores, capelão da Nau Pedro I também fez um registro sobre sua experiência como capelão da esquadra brasileira na missão da libertação da Bahia e do Maranhão do jugo luso e da adesão daquelas províncias à causa da Independência do Brasil.

<sup>147</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.9. O crescimento da capelania naval com a criação da capela do Arsenal de Marinha e do decreto real instituindo o cargo de capelão para esta capela vai ser resultado direto da transferência da Corte Portuguesa para o Brasil e do protagonismo de Dom João VI.

### 3.1.6

#### O relaxamento dos capelães navais em suas funções religiosas

Em 1796, um Novo Regime Provisional incumbia os capelães da obrigação de ensinar o catecismo e a doutrina cristã todos os domingos à tarde para as tripulações dos navios.<sup>148</sup> O fato de o ensino do catecismo ser uma “obrigação” indicava o apoio estatal que o capelão naval possuía para ensinar a doutrina cristã. A obrigação era dupla, alcançando ministrado e ministrante, e fora instituída devido às omissões e descuido da parte dos capelães no exercício de suas funções.

João VI<sup>149</sup>, no início do século XIX, demonstrou preocupação com a fé dos marinheiros. Ele viveu no Palácio de Mafra na companhia de religiosos, a trinta quilômetros de Lisboa.<sup>150</sup> João VI passava seus dias em reuniões governamentais com os ministros do governo e também ocupava grande parte de seu tempo participando das missas, orações e cânticos.<sup>151</sup> Era um homem inclinado às questões religiosas, conseqüentemente, reconhecia a importância do trabalho religioso nos navios.

A preocupação pelo atendimento religioso do marinheiro era tão grande que, em 1803, D. João VI (que nesse período ainda estava em Portugal) atribuiu ao Capelão-Mor da Armada a responsabilidade de fiscalizar os capelães dos navios mercantes, porque naquela época constatou-se um escandaloso relaxamento destes capelães em suas funções religiosas. Eles demonstravam grande interesse no lucro por meio de negociações clandestinas. Também lhes faltava zelo espiritual, sendo omissos aos preceitos da Igreja. O Capelão-Mor da Armada recebeu a missão de João VI para criar, em consonância às regras canônicas, um método de qualificação, aprovação e fiscalização dos capelães que serviam nos navios

---

<sup>148</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.9. Trata-se do mesmo documento já citado para destacar a necessidade de toda tripulação participar das celebrações de bordo realizadas pelo capelão. O mesmo documento será mencionado novamente para indicar que com a criação de uma Armada Nacional e Imperial na fase do Império, a referida legislação para o capelão foi mantida, dando continuidade a atuação do capelão naval no Brasil Império.

<sup>149</sup> João Maria José Francisco Xavier de Paula Luís António Domingos Rafael de Bragança, conhecido na história como João VI. Foi Rei de Portugal.

<sup>150</sup> O Palácio de Mafra ostentava uma construção ícone dos tempos de glória do império colonial português, construído com a madeira do Brasil e o ouro e diamante extraídos de Minas Gerais. A construção era uma mistura de Igreja, Palácio e Convento. Centenas de Frades viviam ali nas trezentas celas construídas para acomodar os religiosos.

<sup>151</sup> GOMES, L., 1808, p.30.

mercantes.<sup>152</sup> Assim, começa a existir uma tentativa de organização na captação e acompanhamento do serviço de capelania naval. Existia uma preocupação para que todo marítimo – de navio militar ou mercante – fosse atendido religiosamente na fé cristã por sacerdotes dedicados e vocacionados a esta função.

### 3.1.7

#### O capelão naval na transferência da Corte portuguesa para o Brasil

Em 1808, na transferência da Corte Real Portuguesa para o Brasil, o capelão franciscano Antonio Baptista Abrantes, ou frei Antônio do Rosário Baptista, como também era conhecido, da Ordem Terceira de São Francisco, atuava como o capelão-mor da Armada Portuguesa.<sup>153</sup> Há um ofício regulamentando o pagamento de vencimentos ao capelão mor e aos capelães embarcados, datado de 2 de março de 1809.<sup>154</sup> Ele embarcou com a Família Real para o Brasil em 1807, chegando à nova terra em 1808.

Essa viagem foi conturbada desde o suspender da embarcação. A Europa fervilhava com o bloqueio continental imposto pela França aos ingleses. O objetivo era isolar a Inglaterra de seus aliados no afã de minar sua rede comercial.

A partir do momento que Napoleão tomou ciência que Portugal não respeitara o bloqueio continental, rumou contra este país mobilizando um exército de franceses e espanhóis. Em outubro de 1807, a informação chegou a Portugal. A partir de então se criou um alvoroço na Corte portuguesa, que trabalhou de forma ininterrupta para executar a fuga para o Brasil. A viagem foi decidida às pressas e executada de forma improvisada.<sup>155</sup>

Naquela época, as viagens marítimas eram sempre uma aventura cheia de riscos. A viagem de Lisboa ao Rio de Janeiro durava dois meses e meio. Às sete horas da manhã do dia 29 de novembro de 1807 os navios suspenderam. Dom João, acompanhado de toda a família real, da princesa Carlota Joaquina e dos filhos Pedro (futuro Imperador do Brasil), Miguel, de seis anos, e Ana de Jesus Maria, de onze meses, além da companhia de um grande séquito de nobres, dos

---

<sup>152</sup> COLEÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA, p.157.

<sup>153</sup> CAPELAS NAVAIS, p.22.

<sup>154</sup> MENDONÇA, F. M. de S. F. de, Repertório Geral ou Índice Alfabético das Leis do Império do Brasil, p.167.

<sup>155</sup> GOMES, L., 1808, p.62-63.

funcionários do Estado e criados, partiu em fuga para o Brasil. Nessa caravana estava o capelão franciscano Antonio Baptista Abrantes.<sup>156</sup>

A viagem não foi nada tranquila. A superlotação a bordo impunha situações desagradáveis à nobreza. A Nau capitânia Príncipe Real<sup>157</sup> transportou 1054 pessoas além de D. João e seus filhos Pedro e Miguel.<sup>158</sup> Náuseas coletivas tomaram conta dos navios e a tripulação sofreu consideravelmente com a viagem. Gomes Laurentino relata que, na Nau Afonso de Albuquerque, que levava a princesa Carlota Joaquina, “uma infestação de piolhos obrigou as mulheres a rasparem os cabelos e a lançarem suas perucas ao mar. As cabeças carecas foram untadas com banha de porco e pulverizadas com pó antisséptico”.<sup>159</sup>

Embora não tenhamos registros da atividade do capelão durante a viagem, fica implícito que tenha agido para confortar a tripulação em um momento de fragilidade e incertezas. Como fruto da viagem, surgiu um forte vínculo entre o capelão naval Antonio Baptista Abrantes e a Família Real portuguesa. Após a chegada ao Brasil, atuou também como confessor da Princesa do Brasil D. Carlota Joaquina, futura Rainha Imperatriz. Faleceu no Rio de Janeiro entre os anos de 1811 a 1813; antes disso, contribuiu para a língua portuguesa escrevendo uma gramática e criando uma Livraria do Convento de Jesus.<sup>160</sup>

Sabe-se que Dom João retornou a Lisboa em 25 de abril de 1821 por causa de uma Revolução Liberal iniciada no Porto, em 1820, nomeando D. Pedro como Príncipe Regente. Pouco tempo depois de seu retorno a Portugal, D. Pedro proclamou a independência do Brasil, dando início à fase do Brasil Império.

### 3.2

#### **O capelão naval no Império: Armada Nacional e Imperial**

Enquanto Portugal fervia com a Revolução Liberal, no Brasil já havia indícios, no meio político, de uma posição favorável à independência em relação a Portugal. Em 7 de setembro de 1822, quando D. Pedro foi informado das novas

<sup>156</sup> SILVA, I. F. da, Dicionario Bibliographico Portuguez, p.93.

<sup>157</sup> A embarcação tinha 67 metros de comprimento por 16,5 de largura com três conveses e um porão de carga. O navio ficou superlotado para a viagem.

<sup>158</sup> GOMES, L., 1808, p.81.

<sup>159</sup> GOMES, L., 1808, p.83.

<sup>160</sup> SILVA, I. F. da, Dicionario Bibliographico Portuguez, p.93.

exigências de Portugal, julgando-as inaceitáveis, tornou o Brasil independente.<sup>161</sup> Com a proclamação da Independência, a Armada Real Portuguesa é substituída ou transformada em Armada Nacional e Imperial. Cada oficial português foi consultado sobre a opção de permanecer no Brasil para servir a Armada Nacional e Imperial ou retornar a Portugal para continuar na Armada Real Portuguesa. Muitos decidiram permanecer no Brasil. Segundo Dias, houve uma transmigração do aparato burocrático e administrativo da marinha portuguesa para o Brasil com a transferência da Corte portuguesa para o Brasil em 1808. Logo depois, diante da emancipação política do Brasil, desenvolveu-se uma ideia de Marinha do Brasil nos anos subsequentes a 1822.<sup>162</sup>

Os capelães navais fizeram parte desse processo de reconstrução de uma identidade própria da marinha brasileira. O Regimento Provisional para o serviço e disciplina das esquadras e navios da Armada Real, de 1796, foi mantido como legislação.<sup>163</sup> Com a manutenção dos documentos antigos, o capelão naval é abarcado no processo, pois esse Regimento instituía a atuação dos capelães nos navios de guerra para catequizar as tripulações.<sup>164</sup> A Independência manteve a tradição do serviço religioso militar, contudo, “os capelães acabaram respondendo por uma nova ordem pública, ou seja, tornam-se representantes do Império do Brasil”.<sup>165</sup>

Essa nova força marinheira, além dos meios navais, precisava de pessoal. O sistema de recrutamento e engajamento utilizado para suprir a demanda exigida pela Marinha Nacional e Imperial mostrou sua fragilidade. O Império não dispunha de pessoal qualificado, pois era caracterizado por uma exigência social escravista, tendo uma base social de negros escravizados ou forros, pardos ou brancos pobres, considerados inaptos ao trabalho, mas recrutáveis diante das necessidades.<sup>166</sup> Pessoas despreparadas, com inclinações à vadiagem e iletradas precisavam ser doutrinadas ao padrão militar exigido! A prática de recrutamento do Império foi coercitiva, arregimentando substratos sociais oriundos das camadas mais pobres e marginalizadas. Indivíduos criminalizados também foram

---

<sup>161</sup> RIBEIRO, L. M., Marinha do Brasil, p.19.

<sup>162</sup> DIAS, J. A., A Companhia de Aprendiz de Marinheiro, p.6,7.

<sup>163</sup> DIAS, J. A., A Companhia de Aprendiz de Marinheiro, p.3.

<sup>164</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.9.

<sup>165</sup> CAPELAS NAVAIS, p.22.

<sup>166</sup> SOUZA, L. de M., Os desclassificados do ouro, p.301.

arregimentados, tendo a possibilidade de terem revertida a sua condição mediante o recrutamento.<sup>167</sup>

O processo foi acelerado. Nesse ínterim, os capelães atuaram não apenas no aspecto religioso, mas, sobretudo na dimensão moral, educando, alfabetizando e catequizando os marinheiros. A preocupação em alfabetizar as tripulações dos navios de guerra levou a criação do cargo de “Mestre da Escola” em 1833, com o objetivo de elevar o nível de instrução dos marinheiros. Nas embarcações lotadas por um capelão naval, a responsabilidade recaía sobre ele, sendo o principal encarregado em fornecer aos marinheiros instruções primárias, científicas e religiosas.<sup>168</sup>

Como resultado dessa preocupação em elevar o nível de preparo dos marinheiros, surgiram as Companhias de Aprendizes-Marinheiros. A Companhia de Aprendiz de Marinheiro do Rio de Janeiro foi criada em 1840, representando uma esperança na qualificação do pessoal.<sup>169</sup> As Companhias de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina e Pernambuco foram criadas em 1857.<sup>170</sup> A atuação do capelão naval se estendeu a essas companhias, tendo como propósito a assistência religiosa, espiritual, moral e educacional dos marinheiros.

### 3.2.1

#### **O capelão naval na formação de uma esquadra brasileira**

Com a Independência, D. Pedro I negociou a compra de novos navios e munições. Também contratou oficiais com experiência na Marinha Britânica para comporem o quadro de pessoal da nova Marinha Imperial. O Almirante britânico Alexander Thomas Cochrane, com experiência de ter comandado fragatas nas Guerras Napoleônicas, assumiu o comando da esquadra brasileira. Quinze dias após sua chegada ao Brasil, já se encontrava “embarcado no navio de guerra Pedro Primeiro, armado e equipado para o serviço ativo e saindo do porto do Rio com um número conveniente de fragatas para bloquear a Baía”.<sup>171</sup> A vitória do ideal de independência no Brasil se deu pelo mar. A recém-criada Marinha

---

<sup>167</sup> SANTOS, W.L.B. dos, “Desde a tenra idade” ao serviço da Armada Imperial, p.4. Para maiores informações consultar a obra: JEHA, S. C., A Galera Heterogênea, p.41. Jeha discorre sobre o recrutamento forçado de nacionais.

<sup>168</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.10.

<sup>169</sup> DIAS, J. A., A Companhia de Aprendiz de Marinheiro, p.12.

<sup>170</sup> BRASIL, Decreto nº 2.003, de 24 de Outubro de 1857.

<sup>171</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, p.86.



Imperial e Nacional ocupou papel preponderante no desenrolar dos acontecimentos do período pós-emancipação política do Brasil.

Os conflitos surgiram por todo o país, exigindo uma urgência na repressão das revoltas, e fazia-se necessária a atuação de uma “Marinha do Império do Brasil para garantir e consolidar a independência nas províncias”.<sup>172</sup> O capelão naval se fez presente dando apoio à Armada Nacional e Imperial, que foi amplamente utilizada no transporte das tropas, no apoio logístico, em ações de bloqueio naval, bombardeio em fortificações de terra e em batalhas navais contra esquadilhas oponentes, tendo como propósito o combate aos conflitos do Pará (Cabanagem), Bahia (Sabinada), Maranhão (Balaiada), Rio Grande do Sul (Farrapos ou Farroupilha) e Pernambuco (Praieira).

(...) as comunicações precárias entre as províncias e a topografia de alguns lugares, entrecortados pelo mar, rios e lagoas, transformou essa mesma geografia em verdadeiras estradas percorridas pelos navios da Esquadra, trazendo mobilidade e rapidez às manobras militares, aspectos determinantes para as vitórias das tropas terrestres. No caso de algumas revoltas, a Marinha Imperial foi além, atuando como força de combate em uma guerra marítima e fluvial.<sup>173</sup>

O livro *Capelas Navais* destaca que “nas guerras pela independência, a Marinha do Brasil contava com o serviço de capelães a bordo”.<sup>174</sup> O capelão naval que se evidencia nesse momento histórico é o português frei Manoel Moreira da Paixão e Dores. Ele iniciou seu trabalho como capelão em 1806, a bordo de um navio de guerra e fez parte da Esquadra de Rodrigo Lobo durante a Revolução Pernambucana de 1817. Também colaborou nos empreendimentos militares da recém-criada Armada Nacional e Imperial. No dia 3 de março de 1823, foi nomeado capelão da Nau Pedro Primeiro.<sup>175</sup> Nesse mesmo ano, fez parte da Esquadra liderada por Thomas Cochrane e participou como capelão no combate à Sabinada na Bahia.

Com o êxito na Bahia, a esquadra brasileira partiu para combater a Balaiada no Maranhão. A missão logrou êxito e obteve a adesão daquela província ao projeto do Império. Entende-se que o capelão naval tenha colaborado com a manutenção da Independência e com a consolidação do Estado, evitando sua

---

<sup>172</sup> RIBEIRO, L. M., *Marinha do Brasil*. p.21.

<sup>173</sup> ABREU, G. M. de et al., *Marinha do Brasil*, p.129.

<sup>174</sup> CAPELAS NAVAIS, p.22.

<sup>175</sup> PAIXÃO E DORES, F. M. M. da., *Diário do Capelão da esquadra de Lord Cochrane*, p.179.

fragmentação, prestando apoio religioso em momentos decisivos aos marinheiros envolvidos nas missões militares.

Paixão e Dores já era um capelão com 17 anos de experiência quando integrou a Esquadra de Thomas Cochrane.<sup>176</sup> Em relato próprio, demonstra o quanto se sentiu honrado em cooperar como capelão nas guerras da Independência:

Depois de dezessete annos de effectivo Serviço no Ministerio de Capellão a bordo dos navios da Armada Nacional [...] tive a honra de ser nomeado novamente pelo Capellão-mór da Armada Imperial a bordo da Náo Pedro Primeiro, aonde para servir neste Imperio a Sua Majestade Imperial o Senhor D. Pedro I, com toda a satisfação e verdadeiro character de Independente, assentei praça nesta ocasião assás crítica e a mais perigosa, a tres de Março deste presente anno de 1823.<sup>177</sup>

Paixão e Dores, capelão da Nau Pedro I, fez um diário sobre a missão da libertação da Bahia e do Maranhão do jugo luso e da adesão daquelas províncias à causa da Independência do Brasil.<sup>178</sup> Seu relato torna-se importante por ter sido elaborado no teatro de operações, apresentando com riqueza de detalhes a estratégia adotada por Lord Crochane, também demonstrou expertise pelo fato de estar atento aos detalhes de toda a campanha naval. Seu relato foi publicado e contribuiu para enriquecer a historiografia brasileira, fortalecendo a tradição do capelão como um historiógrafo,<sup>179</sup> tendência que se germinou na atuação dos capelães brasileiros que participaram da Força Expedicionária Brasileira na Segunda Grande Guerra.<sup>180</sup>

Nos movimentos da independência “a atuação dos capelães também respondia pela manutenção da ordem pública e a obediência às leis”.<sup>181</sup> Sabe-se da

<sup>176</sup> A pequena Esquadra comandada por Lord Crochane era quase toda composta de embarcações de Portugal, incorporadas ao Brasil pela Independência. Nessa missão, contava com nove navios (Pedro I, Ypiranga, Real Carolina, Niterói, Maria da Glória, Liberal, Guarany, Leopoldina e um Brigue-escuna não nomeado). NETO, H. F., *Independência e Morte*. p.252.

<sup>177</sup> MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, *Anais da Biblioteca Nacional*, v. LX, p.189.

<sup>178</sup> PAIXÃO E DORES, F. M. M. da., *Diário do Capelão da esquadra de Lord Cochrane*, p.179. Conforme visto, este é mais um exemplo da relação do capelão com o ato de se fazer registros históricos.

<sup>179</sup> NETO, H. F., *Independência e Morte*, p.13.

<sup>180</sup> Entre os relatos da Segunda Grande Guerra encontram-se quatro obras que descrevem o trabalho de quatro capelães. Duas dessas obras foram escritas pelos próprios capelães [padres] Schneider e Brito, como memórias das experiências da capelania durante a Segunda Grande Guerra. (SCHNEIDER, Pe. J. E., *Vivência de um ex-capelão da FEB*; BRITO, Pe., *Eu fui Capelão da FEB*). As outras duas obras são de autores que descrevem a atuação dos capelães [pastor] Soren e [padre] Orlando. (AZEVEDO, I. B. de., *João Filson Soren*; PALHARES, G., *Frei Orlando*).

<sup>181</sup> CAPELAS NAVAIS, p.22.

atuação destacada de outros capelães na Esquadra nesse período, como o capelão da Fragata União, frei Bernado Borges.<sup>182</sup>

Em 1822, durante as lutas da guerra da Independência, irrompe um levante a bordo da Fragata União, que é sufocado com o auxílio do Capelão da Fragata Frei Bernardo Borges, que por esse motivo é agraciado pelo Imperador D. Pedro I com a elevação de seu soldo para 18 mil réis, ainda que desembarcado, por consideração aos distintos serviços de que participou.<sup>183</sup>

### 3.2.2

#### **A defasagem do serviço religioso na Armada Imperial e Nacional em comparação ao recém-criado Exército Colonial**

Logo após a Independência, foi criado o cargo de capelão-mor do Exército, em que se prescreviam oficialmente as responsabilidades do novo cargo e também esboçava uma organização do serviço religioso prevendo o uso de uniformes próprios, tanto para o capelão-mor como para os demais capelães.<sup>184</sup> A instituição do novo cargo de capelão-mor do Exército foi feita mediante decreto imperial datado de 7 de agosto de 1824.<sup>185</sup> Um ano depois, mediante um novo decreto, o Imperador regula as funções e atribuições do capelão-mor do Exército.<sup>186</sup> Silva expõe que a organização do serviço religioso fica patente e dá destaque ao fato de que “a identificação dos sacerdotes com os militares se fortalece com o uso de uniforme (...)”.<sup>187</sup>

As decisões se estenderam também aos capelães que serviam nos navios da esquadra. Sabe-se que o cargo de capelão-mor da Armada Nacional e Imperial já existia, tendo sido criado em Portugal, porém, tornou-se extinto em 15 de novembro de 1830,<sup>188</sup> o que dificultou a organização do serviço religioso nos navios. O serviço religioso na Armada Imperial não conseguiu acompanhar, em posição correlata, o desenvolvimento do serviço religioso no Exército Imperial,<sup>189</sup>

<sup>182</sup> BRASIL, Decreto nº 0 de 14/12/1822 / IB - Império do Brasil.

<sup>183</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.10.

<sup>184</sup> MACEDO, J. C., Capelania Militar Evangélica, p.56.

<sup>185</sup> BRASIL, Decreto nº 0 de 07/08/1824 / IB - Império do Brasil.

<sup>186</sup> BRASIL, Decreto nº 0 de 07/07/1825 / IB - Império do Brasil.

<sup>187</sup> SILVA, A. L., Fundamento histórico da capelania,, p.72.

<sup>188</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.10.

<sup>189</sup> Este assunto será explanado de uma forma pormenoriza por meio do relatório do Ministro da Marinha, quando demonstra a falta de organização do serviço dos capelães na Marinha.

constatação vista nos relatórios do Ministério da Marinha informando a necessidade de criar um corpo de capelães à semelhança do Exército.<sup>190</sup>

Em 1850, um novo decreto criou a “Repartição Eclesiástica do Exército”. Segundo Kowalic:

O Governo Imperial aprovou o Regulamento da “Repartição Eclesiástica do Exército”, cujo efetivo era distribuído em quatro classes de capelães: os da ativa, os agregados, os avulsos e os reformados, sem falar dos contratados, os quais chegavam a um número de 24 sacerdotes para o Serviço do Exército, estando eles assim divididos: 4 capitães; 6 primeiros-tenentes; e 14 alferes ou segundo-tenentes.<sup>191</sup>

Outro decreto imperial criou o cargo de capelão no Arsenal de Marinha da Bahia.<sup>192</sup> Era preciso garantir a ordem nas províncias e a unidade territorial do império, assim como era necessário consolidar a atuação dos militares na consecução desse propósito e, por conseguinte, o apoio religioso visto como fundamental começa a esboçar uma organização em caráter oficial. No Exército, a questão se desenvolveu mais rápido com a criação da “Repartição Eclesiástica do Exército”, na Armada (Marinha), os capelães permaneceram no quadro de oficiais extranumerários até a Proclamação da República, quando depois foram demitidos.<sup>193</sup>

A fase da Marinha Nacional e Imperial que começou em 1822, com a Independência e se estendeu até 1889 com a Proclamação da República, foi bem intensa, marcada por muitos desafios. A recém-criada Armada Nacional e Imperial combateu insurreições nas províncias de um país continental, obtendo grandes êxitos, e também participou dos conflitos na província da Cisplatina, atual Uruguai, quando realizou um bloqueio do estuário do Rio da Prata entre 1825 e 1828.<sup>194</sup> Porém, o capítulo épico da Marinha do Brasil se dá na Guerra da Tríplice Aliança, quando o Brasil, a Argentina e o Uruguai se opuseram à política ditatorial do presidente paraguaio Solano López.

Após o fim da Guerra do Paraguai, o general Caxias demonstrou grande entusiasmo com a atuação dos capelães, considerando-os insubstituíveis e

<sup>190</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.11.

<sup>191</sup> KOWALIK, A., Assistência Religiosa nas Forças Armadas, p.2.

<sup>192</sup> BRASIL, Decreto nº 0 de 10/02/1827.

<sup>193</sup> A Proclamação da República impôs uma interrupção de modo geral no serviço religioso militar. A função de capelão só retornou com a Segunda Grande Guerra, diante da necessidade de oferecer apoio religioso a Força Expedicionária Brasileira (FEB).

<sup>194</sup> RIBEIRO, L. M., Marinha do Brasil, p.21.

fundamentais. Durante os conflitos, chegou a afirmar: “Tira-me meus generais, mas não me tireis meus capelães”.<sup>195</sup> Segundo Neto, com a guerra já finda, Caxias contribuiu para uma reformulação do serviço religioso no Exército, transformando a “Repartição Eclesiástica do Exército” em “Corpo Eclesiástico do Exército” através do Decreto nº 5.679, de 27 de junho de 1874.<sup>196</sup> Os capelães do Exército passaram a ter uma legislação que garantia direitos relativos a promoções, transferências e licenças, em conformidade com os demais oficiais.<sup>197</sup>

Os capelães navais não tiveram nenhuma melhoria em sua situação e continuaram desenvolvendo o serviço religioso espalhados nos navios, hospitais, centros de ensino e outras organizações militares da Marinha. “Um exemplo dessa atuação foi na Escola de Aprendizes-Marinheiros de Santa Catarina. Em 18 de fevereiro de 1886, foi nomeado o Capelão Cônego Joaquim Elói de Medeiros”.<sup>198</sup> Apesar de não possuir patente de oficial, em situação diferente à dos capelães do Exército, que usufruíam de todas as garantias da lei, o capelão naval permaneceu prestando o serviço religioso aos marinheiros. Segundo Diniz:

Desde a instituição dos Capelães na Armada em Portugal até a exclusão da Marinha do Brasil, em 1889, as atividades dos Capelães nunca foram regulamentadas por meio de um texto legal e nem foram organizadas similarmente aos dos outros Corpos ou Quadro da Marinha.<sup>199</sup>

O Relatório do Ministério da Marinha apontava para a necessidade de organizar o corpo de capelães da Marinha, tendo como referência o que tinha sido feito no Exército e, ainda, apontava as injustiças que o capelão naval sofria em ser privado da possibilidade de ter os mesmos direitos dos demais oficiais (Marinha/Exército) e capelães (Exército) que participaram da Guerra do Paraguai. O Relatório do Ministério da Marinha emitiu o seguinte parecer sobre essa questão:

Não tem ainda a armada, como fora para desejar, um corpo de capellães que exerça a bordo de nossos navios sua sagrada missão. Entretanto, a presença do sacerdote infunde no marinheiro não só o sentimento religioso, como o respeito à moral e à

<sup>195</sup> A SENTINELA DA PAZ, Revista da Arquidiocese Militar do Brasil, p.11.

<sup>196</sup> NETO, A. H., A religião no exército brasileiro, p.11.

<sup>197</sup> KOWALIK, A., Assistência Religiosa nas Forças Armadas, p.2. Deste modo, começou a ser construído a base daquilo que viria caracterizar o serviço religioso militar na atualidade.

<sup>198</sup> CAPELAS NAVAIS, p.24.

<sup>199</sup> DINIZ, L. C. C., A Assistência Religiosa na Marinha, p.27. O Serviço Religioso na Marinha só foi definitivamente organizado e oficialmente instituído após a Segunda Grande Guerra.

disciplina. É, pois, muito sensível a falta de organização d'este corpo. A autorização conferida ao governo para esse fim pelo art. 4º da lei n.753, de 15 de julho de 1854, nunca foi usada. Temos actualmente, embarcados e empregados, nos hospitaes e outros estabelecimentos em terra, 16 capellães, nomeados segundo as necessidades mais urgentes do serviço. Alguns estiveram já na esquadra, e ali distinguiram-se pelo zelo religioso, e caridade com que socorreram aos nossos infelizes marinheiros moribundos. Acabada a commissão, porém, e voltando a esta corte ficaram em uma posição precária, porque nem ao menos tem direito a um soldo qualquer. Para repor esta injustiça fora mister commetter outra, despedindo do serviço os que aqui estão empregados, e tem cumprindo bem os seus deveres, a fim de ter alguma capellania para aquelles. Este inconveniente se sanaria com a criação de um quadro limitado de capellães, sem honras militares, mas com soldos correspondentes a certos postos a que ficariam assemelhados.<sup>200</sup>

Devido à organização do serviço religioso no Exército, era natural que os capelães desta Força tivessem uma participação maior nos conflitos relacionados à Guerra do Paraguai, todavia, é possível descobrir os vestígios históricos que discorrem sobre a atuação dos capelães navais, sobretudo nas batalhas navais da Guerra do Paraguai. Os capelães navais acompanharam as tripulações dos navios, atuaram em celebrações religiosas durante a campanha naval, fizeram procissões, se voluntariaram para missões especiais colocando-se em risco no propósito de preservar outras vidas, atenderam os moribundos, ministraram os sacramentos cristãos, visitaram navios que não contavam com assistência religiosa, fortaleceram os ânimos dos combatentes e trouxeram esperança aos desolados pela dor da Guerra.

### 3.2.3

#### A atuação do capelão naval na Guerra do Paraguai

A Armada Nacional e Imperial atuou concomitantemente com o Exército Imperial na Guerra do Paraguai. Em 11 de junho de 1865, a força naval brasileira que atuava no estuário do Rio da Prata foi atacada pela Esquadra Paraguaia, na memorável Batalha Naval do Riachuelo, em um canal tortuoso do Rio Paraná. A vitória brasileira se deu devido ao imprevisto tático do Chefe de Divisão Francisco Manoel Barroso da Silva, que resolveu abalroar os navios paraguaios com a proa da Fragata Amazonas, capitânea da missão.

O capelão naval esteve presente no calor desta batalha épica, pois a tripulação do Amazonas contava com um capelão naval que atuou fornecendo apoio religioso e motivando os militares com palavras de fé e esperança, além de

<sup>200</sup> BRASIL, Ministério da Marinha, p.6.

prestar socorro espiritual aos moribundos. A presença do capelão se confirma devido o fato de ter sido citado como tripulante do navio Amazonas enquanto dava assistência religiosa à corveta Beberibe, em período próximo a Batalha Naval do Ricachuelo.<sup>201</sup> Esse dia épico veio a se tornar a data magna da Marinha.

Sganzela destaca que as forças militares brasileiras envolvidas na Guerra da Tríplice-Aliança seguiram a tradição portuguesa da participação dos capelães nos empreendimentos militares.<sup>202</sup> Em suas reminiscências pessoais, Cerqueira cita a adesão das tropas às missas de domingo, declarando que a cena da infantaria ajoelhando no campo, em dispositivo organizado por colunas, enquanto o sacerdote consagrava as hóstias, era um lindo espetáculo, digno de ser testemunhado.<sup>203</sup> De acordo com Dourado: “Na Guerra do Paraguai a assistência religiosa foi prevista e tornou-se parte fundamental, quando colocada em prática, provavelmente para o bom andamento e disciplina nos campos de batalha”.<sup>204</sup> Trevisan, ao fazer um estudo consultando os Almanques do Exército Brasileiro no período próximo à Guerra da Tríplice Aliança, também lista trinta e sete capelães nominalmente.<sup>205</sup>

#### Segundo Dourado:

---

<sup>201</sup> SCHNEIDER, L., A Guerra da Tríplice Aliança, p.131. Esta pesquisa apresentará uma citação histórica indicando que o capelão Francisco do Carmo Gomes Diniz era o capelão do navio vapor Amazonas.

<sup>202</sup> SGANZELA, A., A história do Frei Mariano de Bagnaia, p.129.

<sup>203</sup> CERQUEIRA, E. C. D., Reminiscências da campanha do Paraguai, p.163.

<sup>204</sup> DOURADO, M. T. G., A História esquecida da Guerra do Paraguai, p.180.

<sup>205</sup> TREVIZAN, M. B., Os Capelães Militares na Guerra do Paraguay, p.1-12. Os Capelães Militares na Guerra do Paraguay, p.1-12. Dionizio e Santos confirmam este mesmo número. DIONIZIO, A; SANTOS, I., Ministério de Capelania Militar, p.19. Os trinta e sete capelães listados são: Capitão Padre Jeronymo Maximo Rodrigues Cardim; Capitão Padre Manoel da Vera Cruz; Capitão Padre Francisco Pereira de Moraes Jardim; Capitão Padre Henrique Josino Pereira; Tenente Padre Francisco de Assis Cruz; Tenente Padre Benedicto de Araujo Filgueiras; Tenente José Candido da Guerra Passos; Tenente Antonio da Cunha Figueiredo; Tenente Padre João Diniz da Silva; Tenente Padre Feliciano Ferreira de Carvalho; Alfer Conego Manoel Joaquim da Silva Guimarães; Alfer Padre Bento José Pereira; Alfer Padre Lourenço de Albuquerque Loyola; Alfer Padre João Cyrillo de Lima; Alfer Padre Joaquim Luiz de Almeida Fortuna; Alfer Padre Eduardo Marcos de Araujo; Alfer Padre Joaquim Verissimo dos Anjos; Alfer Padre Antonio de Mello e Albuquerque; Alfer Padre Manoel Dias do Couto Guimarães; Alfer Padre Manoel Thomaz da Silva; Alfer Padre Francisco Rodrigues Ramalho; Alfer Padre Ignácio Francisco de Campo; Alfer Padre Thomaz Antonio de Moraes e Castro; Alfer Padre Thomaz Molina; Alfer Padre João de Campos e Silveira; Francisco Antonio Henrique Lopes; Alfer Padre Joaquim Eloy de Medeiros; Alfer Padre Joaquim de Araujo Rangel e Silva; Alfer Padre Serafim Gonçalves da Silva Passos e Miranda; Alfer Padre Luiz de Souza Nogueira; Alfer Padre Cassiano Coriolano Colonia; Alfer Padre Francisco Pedro da Silva Nolasco; Alfer Padre Francisco Maria Pereira da Cunha; Alfer Padre Padre João Manoel de Menezes; Alfer Padre José Joaquim Graciano de Pina; Alfer Padre Theodolino Antonio da Silveira Ramos; Alfer Padre Raymundo João de Oliveira. SQUINELO, A. P; MARIN, J. R., Pela salvação das almas, p.191-193.

De saúde e atividade prodigiosas, os sacerdotes não descansavam, não dormiam, por cama usavam capotes de infantaria. Nas marchas, em meio a toda a sorte de dificuldades, cediam seus cavalos aos doentes, fazendo o trajeto a pé, de alpargatas, alegres e contentes. Recebiam um pequeno soldo, que distribuíam por completo entre os enfermos, nada reservando para si, pois comiam com os oficiais, gratuitamente.<sup>206</sup>

A Guerra da Tríplice Aliança se estendeu de 1865 a 1870, anos de grande tensão psicológica para os envolvidos nessa peleja. O horror da guerra com a destruição das vilas, incêndios das edificações, fuga das populações e muitas mortes traziam medo e incerteza, evocando a presença de homens de fé para motivar e confortar a tropa. De acordo com Dionizio e Santos, o capelão militar “é a presença do sagrado fora do templo, ou seja, no ambiente de necessidade, de confusão, de terror, de padecimento ou vulnerabilidade”.<sup>207</sup> Segundo Squinelo e Marin:

Os quase seis anos que se alastraram a Guerra do Paraguai gerou inúmeras mortes, doenças, tendo os soldados e militares de alta patente enfrentado dificuldades relacionadas à geografia, ao clima, a infraestrutura, a inabilidade do alto comando, o que por mais de um contexto gerou insegurança, discórdia e medo em relação às agruras vivenciadas no cotidiano do conflito. Nesse contexto, a presença do Capelão era fundamental para “acalmar as almas”: declamando palavras de força, coragem, ânimo e perseverança, minutos antes das tropas enfrentarem as batalhas esperava-se que essas servissem de motivação, mas também de consolo diante do destino que poderia abater a tropa em combate. Em momentos em que as doenças abatiam a tropa, como por exemplo, no caso da epidemia do cólera a presença do Capelão também fazia-se necessário, seja para invocar a proteção divina, seja para atender aos enfermos ou oferecer a extra unção no leito do moribundo.<sup>208</sup>

O capelão é apresentado nos registros históricos da Guerra da Tríplice-Aliança como um homem consagrado ao conforto espiritual de seu semelhante, como alguém que vivia exclusivamente para a religião e a prática do bem, respeitado por todos, desde o general até o último soldado.<sup>209</sup> Desenvolvia um trabalho religioso e humanitário junto aos feridos.<sup>210</sup> É identificado como verdadeiro discípulo de Cristo pela caridade evangélica.<sup>211</sup> O General Tasso Fragoso foi elogioso em sua consideração sobre a atuação dos capelães: “os

<sup>206</sup> DOURADO, M. T. G., A História esquecida da Guerra do Paraguai, p.181.

<sup>207</sup> DIONIZIO, A; SANTOS, I., Ministério de Capelania Militar, p.27.

<sup>208</sup> SQUINELO, A. P; MARIN, J. R., Pela salvação das almas, p.189-190.

<sup>209</sup> DOURADO, M. T. G., A História esquecida da Guerra do Paraguai, p.180.

<sup>210</sup> SCHNEIDER, L., A Guerra da Tríplice Aliança, p.453.

<sup>211</sup> SILVA, J. L. R., Recordações da Campanha do Paraguay, p.113.



ministros do altar, com palavras da religião, fortaleciam o espírito dos que sucumbiam”.<sup>212</sup>

Os trinta e sete capelães citados anteriormente faziam parte da Repartição Eclesiástica do Exército que contava com uma organização em caráter oficial, no entanto, os capelães da Armada Imperial, apesar de ainda não possuíam patentes de oficiais, também participaram das operações. Para referendar tal argumento, torna-se importante citar como exemplos: o capelão do navio vapor Amazonas Francisco do Carmo Gomes Diniz;<sup>213</sup> os capelães frei Carneiro e padre Castilho, que davam assistência religiosa aos marinheiros;<sup>214</sup> além do padre Ignácio Esmerati, capelão da esquadra.<sup>215</sup> De acordo com o livro *Capelas Navais*, “durante a Guerra do Paraguai, a Armada Imperial contou com sete capelães servindo na Esquadra em operações em períodos diversos, entre 1865-1870”.<sup>216</sup>

Em um combate em 14 de junho de 1865, quando o navio brasileiro foi atacado pelos paraguaios, o capitão-tenente Bonifácio Joaquim de Sant’Anna, comandante da corveta Beberibe, cita que o navio tinha recebido uma visita do capelão da Fragata Amazonas quando foi atacado. Assim, é possível perceber que nem todos os navios possuíam um capelão, e este precisava se desdobrar para atender os doentes e feridos fazendo um trabalho de visita às várias embarcações envolvidas na Guerra. O comandante da corveta atacada elogiou a atuação do capelão, que não se intimidou com o ataque sofrido pela embarcação e cumpriu com zelo sua missão:

O capelão do vapor Amazonas, padre Francisco do Carmo Gomes Diniz, que esteve durante o combate a bordo d’este navio, por ter vindo socorrer um moribundo, pouco antes de aparecer o inimigo, desempenhou sua sagrada missão com todo o zelo, caridade e sangue frio.<sup>217</sup>

No *Diário da Campanha Naval do Paraguai*, Rocha cita com frequência as missas nos navios e ações religiosas dos capelães navais. Menciona que o almirante foi ouvir missa no navio Amazonas,<sup>218</sup> que no dia 11 de junho de 1866 foi celebrada uma missa que contou com a participação de vários comandantes e

<sup>212</sup> FRAGOSO, A. T. História da Guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai, p.202.

<sup>213</sup> SCHNEIDER, L., A Guerra da Tríplice Aliança, p.131.

<sup>214</sup> ROCHA, M. C., Diário da Campanha Naval do Paraguai, p.321.

<sup>215</sup> BRASIL, Ministério da Marinha, p.15.

<sup>216</sup> CAPELAS NAVAIS, p.24.

<sup>217</sup> SCHNEIDER, L., A Guerra da Tríplice Aliança, p.131.

<sup>218</sup> ROCHA, M. C., Diário da Campanha Naval do Paraguai, p.48.

oficiais<sup>219</sup>, historia diversas vezes a missa celebrada a bordo do navio Apa,<sup>220</sup> descreve a missa celebrada na ilha do Cerrito, com barraca armada no meio do campo, conduzida pelo frei Carneiro,<sup>221</sup> discorre sobre uma procissão com participação dos comandantes dos navios<sup>222</sup> e, por fim, cita uma missa celebrada pelo padre Castilho, em que frei Carneiro pregou um brilhante sermão assistido pelo almirante da Esquadra, com seu Estado-Maior e comandantes de navios, no dia 8 de dezembro de 1866, Dia da Conceição para os católicos.<sup>223</sup> Os dias religiosos eram lembrados no calor da batalha, homens se reuniam em torno da fé movidos pela esperança de dias melhores. Nessas reuniões, os capelães navais aproveitavam o momento para fazer “preces pela guerra”.<sup>224</sup>

O relatório do Ministério da Marinha faz o registro honroso da atuação da esquadra brasileira na Campanha do Paraguai, dando destaque à atuação decisiva e corajosa de um capelão naval:

Nossa marinha, que já havia provado seu valor e superioridade nos combates de esquadra á esquadra e nos de abordagem, na passagem e bombardeamento de temíveis fortalezas, e na destruição de torpedos insidiosos, achou ainda n’esta ocasião ensejo de colher novos e indispensáveis louros, atacando e vencendo o inimigo não protegida por couraças, mas a peito descoberto, á arma branca, em pequenos escaleres e canoas, transportados para a lagoa pela qual o inimigo pretendeu escapar-se, quando, reconhecendo toda a extensão de sua perigosa situação, abandonou a praça de Humaitá, e procurou abrir passo para reunir-se á guarnição do Timbó, que por seu lado fazia esforços desesperados para socorrer-o e salvar-o. Os combates da flotilha de escaleres no Chaco, sob o comando do capitão-tenente Francisco Romano Stepple da Silva, coadjuvado por outros officiaes tão valentes e denodados, são, no seu gênero, o que de mais notável se conhece n’esta guerra. Se a esquadra brasileira já não tivesse dado tantas provas de intrepidez e abnegação, bastava essa para constituir-lhe uma sólida reputação. Sabeis o que ocorreu: os paraguayos repellidos por todos os lados, perseguidos com tenacidade e sem trégoas, convenceram-se a final de que era impossível a resistência, e entregaram as armas, attendendo ás palavras evangélicas de um capellão da esquadra brasileira, o padre Ignacio Esmerati.<sup>225</sup>

A atuação do capelão da Esquadra Padre Ignacio Esmeratti repercutiu sobremaneira, sendo digna de elogio, principalmente por seu ato de coragem em se voluntariar para agir como interlocutor entre as tropas brasileiras e paraguayas

<sup>219</sup> ROCHA, M. C., Diário da Campanha Naval do Paraguai, p.62.

<sup>220</sup> ROCHA, M. C., Diário da Campanha Naval do Paraguai, p.90, 97, 104, 109, 158, 161, 222.

<sup>221</sup> ROCHA, M. C., Diário da Campanha Naval do Paraguai, p.280.

<sup>222</sup> ROCHA, M. C., Diário da Campanha Naval do Paraguai, p.320.

<sup>223</sup> ROCHA, M. C., Diário da Campanha Naval do Paraguai, p.321.

<sup>224</sup> ROCHA, M. C., Diário da Campanha Naval do Paraguai, p.321.

<sup>225</sup> BRASIL, Ministério da Marinha, p.15.

e, também, por ter se disposto ao sacrifício em favor de outras pessoas, evitando uma carnificina.<sup>226</sup> Essas “outras pessoas” eram os paraguaios que no conflito se apresentavam como inimigos, porém, o capelão da Esquadra, para evitar mais mortes dos paraguaios e brasileiros, se colocou em uma posição de risco na tentativa de preservar outras vidas. Dourado apresenta detalhes de seu ato de coragem:

De certa feita, na tentativa de obter a rendição dos paraguaios que estavam sitiados, proposta feita pelos chefes aliados, General Rivas e Coronel Barros Falcão, e enviados dois parlamentares que foram repelidos à bala, ofereceu-se então o Padre Ignácio Esmerati, capelão da Esquadra, que erguendo a imagem santa do crucifixo, obteve ser ouvido e, falando-lhes a linguagem do Evangelho, convenceu-os que era inútil a bárbara e inútil resistência.<sup>227</sup>

Quando tudo indicava que o serviço religioso na Marinha se desenvolveria de forma semelhante ao do Exército, visto que este já era organizado com um Corpo de Capelães, a Proclamação da República impôs uma nova relação entre o serviço religioso e o Estado. A premissa básica desse novo modelo se fundamentava no ideal de um governo secularizado, não havendo mais espaço para a relação entre Estado e religião, fato que representou um grande golpe no desenvolvimento e organização da capelania naval, assim como também trouxe consequências na aplicação do serviço religioso militar.

### **3.3 O capelão naval na República**

O regime republicano fundamentado no projeto de secularização do Estado alterou drasticamente o serviço religioso aplicado aos militares. No início, os capelães que prestavam assistência religiosa continuaram cumprindo sua missão, não havendo nenhum ato regulatório imediato provocando o desligamento dos sacerdotes, porém, a continuidade do serviço foi ficando enfraquecida com o passar do tempo. Os capelães que contavam com 25 anos de serviço foram reformados nos termos da lei. E, na medida em que os cargos ficavam vagos,

---

<sup>226</sup> OURO PRETO, V. A marinha D'outrora, p.383.

<sup>227</sup> DOURADO, M. T. G., A História esquecida da Guerra do Paraguai, p.182.

tornavam-se extintos nas organizações militares. O argumento usado era que o serviço religioso nas organizações militares onerava demasiadamente o Estado.<sup>228</sup>

Nesse período, o serviço religioso na Marinha contava com 11 capelães extranumerários lotados na Escola Naval, Corpo de Marinheiros Nacionais, Hospital de Marinha do Rio de Janeiro e nas oito Escolas de Aprendizes Marinheiros com número acima de cem alunos. O Guia Prático do Capelão Naval descreve o desligamento dos capelães:

Para demiti-los, o Ministro Eduardo Wandenkolk não publicou nenhum ato que denunciasse esse rompimento. Através da alteração dos respectivos regulamentos na parte referente ao pessoal, a Marinha foi eliminando os cargos de capelães nos órgãos citados: em maio de 1890, um Aviso determinava aos comandantes das Escolas de Aprendizes que as funções desempenhadas pelos Capelães passassem para os professores de primeiras letras. Ainda no mesmo mês de maio, o Hospital da Marinha tem seu novo Regulamento aprovado, onde é omitida, na parte referente ao pessoal, a figura do Capelão. O mesmo acontece com o Corpo de Marinheiros Nacionais, que tem seu regulamento aprovado pelo Decreto de 21 de agosto de 1890. E, por fim, a Escola Naval que altera seu regulamento em janeiro de 1891, retirando da parte do pessoal o cargo de Capelão, que era exercido pelo Monsenhor José Joaquim Pereira da Silva, licenciado desde meados do ano de 1889 para tratamento de saúde.<sup>229</sup>

### 3.3.1

#### **De “fundamentais” a “descartáveis”: a remoção do serviço religioso nas Forças Armadas**

Segundo Kowalic, a mudança na forma de tratamento do serviço religioso militar foi inspirada nos princípios liberais e positivistas dominantes nos albores da República.<sup>230</sup> A questão veio acompanhada de muitos debates e reflexões. Para Souza, a nova realidade foi sustentada e defendida nos círculos intelectuais influenciados pela maçonaria, o liberalismo e o positivismo.<sup>231</sup> Souza também cita a influência de protestantes como o Reverendo Fletcher e Robert Kalley sobre o pensamento de Dom Pedro II, que passou a ser caracterizado por um perfil aberto, desenvolvimentista e liberal:

Os protestantes eram apreciados pelo imperador, devido aos conhecimentos que revelavam e pelos serviços práticos nas áreas de construção, iluminação e transportes. Estes traziam ideias de progresso em muitos sentidos. A promoção

<sup>228</sup>LIMA, R. de C., *Apostolado heroico*, p.21.

<sup>229</sup>DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, *Guia Prático do Capelão Naval*, p.12.

<sup>230</sup>KOWALIK, A. *Assistência Religiosa nas Forças Armadas*, p.3.

<sup>231</sup>SOUZA, M. F., *A Igreja e o Estado*, p.13.

desses imigrantes especialmente protestantes causou descontentamento da cúpula católica e certa desconfiança para com o imperador.<sup>232</sup>

Do outro lado, existiam os defensores do catolicismo no militarismo. Estes reafirmavam o papel importante que a religião exercia na formação do militar, fornecendo o equilíbrio espiritual para o cumprimento de sua missão, assim como colaborava para sedimentar os valores militares. O novo contexto não foi acatado integralmente por militares católicos, que demonstraram insatisfação com a nova condição. Como exemplo, Neto menciona a criação da Conferência Vicentina de São Maurício, realizada por militares católicos que defendiam a importância da dimensão religiosa no ambiente militar, resistindo aos ideais republicanos. A conferência acabou originando a criação da “União Católica de Militares” na Escola Militar de Realengo.<sup>233</sup> Segundo Kowalic, não seria incoerente supor que os cadetes envolvidos naquele movimento, ao galgarem altos postos, colaboraram para trazer de volta o serviço de assistência religiosa no Exército.<sup>234</sup> Em pensamento similar, Reis argumenta que o atual Serviço de Assistência Religiosa tem sua origem na fé intemerata de militares que mantiveram suas tradições religiosas em meio ao espírito liberal da época.<sup>235</sup>

Embora o catolicismo exercesse um poder hegemônico sobre o Brasil ao longo da história, é possível perceber, no contexto que antecede a República ou a separação da Igreja-Estado, um campo religioso com cardápio variado e sincrético. Segundo Souza: “Faziam-se presentes, ao lado da católica, as religiosidades indígenas, as africanas e os diversos tipos de protestantismos além de judeus e espiritualistas”.<sup>236</sup> Representantes das religiões minoritárias como o protestantismo e espiritismo, dentro do militarismo, interpretavam a República como um novo sistema que oferecia maior liberdade a todos, destituindo o privilégio de alguns. Vale destacar que o Estado não poderia estabelecer e

<sup>232</sup> SOUZA, M. F., A Igreja e o Estado, p.25.

<sup>233</sup> NETO, A. H., A religião no exército brasileiro, p.15.

<sup>234</sup> KOWALIK, A. Assistência Religiosa nas Forças Armadas, p.3.

<sup>235</sup> REIS, Mons. A da C. apud PALHARES, G., Frei Orlando, p.225. O serviço religioso atual sofreu muitas mudanças em comparação a forma como acontecia antes da República. A principal delas foi a abertura para outra matriz religiosa além do catolicismo, neste caso, o protestantismo. Também veio assumir um diálogo mais aberto ao ecumenismo e a inter-religiosidade, vindo também a caracterizar-se como um serviço de cunho não proselitista.

<sup>236</sup> SOUZA, M. F., A Igreja e o Estado, p.13.

subvencionar uma determinada religião, assim como também não poderia embaraçar o exercício de cultos religiosos.<sup>237</sup>

A República provocou o fim do monopólio oficial do catolicismo no Brasil. Ao abrir os portos para parcerias comerciais com países protestantes como a Inglaterra, ficava nítida a busca pressurosa pelo progresso da nação. Homens liberais, defensores do positivismo, republicanos e anticlericais se associaram a grupos intelectuais, advogando que a relação próxima entre Igreja e Estado atrasava o desenvolvimento político e econômico do país. Defendia-se que somente uma ruptura de mentalidade conduziria a sociedade brasileira ao ideal de um mundo modernizado e progressista. A Constituição da República de 24 de fevereiro de 1891 estabelecia de modo patente que nenhuma religião gozaria de subvenção oficial do Governo, assim como a República não teria relações de dependência ou aliança com qualquer religião.<sup>238</sup> O que se viu no Brasil por meio do Padroado Português, durante todo período da Colônia e Império, chegava ao fim com a recém-proclamada República.<sup>239</sup>

Sabe-se que desde a instituição dos capelães na Armada em Portugal até a Proclamação da República, em 15 de novembro de 1889, o serviço de capelania naval era realizado exclusivamente por sacerdotes católicos. No discurso do CT reformado da Marinha do Brasil, Gilberto Huert de Bacellar, em 1946, percebe-se a forte influência do catolicismo na Marinha do Brasil.

A Marinha de Guerra do Brasil tem uma longa tradição de catolicidade, que precede mesmo ao seu nascimento, remontando aos tempos em que seus avós, os navegantes portugueses afrontavam os mares desconhecidos em busca de novos mundos, levando nas gáveas de suas intrépidas caravelas, a Cruz de Cristo, no afã de “dilatar a fé e o reino”. Foram esses nautas ousados que, descobrindo o Brasil, chamaram-no cristãmente “Terra de Santa Cruz”, e abriram o capítulo inicial de sua história, com a primeira missa celebrada em nossa pátria, pelo capelão da frota de Cabral, Frei Henrique de Coimbra.<sup>240</sup>

A construção de um Estado laico suspendeu a influência da Igreja Católica na administração pública. A nova realidade se consolidou com as mudanças históricas, intelectuais e políticas do início do século XX. A liberdade religiosa passou a ser defendida em conformidade com a ideologia do Estado Moderno. O

<sup>237</sup> BRASIL. Constituição, 1891, art. 11, parágrafo 2º.

<sup>238</sup> BRASIL. Constituição, 1891, art. 72, parágrafo 7º.

<sup>239</sup> Embora a República tenha acabado com a força do Padroado no Brasil, conforme visto, seu fim oficial no mundo se deu apenas no Concílio do Vaticano II (1962-1965).

<sup>240</sup> BACELLAR, G. H., A Marinha e as Tradições Católicas, p.139.

sistema de uma religião estatal no Brasil entrou em colapso, provocando como efeito colateral a retirada da assistência religiosa no ambiente militar. Apesar disto, existe a atuação de um capelão naval nesse período, fato que comprova que na história brasileira a capelania naval sempre marcou presença:

Durante as primeiras décadas do século XX, não se observou grandes mudanças no serviço religioso militar. Uma exceção conhecida de assistência religiosa nesse período foi a presença de um capelão a bordo do Navio-Tênder Belmonte, que integrou a Divisão Naval em Operações de Guerra, com que o Brasil fez-se presente na Primeira Guerra Mundial, em 1917-1918.<sup>241</sup>

Na prática, o serviço religioso permanecia em caráter voluntário, sem ônus para o Estado. Nesse período, começa-se a perceber uma abertura da capelania ao protestantismo, que passou a assistir religiosamente os militares em situações específicas, como, por exemplo, o missionário americano Arthur Beriah Deter que, na Revolução de 1930, acompanhou as tropas do Sul no Rio de Janeiro, atuando como capelão da tropa.<sup>242</sup>

A constituição de 1934, que representava a segunda carta magna a partir da proclamação da República, abria precedente para o serviço religioso em expedições militares:

Sempre que solicitada, será permitida a assistência religiosa nas expedições militares, nos hospitais, nas penitenciárias e em outros estabelecimentos oficiais, sem ônus para os cofres públicos, nem constrangimento ou coação dos assistidos. Nas expedições militares a assistência religiosa só poderá ser exercida por sacerdotes brasileiros natos.<sup>243</sup>

A atuação religiosa antes restringida nos setores administrativos passou a ser permitida não apenas em expedições militares, mas também em hospitais e outros estabelecimentos oficiais. Porém, não poderia gerar nenhum tipo de ônus para o Estado e também não poderia, em hipótese alguma, coagir os militares de outros segmentos religiosos. Apesar de permitido, não havia embasamento jurídico organizando o serviço, deste modo, era natural que o serviço permanecesse em “precárias condições operacionais”.<sup>244</sup>

---

<sup>241</sup> CAPELAS NAVAIS, p.24.

<sup>242</sup> SILVA, A. L., Fundamento histórico da capelania, p.77.

<sup>243</sup> BRASIL. Constituição, 1934, art. 113, parágrafo 6º.

<sup>244</sup> CAPELAS NAVAIS, p.24.

### 3.3.2

#### De “removidos” a “imprescindíveis”: o cenário da guerra e o retorno dos capelães militares

Com o explodir da Segunda Grande Guerra, o Brasil manteve-se em posição de neutralidade, porém, depois do torpedeamento de diversos navios da Marinha Mercante do Brasil, que provocaram a morte de 971 brasileiros, o país rompeu as relações com Alemanha, Japão e Itália declarando seu envolvimento na Guerra. Não era mais possível permanecer em uma posição neutralidade.

A participação do Brasil no teatro de operações da Itália provocou o retorno da assistência religiosa militar.<sup>245</sup> Monsenhor Alberto da Costa Reis relata que enquanto o Primeiro Escalão da FEB no Rio desfilava na Avenida Rio Branco em agosto de 1943, Dom Jayme, arcebispo do Rio de Janeiro, falou com o presidente Getúlio Vargas que faltavam os capelães para dar apoio religioso aos pracinhas. Diante do seu pedido, no dia seguinte foi criado o Corpo de Capelães para a Força Expedicionária Brasileira.<sup>246</sup>

Foi considerada a contribuição da religião “para fortalecer as energias morais, a disciplina e os bons costumes”.<sup>247</sup> A religião como força combustível para a missão não poderia ser ignorada ou deixada de lado neste momento tão crítico da história mundial, sobretudo, envolvendo a participação do Brasil na Segunda Grande Guerra. Também foi considerada a relação histórica que o país sempre possuiu com a religião, deste modo, os brasileiros teriam o conforto da religião e a esperança da fé no apoio de uma dura missão. De acordo com Soren, o contingente brasileiro precisou se adaptar ao sistema administrativo dos comandos norte-americanos que ofereciam aos militares o apoio religioso. Deste modo, como existiam capelães americanos, fez-se necessária a presença de capelães brasileiros.<sup>248</sup>

Em pensamento similar, Lima expõe: “A Força Expedicionária Brasileira foi organizada nos moldes do Exército americano, com tropa de todas as armas, serviços e outros órgãos de apoio logístico”.<sup>249</sup> Os capelães receberam patentes militares para o cumprimento de suas funções sacerdotais. Kowalic declara que os

---

<sup>245</sup> KOWALIK, A. Assistência Religiosa nas Forças Armadas, p.3.

<sup>246</sup> REIS, Mons. A da C. apud PALHARES, G., Frei Orlando, p.225.

<sup>247</sup> BRASIL, Decreto nº 6.535, de 26 de maio de 1944.

<sup>248</sup> AZEVEDO, I. B de., João Filson Soren, p.70.

<sup>249</sup> LIMA, R. de C., Apostolado heroico, p.23.



capelães foram introduzidos na hierarquia militar com o capelão-chefe<sup>250</sup> recebendo o posto de tenente-coronel, o subchefe, major; e os regimentos foram acompanhados por capelães nos postos de capitão e primeiro-tenente.<sup>251</sup>

Segundo Rebouças:

Em meio aos horrores da guerra que se travava na Europa, mas cuja consequência respingava no Brasil, e com o envio das tropas brasileiras para o conflito armado, foi necessário que o Governo desse todo apoio ao seu pessoal. E por causa disso, em 1944, o Governo de Getúlio Vargas aprovou, em 26 de maio, o Decreto-Lei nº 6.535, que criou o Serviço de Assistência Religiosa junto às Forças Armadas, em operações de guerra.<sup>252</sup>

A reativação do serviço da capelania denominado SAR “Serviço de Assistência Religiosa” para a Força Expedicionária Brasileira possibilitou a participação de pastores e padres junto à tropa como principal inovação do serviço de capelania militar pós-República.<sup>253</sup> Isso representou um marco do ponto de vista ecumênico, pois possibilitou a atuação simultânea de capelães oriundos de matrizes religiosas distintas no mesmo ambiente das operações, trabalhando em equipe para um propósito em comum. A experiência bem-sucedida da capelania na FEB lançou as bases para a atual compreensão do serviço religioso junto aos militares, ao mesmo tempo em que abriu oficialmente as portas da assistência religiosa militar para o protestantismo.

O quadro de capelães militares foi criado em caráter de urgência para acompanhar as tropas brasileiras na Itália. Era necessário agir rapidamente para apoiar a Força Expedicionária Brasileira, deste modo, o quadro de capelães foi formado em 1944, sendo composto “por 26 padres católicos e dois pastores

<sup>250</sup> O Capelão-Chefe do SAR foi o Monsenhor João Pheeny. (ALMEIDA, M. C., *Religião na Caserna*, p.24) É provável que tenha sido escolhido para ser o Capelão-Chefe da FEB por ser um capelão com experiência militar tendo antes servido como voluntário no Grupo de Artilharia. (LIMA, R. de C., *Apostolado heroico*, p.34) O padre Schneider em suas cartas descreve o Capelão-Chefe como “uma joia de caráter” e afirma que todos os capelães gostavam dele. Ao que tudo indica, Pheeny conseguiu exercer com brilhantismo sua liderança entre os capelães. (SCHNEIDER, Pe. J. E., *Vivência de um ex-capelão da FEB*, p.111) Padre Brito menciona o cuidado do Capelão-Chefe que visitava os capelães em seus Regimentos. (BRITO, Pe., *Eu fui Capelão da FEB*, p.46) Schneider falando sobre o Capelão-Chefe menciona: “Gozava da máxima confiança do comandante Mascarenhas, bem como de toda a oficialidade, mas principalmente dos seus colegas e subalternos, nós, os capelães”. (SCHNEIDER, Pe. J. E., *Vivência de um ex-capelão da FEB*, p.72) Tendo em vista todas estas referências sobre o Monsenhor João Pheeny, pode-se dizer que a escolha dele como Capelão-Chefe foi precisa, vindo a dar muitos frutos positivos.

<sup>251</sup> KOWALIK, A. *Assistência Religiosa nas Forças Armadas*, p.4.

<sup>252</sup> REBOUÇAS, F. A. de M., *A relevância do Serviço de Assistência Religiosa no CBMDF*, p.25.

<sup>253</sup> KOWALIK, A. *Assistência Religiosa nas Forças Armadas*, p.4.

evangélicos”.<sup>254</sup> Dom Jayme enviou cartas para as dioceses de todo o Brasil abrindo alistamento de capelães voluntários.<sup>255</sup> Enquanto muitos militares se viam obrigados a participarem da guerra por causa do juramento militar, os capelães foram voluntários, colocando-se nessa situação direcionados por princípios patrióticos e cristãos. O capelão padre Schneider relata o motivo que o fez se alistar para a Guerra:

Estava eu no terceiro ano de Provação em Pareci, quando nos alcançou o pedido de capelães, para seguir com a FEB. Um axioma de Santo Inácio é de que o jesuíta deve como que ser uma tropa de choque e socorrer lá, onde mais urgente fosse. No caso seria a guerra.<sup>256</sup>

O capelão pastor Soren declarou que sua convicção e pré-disposição de servir às tropas e ao país foi tão elevada que estava disposto a ir à Guerra em “outra posição qualquer”, pois “seu senso de brasilidade não lhe permitiu acomodar-se”.<sup>257</sup> Ainda segundo ele, a situação do país era muito difícil e, como pastor, brasileiro e cristão, deveria colaborar naquilo que fosse possível. O padre Schneider declara o quanto o Brasil desejava o retorno dos capelães para o conforto dos militares da FEB e de suas famílias, considerando o serviço religioso como um direito do militar combatente:

No tempo do Brasil Império vigorava o serviço religioso nas Forças Armadas, tanto na paz, como na guerra. Foi suspenso, porém com a Proclamação da

<sup>254</sup> CAPELAS NAVAIS, p.26. Os números se alternam, mantendo sempre o número de dois pastores, mas divergindo do número de padres envolvidos. Schneider cita 25 sacerdotes católicos e 2 pastores evangélicos. (SCHNEIDER, Pe. J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.8) Kowalik menciona cerca de 30 católicos e dois protestantes. (KOWALIK, A. Assistência Religiosa nas Forças Armadas, p.4) Lima cita 26 capelães católicos e dois pastores. (LIMA, R. de C., Apostolado heroico, p.26) Ainda cita nominalmente os capelães: “Tenente Coronel João Pheeney de Camargo e Silva – Chefe do SAR”. da 1ª Divisão de Infantaria Expedicionária(1ª D.I.E) Tenente Coronel Pascoal Gomes Librelotto (Chefe do SAR-FAB) Major Jonas Wanderley Lima (Frei Gil Maria) – capelão auxiliar da 1D.I.E Major Marcial Muzzi do Espírito Santo Major Jonas Wanderley Lima; Capitão Hélio de Abrantes Viotti; Capitão Waldemar Setaro; Capitão Antonio Álvares da Silva (Frei Orlando); Capitão Amarildo Silvestri; 1º Tenente Olavo Ferreira de Araújo; 1º Tenente Joaquim de Jesus Dourado; 1º Tenente Alberto Costa Reis; 1º Tenente Hipólito de Almeida Pedrosa; 1º Tenente João Barbalho Uchôa Cavalcanti Sobrinho; 1º Tenente Nicolau Vandellino Junges; 1º Tenente João Batista Cavalcanti; 1º Tenente Urbano Rausch; 1º Tenente Jacob Emílio Schneider; 1º Tenente Noé Pereira; 1º Tenente Francisco Eloy de Oliveira; 1º Tenente Nilo Kollet; 1º Tenente Jorge Ferreira de Brito; 1º Tenente Gregório Pelegrino Comasseto; 1º Tenente Francisco Freire de Moura Filho; 1º Tenente Enzo de Campos Gusso; 1º Tenente Alcionilio Bruzzi Alves da Silva; 1º Tenente Manoel Inocêncio de Lacerda Santos; 1º Tenente João Filson Soren (Pastor) e; 1º Tenente Juvenal Ernesto da Silva (Pastor). (LIMA, R. de C., Apostolado heroico, p.31)

<sup>255</sup> SCHNEIDER, Pe. J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.9.

<sup>256</sup> SCHNEIDER, Pe. J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.2.

<sup>257</sup> AZEVEDO, I. B de., João Filson Soren, p.22.

República e conseqüentemente, separação de Igreja e Estado. Estava, agora, o Brasil em guerra e partiria tropa para o exterior. Vozes se erguiam de todos os recantos do Brasil, pedindo capelães, ao menos para acompanharem na guerra. Coube ao Presidente Getúlio Vargas, e ao Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Jayme de Barros Câmara, o mérito de introduzirem esta inovação, não sem algumas reservas de alguns setores. Quem levou o assunto a feliz termo foi principalmente o ministro da guerra, general Eurico Gaspar Dutra, auxiliado pelo Coronel José Bina Machado.<sup>258</sup>

O pastor João Soren por ter sido o primeiro capelão protestante a ser voluntario junto a FEB, recebeu do Estado-Maior a ordem do Ministro da Guerra para estruturar o Departamento da Capelania Evangélica, o que foi feito de forma ágil e célere, conforme a ocasião demandava. Em vinte dias ele conseguiu organizar o serviço.<sup>259</sup> A presença de capelães pastores foi evocada para a assistência a cerca de 600 soldados de confissão evangélica que integraram a FEB.<sup>260</sup> Enquanto Soren era pastor batista, o segundo capelão protestante voluntário foi o pastor metodista Juvenal Ernesto da Silva.<sup>261</sup> Soren incorporou no 1º RI, Regimento de Infantaria denominado Regimento Sampaio. O pastor Juvenal ficou lotado no 6º RI, Regimento de Infantaria identificado como Regimento Ipiranga.<sup>262</sup>

### 3.3.3 Capelão naval na FEB? Assistência religiosa na viagem à Itália

Embora o serviço religioso na FEB tenha sido organizado pelo Exército, sabe-se que na prática foi realizada a assistência religiosa e espiritual nos navios por meio de uma capelania naval prática e temporária, de caráter não oficial. Mesmo que não houvesse oficialmente a figura de um capelão naval brasileiro, sabe-se que, para chegar às operações na Itália, os militares embarcaram em navios americanos que fizeram o transporte da tropa,<sup>263</sup> e ali receberam ampla assistência religiosa durante a viagem.

O capelão padre Brito salienta seu deslumbramento ao contemplar a grandeza dos navios americanos que estavam atracados no cais de Mauá, quando

<sup>258</sup> SCHNEIDER, Pe. J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.8.

<sup>259</sup> AZEVEDO, I. B de., João Filson Soren, p.68.

<sup>260</sup> CRIVELARI, U. N., A importância do profissional “Capelão”, p.41

<sup>261</sup> DIONIZIO, A; SANTOS, I., Ministério de Capelania Militar, p.21.

<sup>262</sup> ALMEIDA, M. C. Religião na Caserna, p. 24.

<sup>263</sup> Os componentes da FEB foram conduzidos em navios de transporte de tropa americanos, entre 2 de julho de 1944 e 8 de fevereiro de 1945. LIMA, R. de C., Apostolado heróico, p.26.

as tropas se preparavam para o embarque.<sup>264</sup> Também cita que, assim que embarcou, foi apresentado ao capelão do navio americano, que se mostrou muito simpático e receptivo, oferecendo o apoio religioso durante toda a viagem. Segundo o padre Brito: “Aos domingos, o capelão reunia a tripulação cristã do navio e fazia um sermão para todos; depois retiravam-se os protestantes e os católicos assistiam à missa que se seguia”.<sup>265</sup>

No camarote do padre Brito estavam oito capelães, sendo dois protestantes.<sup>266</sup> Padres e pastores cumpriam o mandato divino no navio, atuando pela primeira vez na história do Brasil de forma concomitante, confortando a tripulação e incentivando todos com palavras de fé e esperança. Os capelães voluntários da FEB exerceram, na prática, a capelania naval em um momento histórico nevrálgico. De acordo com Brito, o clima a bordo estava carregado de preocupação: “E iam todos para onde? Para o desconhecido. Que os esperava? A guerra. Suor, sangue e lágrimas. A perspectiva não era das melhores”.<sup>267</sup> Apesar disso, Schneider enalteceu o universo nauta como mecanismo que favorecia a unidade e o espírito de corpo:

Estávamos todos convictos: “Num mesmo barco nós navegamos, que ao mesmo fim nos há de levar; ou todos juntos nos salvaremos, ou juntos vamos naufragar”. Não sei se haverá outra coisa que una mais, do que uma viagem marítima. Missas, horas de arte, música, canções, exercícios de defesa anti-aérea e anti-submarina, tudo era participado por todos. Formávamos ali um “Brasil em miniatura” reunidos de todos os quadrantes da Pátria.<sup>268</sup>

O serviço religioso permaneceu ativo durante toda a viagem. Segundo Schneider: “Missas em ação de graças foram celebradas por todos os recantos do navio”.<sup>269</sup> Também descreve que os capelães costumavam descer nas cobertas abaixo para fazer a oração da noite, conduzir cânticos junto aos pracinhas e ministrar bênçãos.<sup>270</sup> Padre Brito oferece maiores detalhes da atuação religiosa dos capelães em alto-mar:

<sup>264</sup> BRITO, Pe., Eu fui Capelão da FEB, p.7.

<sup>265</sup> BRITO, Pe., Eu fui Capelão da FEB, p.9.

<sup>266</sup> BRITO, Pe., Eu fui Capelão da FEB, p.8.

<sup>267</sup> BRITO, Pe., Eu fui Capelão da FEB, p.15.

<sup>268</sup> SCHNEIDER, J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.26.

<sup>269</sup> SCHNEIDER, J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.27.

<sup>270</sup> SCHNEIDER, J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.24.

Vestíamos-nos as pressas e saímos com os altares portáteis que nos emprestara o exército, para celebrar as missas da manhã. Havia um capitão que achava ruim a madrugada dos capelães. E nas memórias que escreveu disse: “E ao clarear do dia, os Capelães conjugavam o verbo celebrar em todos os tempos e modos...”. Íamos dois a dois. Um rezava a missa, enquanto o outro pregava e cantava com os soldados. Na missa da tarde, às duas horas, o que pregára de manhã celebrava, e o que celebrára entretinha os assistentes [...]. As confissões dos soldados se ouviam algumas antes da missa, mas, das cinco às seis da tarde, na capela do navio, e na sala de leitura do capelão de bordo, todos os dias estavam quatro capelães para atender os que quizessem confessar-se [...]. Entre oito e nove horas da noite. Às vezes até dez horas, ficávamos nos compartimentos dos soldados a rezar o terço com êles.<sup>271</sup>

O trabalho religioso no navio foi intenso. Chegando à Itália, os capelães desdobravam-se no atendimento dos regimentos. Foi celebrada uma missa na Catedral de Pisa, a pedido do comandante do Regimento, em gratidão a Deus por todos terem chegado sãos e salvos ao destino.<sup>272</sup> Segundo Schneider: “As missas eram celebradas quase sempre a campo aberto e até em caminhões de carga”.<sup>273</sup> Padre Brito diz que os italianos ficavam edificadas com a devoção dos brasileiros nas missas, acompanhando com entusiasmo os cânticos e entregando-se com devoção durante a reza.<sup>274</sup> Segundo Lima:

A participação brasileira na guerra, desde a criação da FEB até o fim do conflito em 1945, foi profundamente marcada. Nos sete meses de combate no front italiano, os soldados viveram experiências significadas religiosamente, dado ao nível de stress e também em decorrência do contexto dessas experiências. A tensão presente na guerra levou alguns veteranos a reforçarem sua crença religiosa em função da necessidade de organizarem as experiências vividas no front. Durante o período de guerra, esses soldados puderam contar com os serviços espirituais de capelães católicos e protestantes, incorporados à FEB na repartição de assistência espiritual. A atuação dos capelães foi fundamental no apoio espiritual, individual e coletivo dos soldados. Além das orientações espirituais, os capelães foram os responsáveis pela comunicação entre o soldado e sua família, escrevendo e lendo as cartas enviadas e recebidas pelos militares analfabetos. Desta forma, em alguns momentos, os capelães atuaram como mediadores, além da assistência social oferecida pelos clérigos às famílias dos mortos e feridos em combate.<sup>275</sup>

Os capelães, conhecedores de outras línguas, também atuaram como intérpretes apoiando a comunicação entre brasileiros e italianos, alemães e

<sup>271</sup> BRITO, Pe., Eu fui Capelão da FEB, p.22,23.

<sup>272</sup> PILLAR, O., Os Patronos das Forças Armadas, p.253.

<sup>273</sup> SCHNEIDER, J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.13.

<sup>274</sup> BRITO, Pe., Eu fui Capelão da FEB, p.55.

<sup>275</sup> LIMA, R. de C., A atuação da assistência religiosa militar como vetor facilitador nas operações de paz, p.284.

americanos.<sup>276</sup> Os capelães visitavam constantemente os hospitais, atendendo os feridos e confortando-os com a fé e ajudavam os pracinhas em suas correspondências familiares.<sup>277</sup>

A experiência da capelania na FEB recebeu uma avaliação positiva deixando a lição para as Forças Armadas que a assistência religiosa contribui para oferecer uma motivação nova, mais profunda sobre o cumprimento sagrado do dever para com Deus, a pátria e o próximo.<sup>278</sup> A missão começou e terminou nos navios que conduziram de volta os combatentes. O capelão Schneider, de acordo com seu relato, retornou com a última parcela da FEB, saindo de Nápoles em 20 de setembro de 1945 a bordo do navio americano James Parker.<sup>279</sup>

Vale lembrar que, segundo Kowalic, a reativação do serviço religioso militar tinha prazo de validade, pois estava determinado que a atividade dos capelães fosse cessada “entre dois e quatro meses após o regresso das unidades combatentes da FEB às suas sedes”.<sup>280</sup> Todavia, a experiência laudável dos capelães da FEB provocou o retorno do serviço de assistência religiosa junto aos militares. Foi demonstrada empiricamente – no teatro de operações da Guerra – a imprescindibilidade da atuação do capelão militar. Com o fim da Segunda Grande Guerra, o serviço que estava subordinado ao Exército foi instituído em caráter permanente, abrangendo todas as Forças Armadas.

### 3.4

#### A organização do serviço religioso na Marinha

Após a FEB, o Serviço de Assistência Religiosa (SAR) foi extinto em fins de 1945, conforme previsto, porém foi criado em caráter permanente o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas (SARFA)<sup>281</sup> por meio do Decreto-Lei nº 8.921, de 26 de janeiro de 1946. Esse decreto-lei estendia a assistência religiosa à Marinha e Aeronáutica. Também mencionava a atuação do capelão naval,

<sup>276</sup> Sabe-se que Frei Orlando por ter estudado na Holanda aprendeu o alemão e, o pastor Soren estudou nos Estados Unidos da América, portanto, falava fluentemente o inglês. Schneider falava bem o italiano. Em seu relato menciona: “De quando em vez o Comando me convidava para ser intérprete aos italianos”. SCHNEIDER, Pe. J. E., *Vivência de um ex-capelão da FEB*, p.51. Outros capelães também eram conhecedores do italiano.

<sup>277</sup> LIMA, R. de C., *Apostolado heroico*, p.32.

<sup>278</sup> PALHARES, G., *Frei Orlando*, p.227.

<sup>279</sup> SCHNEIDER, J. E., *Vivência de um ex-capelão da FEB*, p.130

<sup>280</sup> KOWALIK, A. *Assistência Religiosa nas Forças Armadas*, p.4.

<sup>281</sup> O primeiro chefe do Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas foi o Monsenhor Leovigildo França, com a patente de Coronel-Capelão.

ênfatizando que o serviço destinava-se a prestar assistência religiosa nas bases militares e operativas, hospitais, navios e outros estabelecimentos.

O capelão naval no Brasil passou a ser militarizado. Não se tratava mais de um líder religioso que oferecia um atendimento por demanda, mas um profissional inserido na hierarquia militar, com direitos e deveres militares. O quadro começou no Exército com 41 capelães, na Marinha com 18 e na Aeronáutica com 16.<sup>282</sup> O regulamento de 1946 estabelecia uma chefia única para o serviço de assistência religiosa militar nas três Forças, agregada ao Conselho de Segurança. De acordo com Almeida: “Editou-se uma norma, através da qual, a maior autoridade eclesiástica da capital federal (cardeal do Rio de Janeiro), era constituída como Prelado dos Militares Católicos”.<sup>283</sup>

O padre Redomark Fernandes de Souza, natural de Nova Iguaçu, foi o primeiro capelão naval da República, tendo embarcado no navio encouraçado “Minas Gerais” e no “Navio-Escola Guanabara”. Foi também nomeado capelão para a viagem de instrução dos aspirantes em 1951, no Navio-Escola “Almirante Saldanha” e se tornou o capelão da Escola Naval a partir de 1952.<sup>284</sup> Atualmente, é considerado o patrono do Quadro de Capelães da Marinha.<sup>285</sup>

Em 6 de fevereiro de 1950, foi criado, no papado de Pio XII, o Vicariato Castrense do Brasil por meio do Decreto *Ad Consulendum*. Dom Jayme Câmara (o mesmo que em diálogo com o presidente Vargas havia provocado o governo para a necessidade de ter capelães acompanhando a tropa) tornou-se o 1º vigário castrense do Brasil para os católicos.<sup>286</sup> Entendendo a nova dinâmica, a Igreja Católica foi rápida na resposta de organizar-se para um melhor desenvolvimento do serviço religioso junto aos militares.

O serviço religioso militar católico aperfeiçoou-se com a substituição do Vicariato Castrense do Brasil pelo Ordinariado Militar do Brasil em 23 de outubro de 1989, sendo canonicamente assimilado às dioceses. Na frente do Ordinariado Militar, que é resultado de um acordo entre o Brasil e a Santa Sé, está um arcebispo nomeado pelo papa, com jurisdição em todo o território brasileiro. Foi

---

<sup>282</sup> CAPELAS NAVAIS, p.26.

<sup>283</sup> ALMEIDA, M. C., *Religião na Caserna*, p.26.

<sup>284</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, *Guia Prático do Capelão Naval*, p.73.

<sup>285</sup> Portaria Ministerial n.0653, de 27 de julho de 1988. Institui o Dia do Capelão Naval tendo como Patrono do Serviço de Assistência Religiosa da Marinha o Capitão de Corveta (CN) Redomark Fernandes de Souza – Dom Carlos, O.S.B.

<sup>286</sup> SILVA, A. L., *Fundamento histórico da capelania*, p.81.

definido que a sede do Ordinariado Militar e de sua Cúria ficaria no Estado-Maior das Forças Armadas em Brasília.<sup>287</sup>

Foi a partir do Decreto-Lei nº 6.535, de 26 de maio de 1944, que o capelão passou a atuar com respaldo legal e jurídico. A Lei Federal nº 5.711, de 8 de outubro de 1971, estabeleceu que cada Força deveria ter o seu próprio serviço de assistência religiosa chefiado por um capelão no posto de coronel, no Exército e Aeronáutica, e Capitão-de-Mar-e-Guerra na Marinha. Entre o Decreto de 1944 e a Lei de 1971, o serviço religioso na Marinha começou a experimentar um crescimento com a instituição da capela no Colégio Naval em 1947. O frei carmelita Hugo Brasil foi seu primeiro capelão, exercendo a atividade de 1951 a 1965. A capelania em Natal foi implantada em 1949, resultando na construção da Capela da Base Naval em Natal, no dia 13 de dezembro de 1957.<sup>288</sup>

Como desdobramento da Lei Federal nº 5.711 de 8 de outubro de 1971, foi aprovada em 16 de fevereiro de 1972, por meio do Aviso do Ministro da Marinha, a criação de uma chefia para o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha (SARM), fazendo parte da Diretoria de Assistência Social.<sup>289</sup> O primeiro capelão-chefe da Marinha foi o monsenhor Raimundo Menezes Brasil.<sup>290</sup> Em seu discurso de posse, explanou:

Somos, portanto, no meio militar um sinal de unidade e nunca de distinção. A todos, sem exceção, devemos levar nossa palavra, a nossa compreensão e, principalmente, a nossa presença. Ninguém nos é estranho e nada nos põe à parte. Vivendo no meio militar queremos que cada um se realize, tendo uma vida humana liberta de todo mal e se torne, cada vez mais, próximo de si, de todos e de Deus. Em síntese, o nosso trabalho é no sentido de evitar que se perpetue a servidão humana, sob o impulso do erro, do egoísmo e da frustração... Sabemos que a hora presente é para todos nós brasileiros um grande desafio. A nós, capelães, especialmente, que cuidamos da formação moral e religiosa do militar, parece um desafio maior! É preciso nos apressarmos numa ação planejada e consciente. Sabemos, é verdade, que muitos problemas vão afrontar a nossa capacidade e o nosso entusiasmo. Contamos, é certo com a proteção de Deus, com a orientação dos nossos superiores hierárquicos e, mais ainda, com a dedicada cooperação de todos os colegas. Queremos somar esforços, aprovando iniciativas que corrijam possíveis falhas de nossa parte, estimulando e criando verdadeiro espírito de equipe, dinamizando, assim, o Serviço Religioso.<sup>291</sup>

<sup>287</sup> *INTER APOSTOLICAM*, art.II.

<sup>288</sup> CAPELAS NAVAIS, p.30.

<sup>289</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.13.

<sup>290</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.82.

<sup>291</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.109.



É possível perceber nas palavras do primeiro capelão-chefe da Marinha que o propósito do serviço religioso transcendeu o seu motivo original, presente nas caravelas portuguesas. Agora, não se trata de catequizar o militar para uma determinada religião, mas de ensinar o evangelho de Cristo visando contribuir com a formação para o exercício da vida militar em correspondência aos valores exigidos e preconizados pela Marinha e que encontram sua correspondência no cristianismo. Trata-se do quanto a religião pode colaborar para o bem-estar do indivíduo e para a climatização de um ambiente saudável.

A Lei Federal nº 6.923, de 29 de junho de 1981, aperfeiçoou o serviço de assistência religiosa militar prevendo o efetivo de 30 capelães para a Marinha, 30 para a Aeronáutica e 50 para o Exército. Com a Constituição de 1988, passou a ser assegurada, na forma da lei, a assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.<sup>292</sup> Desde então, a admissão dos novos capelães passou a se dar mediante concurso público, abrindo as portas para a presença do capelão pastor no Quadro de Capelães da Marinha. O primeiro concurso público para vaga de capelão protestante contou com a inscrição de 110 candidatos. O primeiro capelão protestante da Marinha foi o pastor presbiteriano Paulo Roberto Muniz Gomes. Foi admitido em 1994 mediante concurso público e ingressou na Marinha em 1995.

Diniz informa que o Capelão Gomes foi consultado sobre o símbolo que os capelães pastores deveriam usar, pois nas outras Forças (Exército e Aeronáutica) os pastores ostentavam como distintivo uma Bíblia aberta com uma vela acesa em seu meio. Porém o primeiro pastor a ingressar na Marinha não viu a necessidade de alterar o símbolo, optando também por ser identificado pela cruz.<sup>293</sup> Os capelães padres e pastores da Marinha ostentam o mesmo símbolo, a cruz, também fazem parte de um mesmo quadro, o Quadro de Capelães Navais, e possuem o mesmo propósito, prestar assistência religiosa, espiritual e apoio às atividades de educação moral ao pessoal militar e servidores civis, ativos e veteranos, aos seus dependentes e pensionistas.<sup>294</sup>

---

<sup>292</sup> BRASIL, Constituição 1988, art 5º, inciso VII.

<sup>293</sup> DINIZ, L. C. C., A Assistência Religiosa na Marinha, p.31.

<sup>294</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, p.1-11.

### 3.5 Conclusões

Considerando que o capelão se apresenta como o emissário de esperança, sua presença trazia conforto diante da dor e fé em meio às dificuldades, contribuindo para elevar o ânimo do marítimo. Partindo do pressuposto que nenhuma tropa abatida vence o combate, o capelão tornou-se uma arma poderosa que dinamizava o potencial dos militares na execução de suas missões e operações. Pode-se perceber, historicamente, uma transmutação de sentido na atuação do capelão, não mais limitada unicamente ao seu caráter religioso, mas atingindo também de modo profundo o moral do militar, tradição que se consolida na contemporaneidade, constituindo uma das principais funções do serviço religioso junto à tropa, assim como para a tripulação de um navio.

Sabe-se que, durante a Colônia, o capelão de navio foi considerado o prestador de um serviço fundamental para o sucesso de uma embarcação. Tal constatação se vê fundamentada na legislação que determinava que um navio não poderia suspender do porto sem antes comprovar o embarque de um capelão naval. Apesar de tanto peso histórico corroborando a figura desse capelão, o serviço religioso na Marinha ficou defasado quando comparado ao Exército, durante o período do Brasil Império. É possível que a defasagem se desse devido à extinção do cargo de Capelão-Mor da Armada, enquanto que no Exército ainda vigorava esse cargo, favorecendo o diálogo com os altos postos da Força. Mesmo representando a matriz de todo o serviço de assistência religiosa militar no Brasil, a capelania naval não usufruía de respaldo legal que permitisse aos capelães os direitos equivalentes aos demais militares.

O capelão naval, antes da República, era considerado um trabalhador temporário, não militarizado, quase um corpo estranho à tripulação, vindo de fora da tradição naval, como representante de um poder estatal, no afã de promover uma religião vigente, nesse caso, o catolicismo. O secularismo da República interrompeu temporariamente o serviço religioso militar e, em seu retorno, no período da Segunda Grande Guerra, impôs uma nova condição ao serviço de capelania, mais centrado na promoção do indivíduo do que à promoção de uma religião. Essa mudança vai determinar o rumo do serviço dos capelães militares, o militar deve ser respeitado em seu segmento religioso e jamais pode ser coagido

por motivo de crença. Isso pode ser comprovado na própria atuação dos capelães da FEB, pois entre eles estava exposta a proibição de proselitismo religioso. Após a experiência de assistência religiosa à FEB, o serviço religioso foi oficializado, tornando-se submetido a uma legislação que definiu a missão do capelão militar: prestar assistência religiosa, espiritual e apoio às atividades de educação moral.

## 4

### A missão do capelão naval

A presença de sacerdotes acompanhando os militares em campanha representa uma tradição histórica, fato confirmado nas narrativas das guerras entre os egípcios, sumérios, hebreus, babilônicos, assírios e até mesmo nos conflitos recentes.<sup>295</sup> Consta que o Imperador Romano Constantino levava consigo uma tenda análoga a uma capela na intenção de possibilitar ao militar o contato com o sagrado, sob a iminência da guerra. Neste espaço, os sacerdotes oficializavam os ritos da fé prestando assistência religiosa aos militares.<sup>296</sup>

O termo capelão foi originalmente aplicado ao sacerdote que guardava a capa (capela) de São Martinho de Tours, um militar que teve uma experiência mística no ano 339 d.C., um ano após a morte do Imperador Constantino. Sua conversão ao cristianismo foi tão profunda que ele chegou a se tornar bispo de Tours. Ao sair à noite para fazer uma ronda, Martinho deparou-se com um mendigo, quase nu, exposto ao frio nos portões da cidade (atual Amiens), e sentindo compaixão dele rasgou sua própria capa de lã (manto) e acolchoou o desabrigado. Na noite seguinte, sonhou com anjos cobrindo Jesus com o manto que ele oferecera ao mendicante, em seguida, ouviu Cristo dizer que tinha sido vestido com o seu manto.<sup>297</sup> A capa tornou-se uma relíquia gozando da mais alta devoção dos reis francos. O sacerdote responsável por conduzir e guardar o manto junto à tropa em combate passou a ser denominado capelão.

O capelão naval é um braço específico da assistência religiosa militar. Surge com a demanda contextual das grandes navegações. Segundo Lima, “juntamente com a Armada de Pedro Álvares Cabral, vieram Sacerdotes Católicos que tiveram como missão precípua de prestar assistência religiosa e moral aos militares portugueses que aqui aportaram”.<sup>298</sup> A religião integrou-se à tradição nauta e o capelão naval, na Marinha do Brasil, fez-se presente desde sempre, do ato de posse da nova terra descoberta pelos portugueses à defesa da pátria em situações beligerantes.

---

<sup>295</sup> MELLO, W. P. de., O Capelão Militar, p.72.

<sup>296</sup> MACEDO, J. C., Capelania militar evangélica, p.54.

<sup>297</sup> ALVES, G. G. de F., Manual do Capelão, p.64-65.

<sup>298</sup> LIMA, R. de C., Apostolado heroico, p.15.

O serviço religioso atualmente é regido por uma Lei Federal<sup>299</sup> e detalhado por uma norma interna em cada Força.<sup>300</sup> Para os capelães da Marinha, a DGPM-502 é a norma interna que estabelece “os procedimentos para o planejamento, supervisão e execução do Serviço de Assistência Religiosa na Marinha”.<sup>301</sup> Para as Forças Armadas, a presença do capelão se traduz no significado de apoio e assistência. Há uma missão que rege as Forças Armadas e o serviço religioso converge para apoiar esse objetivo maior. A missão constitucional das Forças Armadas é “à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem”.<sup>302</sup> O militar possui um mandato, para cumpri-lo submete-se a sacrifícios e desafios extenuantes, portanto, precisa estar pleno no cumprimento de sua destinação, pois desempenha uma função sensível, e para isto faz-se necessário o apoio social, psicológico e também religioso. O capelão capitão-de-mar-e-guerra Emanuel Teixeira Pereira Silva destaca:

A fé é pujante em nosso meio naval, pois lidamos com o perigo, a solidão e a distância da família. Assim, por meio da capelania tem-se a oportunidade de ministrar o evangelho, como também, de descobrir os meios de auxiliar as pessoas que estão com problemas, a enfrentar série e realisticamente as suas frustrações, medos e desapontamentos. É um trabalho de assistencialismo, com enfoque espiritual.<sup>303</sup>

Existe um caráter multifacetário na carreira do capelão naval, pois devido à rotatividade peculiar à vida militar, ao longo de sua carreira experimenta a possibilidade de servir em organizações militares diferentes como hospitais, centros de instrução, escolas de formação, Distritos Navais, organizações militares operativas e navios em missões especiais. Em cada uma dessas realidades manifesta de forma preponderante uma dimensão de sua laboração. Nos hospitais, o conforto da fé obtém realce, nos centros de ensino e escolas de formação, as instruções de cunho ético-moral representam as grandes demandas e, por fim, nos navios em comissões operativas, o capelão concentra-se no bem-estar pessoal, motivacional e relacional dos embarcados. Portanto, deve existir uma

<sup>299</sup> BRASIL, Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981.

<sup>300</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha.

<sup>301</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, p.VI. Em 2020, encontra-se em sua quarta revisão.

<sup>302</sup> BRASIL, Constituição de 1988, art. 142.

<sup>303</sup> CAPELAS NAVAIS, p.16.

flexibilidade em sua percepção sacerdotal para se ajustar às demandas de seu contexto militar.

A principal atividade do capelão é ocupar-se da matéria religiosa no ambiente militar. É dele a responsabilidade de representar sua confessionalidade e dela dar testemunho celebrando missas ou cultos, anunciando com compromisso o fundamento de sua fé. Ao se tornar capelão, o sacerdote não se desliga de sua confissão, pois é o pleno gozo de suas atividades sacerdotais a condição que o habilita para o exercício da atividade de assistência religiosa no meio militar.

A atuação sacerdotal de um capelão naval se manifesta em uma plataforma diferente, em missões específicas esse cenário é ainda mais particular, como por exemplo, um navio em alto-mar. Por isso, exige-se do capelão naval um preparo diferenciado, contemplando aspectos como temperamento moderado e equilíbrio emocional, dimensão ecumênica e inter-religiosa acurada, capacidade adaptativa à vida militar e preparo teológico. A missão do capelão naval na dimensão religiosa é regida em primeiro lugar pela fé pessoal, paralelamente, na dimensão institucional, sua missão também se expressa detalhada na Lei Federal 9.623 de 1981 que estabelece:

O Serviço de Assistência Religiosa tem por finalidade prestar assistência Religiosa e espiritual aos militares, aos civis das organizações militares e às suas famílias, bem como atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas nas Forças Armadas.<sup>304</sup>

A assistência religiosa se aplica aos militares que comungam crenças convergentes, portanto, representa um campo mais específico, uma amostra dentro da corporação, todavia, a assistência espiritual inclui todos, desde aqueles que possuem religiões distintas àqueles que se autodenominam não religiosos, agnósticos ou ateus, pois até os não praticantes de alguma religião possuem demandas relacionadas à espiritualidade. O apoio às atividades de educação moral torna-se uma ação relevante na formação militar e, no exercício dos valores morais, altamente preconizados pelas Forças Armadas, pois se compreende que tais valores encontram sua base e paralelo na própria teologia cristã. O soldado Ernani Ayrosa da Silva, em seu diário, destacou a importância da religião em sua

---

<sup>304</sup> BRASIL, Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, art.2º.

formação militar, afirmando que só conseguiu manter o equilíbrio emocional no cenário da Segunda Grande Guerra devido a sua formação religiosa.<sup>305</sup>

#### 4.1 Análise poimênica

Por análise poimênica entende-se um olhar sobre a ação pastoral do cuidado. Sabe-se que o termo “pastor”, em grego, é *poimên*<sup>306</sup>. Silva define poimênica “como o agir pastoral, na comunidade de fé, em ajuda às pessoas que fazem parte dessa comunidade ou não, por meio da convivência em um contexto de Koinonia”.<sup>307</sup> Boff defende que, sem cuidado, o homem deixa de ser humano vindo a desestruturar-se.<sup>308</sup> O cuidado é uma fonte de humanização, destarte, representa uma ação essencial ao ser humano.

O mundo contemporâneo com sua ênfase individualista, materialista, consumista e imediatista impõe ao ser humano uma realidade desumanizante, de modo que, ao sentir-se “coisificado”, distancia-se de sua dimensão imaterial, tornando-se frágil às intempéries e frustrações, pois sente-se raso ao perder sua profundidade em Deus. De acordo com Bastos, quando falta ao indivíduo o reconhecimento de si mesmo como sujeito, permitindo que seu espírito seja regido pela razão formalizada, sente-se vazio, acrítico e coisificado.<sup>309</sup>

##### 4.1.1 A “coisificação” do militar e a necessidade do cuidado pastoral

O militar, embora assuma a tendência de rechaçar qualquer assistência, seja ela de cunho emocional, psíquico e/ou social, seja espiritual, na verdade necessita de muitos cuidados pastorais. A “coisificação” se vê presente de modo muito potente na vida militar, pois a cobrança para que o indivíduo se ajuste ao “padrão estabelecido” resulta no desarranjo do seu próprio “eu”. Um período de internação constitui o batismo de ingresso na vida militar, assim, depois de um processo de seleção rigoroso, o candidato aprovado tem sua identidade sufocada para ajustar-se ao padrão exigido por sua nova instituição. A instituição militar se aproxima

<sup>305</sup> SILVA, E. A., Memórias de um soldado, p. 38.

<sup>306</sup> LOPES, E; LOPES, N; DEUS, P. G., Fundamentos da teologia pastoral, p. 56.

<sup>307</sup> SILVA, E. V. da., A poimênica em Jesus como paradigma, p.22.

<sup>308</sup> BOFF, L., Saber cuidar, p.34.

<sup>309</sup> BASTOS, L. M., Subjetividade e coisificação, p.208.

muito do conceito defendido por Goffman de “instituição total” em sua pesquisa sobre manicômios, prisões e conventos. Segundo o autor:

Uma instituição total pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada.<sup>310</sup>

A instituição militar enquadra-se no conceito de instituição total, pois no propósito de realizar de modo mais adequado sua tarefa utiliza-se de instrumentais que levam o indivíduo a uma vida fechada nos quartéis, navios e escolas de internação.<sup>311</sup> Nessa nova vida assumida, o militar sofre uma tensão interna premido entre sua criação doméstica (mundo da família) e sua adaptação institucional (mundo militar). Segundo Dionízio e Santos:

Os militares são socializados num universo de regras, numa instituição baseada em princípios de hierarquia e disciplina. Esse conhecimento é importante para se compreender algumas atitudes e pensamentos dos militares, que estão sob rígida cobrança de todas as ações praticadas no quartel. (...) O local de trabalho do militar possui características diferentes de qualquer outra profissão e exerce influência em todo o seu comportamento.<sup>312</sup>

De acordo com Adorno, o sujeito contemporâneo é interpretado como um apêndice de maquinaria, literal e metaforicamente, pois além de se adaptar às características da máquina que manuseia, o sujeito também se vê obrigado a abafar suas emoções submetendo-se ao mecanismo social que o pressiona enquanto portador de um papel. Desse modo, precisa se remodelar a esse sistema, o que conseqüentemente leva-o à inibição de sua própria personalidade.<sup>313</sup> Goffman discorre sobre esse processo gerado pela instituição total denominando-o de “mutilação do eu”.<sup>314</sup> A vida militar está submetida a um controle rígido que provoca a perda da individualidade frente à consciência de coletividade. Segundo Almeida:

Nas grandes corporações militares, este controle das necessidades grupais fica ainda mais generalizado, e dificilmente há a possibilidade de se tratar de alguma

<sup>310</sup> GOFFMAN, E., Manicômios, prisões e conventos, p.11.

<sup>311</sup> GOFFMAN, E., Manicômios, prisões e conventos, p.17.

<sup>312</sup> DIONIZIO, A; SANTOS, I., Ministério de Capelania Militar, p.91.

<sup>313</sup> ADORNO, T. W., Sociologia, p.68.

<sup>314</sup> GOFFMAN, E., Manicômios, prisões e conventos, p.24.



necessidade pessoal, seja de ordem de saúde física, mental/emocional ou até mesmo espiritual.<sup>315</sup>

Sob a dinâmica da coisificação, as relações sociais de modo geral acarretam uma progressiva desumanização. Envolto nesse processo de “mutilação do eu”, o militar recém-ingressado sente-se submerso em um ambiente impessoal, tendo sua identidade substituída por sua função. Sua subjetividade sofre um cativeiro socialmente homologado. O militar experimenta a perda ou a troca do nome. Agora possui um “nome de guerra”. Em ocasiões específicas, como exercícios de campanha e manobras, o militar é identificado por um número.

Ao embarcar em um navio, o militar é enquadrado na Tabela Mestra, que estabelece números relativos às posições que precisará guarnecer nas situações de CAV (controle de avarias), ocorrência em que toda a tripulação precisará realizar uma série de ações para controlar e neutralizar eventos que coloquem em risco a operação e navegação/flutuabilidade segura da embarcação. A Tabela Mestra organiza toda a tripulação para determinados postos e funções nas diversas situações de bordo, desde fainas e formaturas, além de designar o bote salva-vidas e seu respectivo camarote, cama e armário. No exercício de abandono de navio, o militar é chamado pelo seu número, para conferência das posições guarnecidas em cada bote. Essa perda de identidade expressa em seu nome é constante ao longo de sua carreira, pois comumente é identificado pela sua graduação ou posto. Seu nome de origem é substituído por “sargento”, “tenente”, “comandante” entre outros.

O militar também sofre a descaracterização de sua aparência. Segundo Almeida:

Além da perda do nome, ocorre ainda, já no processo de seleção, a perda da aparência visual do aluno ou do recruta. Abandonam-se as aparências individuais, caracterizadas pelo corte de cabelo, uso de roupas do seu gosto, ou de calçados de marca, tudo em prol da aparência grupal. Toda vestimenta é comum. Quando o uniforme do dia é designado, todos estarão, em minutos, apresentados com essa uniformidade.<sup>316</sup>

Face ao exposto, percebe-se no militarismo uma padronização de estilos e comportamentos. Na Marinha do Brasil, são comumente observados vocabulários semelhantes e padrões de procedimento análogos em militares de patentes

---

<sup>315</sup> ALMEIDA, M. C., *Religião na Caserna*, p.55.

<sup>316</sup> ALMEIDA, M. C., *Religião na Caserna*, p.55.

equivalentes. Esse padrão nem sempre é resultado de uma adaptação natural. O indivíduo que mantém as idiosincrasias de sua identidade delineada no “mundo civil” é hostilizado como um sujeito “apaisanado”, isto é, fora do padrão militar. Deste modo, a identidade pessoal do militar fica suprimida e ao vestir a farda tende a aproximar-se da “coisificação”, “massificação” e “perda de identidade”. Segundo Almeida:

Parecidos na forma de falar, de pensar, de expressar suas emoções, de tratar de seus problemas e assim por diante. São pessoas que, diferente dos que vivem fora do quartel, tornam-se muitíssimos parecidas com seus pares. Foram mudadas, transformadas em iguais. Passaram como que por uma formatação robótica, cujos resultados são previsíveis e esperadamente eficazes.<sup>317</sup>

Vocabulários e gírias militares são rapidamente absorvidos, ainda no período de adaptação. Por exemplo, na Marinha do Brasil, o recém-ingressado logo se acostuma e reproduz vocábulos e gírias como “faina”<sup>318</sup>, “bizu”<sup>319</sup>, “bizuleu”<sup>320</sup>, “safo”<sup>321</sup>, “safa onça”<sup>322</sup>, “rosca fina, voga larga e voga picada”<sup>323</sup>, “jacuba”<sup>324</sup> etc. Essa “massificação” desde o linguajar ao vestuário, atingindo também a postura, torna-se um broquel protetor, encarado como algo necessário para sua vivência enquanto militar, pois camuflado com a maioria o recém-ingressado não estará em evidência, sendo mais um em meio a tantos, ficando incólume diante de uma realidade que a princípio lhe parece tão ádvena. O que no início torna-se confortável, com o tempo apresenta um crônico desconforto criando um sério problema de motivação. De acordo com Almeida:

Algumas pessoas assimilam tanto o aspecto negativo da vida militar que chegam a perceberem-se como pessoas dominadas e derrotadas. Nesse ponto, há uma tendência de o militar rechaçar tudo o que pode vir da caserna e ficar apenas e tão somente com sua obrigação. A hierarquia militar, quando vivenciada de forma

<sup>317</sup> ALMEIDA, M. C., *Religião na Caserna*, p.50.

<sup>318</sup> Faina é sinônimo de trabalho.

<sup>319</sup> Bizu significa conselho, informe que seja útil ou algo bom.

<sup>320</sup> O contrário de bizu, algo ruim ou mau conselho.

<sup>321</sup> Safo é uma expressão aplicada a tudo que está ocorrendo bem, como exemplos: “oficial safo” e “faina safa”.

<sup>322</sup> Safa onça é tudo o que providencia solução diante de uma emergência ou complicação.

<sup>323</sup> Rosca fina ou voga picada equivale ao superior militar exigente na observação das normas e na execução das fainas. O seu antônimo é chamado de voga larga. O motivo se origina na ideia do aperto, pois o parafuso com rosca fina aperta mais. As expressões relacionadas à voga (velocidade da remada), indicam que uma voga picada é mais exaustiva pois exige-se dos remadores mais movimentos e menos descanso, enquanto a voga larga é mais amena.

<sup>324</sup> É o termo genérico usado para designar sucos.

desumana ou com algum requinte de crueldade psicológica, influencia por demais a revolta do militar.<sup>325</sup>

Diante disto, a função do capelão contribui para o resgate da identidade do militar face ao cativo de sua subjetividade e a mutilação do seu eu. No ambiente militar, o capelão não massifica pessoas, não interpreta o sujeito como um número, mas reconhece sua individualidade, enquanto ser amado por Deus. Do ponto de vista da teologia, uma alma tem mais valia que o mundo inteiro das coisas. John MacArthur Jr. reitera: “O Cristianismo possui uma teologia e uma ética voltada para as pessoas”.<sup>326</sup> Mayhue adverte que o exercício do sacerdócio tem como propósito servir os sofredores com a compaixão de Deus.<sup>327</sup> O alvo de toda atividade sacerdotal é o bem-estar do ser humano, e é esta compaixão que leva o capelão a realizar obras de consolo e misericórdia em favor daqueles que sofrem.

#### 4.1.2

#### **Uma capelania que valoriza o sujeito e promove o encontro com Deus**

Na capelania militar, o sujeito é valorizado em detrimento da coisificação. Pouco importa a condição hierárquica do militar quando este procura um capelão, seja praça ou oficial, o que realmente está em questão é sua alma, “seu eu”, sua identidade pessoal. O propósito do atendimento do capelão não está na motivação proselitista, mas no amor humanitário. O capelão atua para promover a dignidade da pessoa humana e na consecução desse propósito trabalha com as questões debilitantes da vida. Ele é mais do que um representante da religião, ele é um promotor da vida e agente da humanização, pois o real propósito da fé cristã é gerar vida em abundância.

Não se pode esquecer que o corpo, a psiquê e o espírito são as três dimensões estruturais do ser humano. Elas delineiam sua conjuntura antropológica, a harmonia entre essas dimensões gera equilíbrio para o ser humano, levando-o a significar suas experiências. O aspecto religioso é um dado que dignifica o ser humano. Sobre esse assunto, Panasiewicz discorre:

<sup>325</sup> ALMEIDA, M. C., *Religião na Caserna*, p.53.

<sup>326</sup> MACARTHUR, Jr. J., *Redescobrimo o Ministério Pastoral.*, p.249.

<sup>327</sup> MAYHUE, R. L., *The Healing Promise*, p.251.

Infinidade e finitude se conectam no interior do humano. A infinitude aponta para a abertura ao mistério transcendente, ao sempre mais que preenche sua subjetividade, acenando seu horizonte utópico. A finitude caracteriza-se pela materialidade e pelo território simbólico que o ser humano cria para tornar objetivos os valores transcendentais. Em outras palavras, o transcendente torna-se imanente e materializa-se pela força e expressão do símbolo. Essa articulação entre infinitude e finitude, abertura transcendental e território simbólico, é o que caracteriza a religiosidade humana. Experimentar em sua interioridade finitude e infinitude dá ao ser humano a sensação de provisoriedade e, ao mesmo tempo, de possibilidades. O dado e o projetado interagem, evidenciando o ser em construção, de si e de suas relações. Isso qualifica e dignifica o existir humano.<sup>328</sup>

O papa João Paulo II ressalta que foi Deus quem colocou no homem a inclinação pela busca do transcendente, e no encontro de amor com o seu Criador chega-se à “verdade plena sobre si próprio”.<sup>329</sup> O caminho da religião gera encontro, sobretudo pessoal, do militar consigo mesmo. Segundo Pereira: “A transcendência é um dos anseios mais profundos do ser humano que busca o sentido último do seu existir. A espiritualidade se configura, assim, como uma dimensão constitutiva do homem em sua busca de ser”.<sup>330</sup>

No ambiente militar, a capela é o local institucional do encontro com Deus, neste espaço tido como sagrado, o militar se posta como filho de um Deus-Pai que é pura compaixão. Durante a celebração religiosa, as graduações e postos não interferem na socialização característica da liturgia, pois todos se consideram irmãos e filhos do Pai celestial.<sup>331</sup> A capela militar tem o poder de reunir todos em um ambiente comunitário. A hierarquia não é ignorada ou desobedecida, porém permanece ofuscada pela fraternidade religiosa. Na capela, o militar se refugia para orar/rezar, geralmente por sua família (elementos do mundo doméstico), experimentando lembranças que o remetem a raízes fora do mundo institucional intramuros.

<sup>328</sup> PANASIEWICZ, R., *Categorização de experiências transcendentais*, p. 592.

<sup>329</sup> JOÃO PAULO II, PP., *Fides et Ratio*, p.1.

<sup>330</sup> PEREIRA, L. C., *A interface entre o aconselhamento*, p.31.

<sup>331</sup> Como exemplo do que fora descrito, Frei Mário, capelão do Exército, descreve em suas reminiscências pessoais um movimento iniciado por ele em sua capelania militar. A ação foi denominada “Grupo de Apoio a Vivência Cristã”. A finalidade era buscar o cultivo e crescimento espiritual na meditação da Palavra de Deus. Ainda ressalta uma característica da capelania militar ao dizer que independente de posto ou graduação todos os militares eram bem acolhidos. BARP, E., *Memórias de Frei Mário*, p.193.

### 4.1.3

#### A ação poimênica do capelão na apresentação do Deus-Pai

Nesta pesquisa, desde o início, foi intenção refletir qual imagem de Deus subjaz por meio da vida do capelão. A figura do “Deus Pai” sobressalta em meio a estas reflexões. Em um mundo institucional que impõe ao militar um padrão, massificando-o e distanciando-o de sua real identidade, de seu lar existencial, sentir-se amado e acolhido pelo “Deus Pai” é terapêutico e contribui para o resgate de sua subjetividade. Cabe ao capelão ser o mediador desse encontro, ora como facilitador, ora como incentivador, ora como mediador. A imagem do “Deus-Pai” desdobra-se no conceito de casa e família.

A ação poimênica do capelão na apresentação do Deus-Pai torna-se operante, principalmente para o indivíduo sofredor, pois ao sentir-se como alvo do amor e da acolhida deste Deus grandioso, sente-se fortalecido em suas fraquezas e mitigado em suas dores. O Deus-Pai deseja que seus filhos se desenvolvam em meio aos desafios múltiplos da vida. Não se trata de uma paternidade que impõe uma “bolha protetora” sobre seus filhos, mas que proporciona aos seus filhos liberdade que potencializa sua própria subjetividade.

Deus-Pai, em humildade e ternura, sai de si mesmo e sofre por amor aos seus filhos. O amor leal de Deus revelado por sua paternidade testifica uma poimênica enraizada no profundo compartilhamento de vida, onde o "Eu" é leal a si mesmo no "Outro". Deus-Pai revela-se como aquele que sofre porque ama, porque criou seus filhos para liberdade e dessa forma se expõe, voluntariamente, ao risco dessa liberdade. Deus-Pai revela-se no amor porque é livre de si e faz da liberdade uma exigência para a comunhão.<sup>332</sup>

Na parábola do Filho Pródigo, descrita em Lucas 15,11-32, Jesus descreve o encontro entre pai e filho, que proporcionou o resgate da dignidade deste que agiu como um herdeiro inconsequente. Iludido pelos deleites da concupiscência, distanciou-se do seu lar em busca de satisfazer seus bel-prazeres, de tal modo viveu compulsivamente a ponto de gastar toda sua herança, não lhe restando alternativa a não ser viver como um indigente. Perdido e arrependido, retornou ao seu lar, sua referência de segurança e bondade. O mesmo espaço que foi por ele abdicado agora lhe era extremamente estimado.

---

<sup>332</sup> SILVA, E. V. da. A poimênica em Jesus como paradigma, p.40.

Ao se aproximar, contemplou o pai entusiasmado para recebê-lo de volta. Movido por “íntima compaixão” (Lc 15,20) o pai não se conteve e em uma explosão de amor lançou-se ao seu pescoço e o beijou. Entregou-lhe a melhor roupa, presenteou-lhe com um anel e fez um grande banquete para celebrar seu retorno. A figura do Deus-Pai evoca em torno de si o resgate da dignidade humana e a segurança do acolhimento no espaço identificado como lar. Toda a narrativa termina com um grande banquete. Segundo Keller:

Com frequência, Jesus também retrata a salvação que traz consigo como um grande banquete. “Muitos virão do oriente e do ocidente”, disse ele a seus seguidores, “e se sentarão à mesa com Abraão, Isaque e Jacó no Reino dos céus” (Mateus 8,11). Ele deixou uma refeição – o que hoje chamamos de Ceia do Senhor, ou Eucaristia – como sinal de sua graça salvadora. E, é claro, a parábola de Jesus sobre os dois filhos perdidos também termina em um banquete, que representa o grande festival de Deus no fim da história.<sup>333</sup>

A imagem do Deus-Pai precisa ser alteada no estandarte das ações do capelão naval. À semelhança do filho pródigo há militares internamente desestruturados que clamam silenciosa e desesperadamente por ajuda. Absorvidos pelo cansaço das exigências militares, quase não resta tempo para o cultivo da vida interior no ambiente intramuros. É nesse momento que a capela e o capelão tornam-se instrumentos tonificantes, pois o espaço da capela ou a própria presença do capelão remetem o militar a realidades que favorecem a transcendência.

Por meio da experiência religiosa, o militar revigora suas energias pessoais e obtém equilíbrio emocional e espiritual face às pressões de sua função. Nesse movimento da fé, o milico aproxima-se de sua verdade pessoal, experimentando o reconhecimento de si mesmo, fato que favorecerá o desenvolvimento de relacionamentos saudáveis potencializando a sua própria motivação. O capelão desenvolve uma função cirúrgica na organização militar, pois resgata vidas do esfacelamento do próprio eu e significa propósitos apresentando soluções para o problema da motivação, por isso, as Forças Armadas reconhecem o papel vital do líder religioso na elevação do moral da tropa. Reconhece-se que a religião promove a integração social, o relacionamento interpessoal e o desenvolvimento psíquico e emocional.<sup>334</sup> Em consonância a esse pensamento, Silva ressalta que a ação poimênica do capelão deve ser holística, abrangente e pluralista:

<sup>333</sup> KELLER, T., O Deus Pródigo, p.139.

<sup>334</sup> UBIRATAN, N. C., A Importância do profissional “Capelão”, p.85.

Holística no sentido de perceber a pessoa humana como um ser integral e indissolúvel. Abrangente por promover libertação, fortalecimento, equilíbrio e sustentação da integridade, em um movimento contínuo na direção de um bem-estar social mais pleno, alegre e produtivo. E pluralista porque se propõe a ser uma abordagem interdisciplinar, dialogando com outras áreas da ciência humana.<sup>335</sup>

O ministro, em sua dimensão religiosa, não apenas se responsabiliza pela organização da celebração religiosa, mas também atua reconciliando pessoas com Deus, com o próximo e consigo mesmas. Além disso, trabalha na formação e aperfeiçoamento do caráter, contribuindo para a edificação e crescimento pessoal de seus liderados; também obra na criação e no amadurecimento de relacionamentos saudáveis, seja entre irmãos de fé, seja entre membros da família, filhos e pais ou cônjuges, e por fim, organiza e mobiliza capacidades. Dionizio e Santos destacam que: “O ministério religioso dos capelães também promove conexão entre as pessoas”.<sup>336</sup>

## 4.2 “O ser” capelão naval

A motivação religiosa e o chamado sacerdotal representam o cerne existencial do capelão, pois, antes de ser um oficial, primeiro tornou-se ministro, antes de abraçar a caserna, primeiro rendeu-se à cruz. Lopes salienta que o ministro “não é um voluntário, mas uma pessoa chamada por Deus. Seu ministério não é procurado, é recebido. Sua vocação não é terrena, mas celestial. Sua motivação não está em vantagens humanas, mas em cumprir o propósito divino”.<sup>337</sup> O capelão precisa ter consciência do seu chamado. Lacerda adverte: “Se não houver essa consciência e a responsabilidade que dela decorre, não há como ser usado por Deus, ou mesmo, ajudar outras pessoas a se aproximarem de Deus”;<sup>338</sup> Sem essa convicção interior o capelão perde seu ponto central de estabilidade.

Somente com uma motivação legitimamente cristã conseguirá o capelão manter-se frutífero em seu ministério. Sugden e Wiersbe destacam que a atividade sacerdotal é muito desgastante, sendo difícil o homem assumi-la e nela

<sup>335</sup> SILVA, E. V., da. A poimênica em Jesus como paradigma, p.22.

<sup>336</sup> DIONIZIO, A; SANTOS, I., Ministério de Capelania Militar, p.47.

<sup>337</sup> LOPES, H. D. De Pastor a Pastor, p.36.

<sup>338</sup> LACERDA, J. L. dos S., Perfil do Capelão, p.220.

permanecer sem consciência nítida do chamado divino e afirmam que a vocação definida por Deus constitui o elemento que gera eficácia no exercício do sacerdócio.<sup>339</sup> Em outras palavras, para ser um capelão naval hábil, é preciso ter consciência de sua vocação divina, somente assim estará apto a suportar as dificuldades e manter-se resiliente em sua vida de fé.

#### 4.2.1 O processo de militarização

Atualmente, o capelão também passa pelo processo de militarização,<sup>340</sup> caracterizado, conforme visto anteriormente, pela mutilação do eu, acontecimento que, se não for devidamente trabalhado em seu interior, tende a gerar uma descaracterização de sua real identidade. Segundo Lima: “(...) trocar a estola sacerdotal pelo uniforme seria quase que retirar aquilo que fez parte do vestuário durante anos e de uma hora para outra substituí-la pelo uniforme padronizado dos oficiais”.<sup>341</sup>

O religioso que antes saudava seus membros com a paz do Senhor ou seus paroquianos com a paz de Cristo, agora precisa realizar continências, ereto, com semblante compenetrado e postura militar. Ele precisa obedecer às regras, participar das formaturas, zelar pelo seu vigor físico, cumprir os horários, dirigir-se aos seus superiores e subordinados conforme os princípios da hierarquia militar. Também recebe o nome de guerra e se amolda ao padrão estereotipado do militar, obedecendo às regras do corte de cabelo, feitura da barba e demais exigências relacionadas ao apuro dos uniformes.

De acordo com Lima: “(...) um dos episódios mais marcantes na formação do capelão militar foi o período que os sacerdotes e pastores tiveram que passar em adestramento técnico-militar”.<sup>342</sup> O capelão Almeida, durante seu curso de formação de oficiais na Aeronáutica, ainda na fase de adaptação à vida militar,

<sup>339</sup> SUGDEN, H. F; WIERSBE, W.W., *When Pastors Wonder How*, p.9.

<sup>340</sup> Em tempos remotos, isto é, antes da regulamentação do serviço religioso na Marinha do Brasil, o capelão naval conservava-se mantendo sua indumentária religiosa, não estando sujeito às regras do militarismo, sendo apenas um sacerdote que prestava apoio ao militar, não um sacerdote militar.

<sup>341</sup> LIMA, R. de C. *Apostolado heroico*, p.58. Nesse caso em especial, os sacerdotes católicos sentem mais a mudança, pois desfrutavam, em sua formação, de um ambiente religioso mais repleto de símbolos e tradições de vestuários litúrgicos.

<sup>342</sup> LIMA, R. de C., *Apostolado heroico*, p.58.



escreveu à sua filha ilustrando como tudo era diferente do que até então estava acostumado:

Olá filhinha, tudo bem com você? Aqui está tudo muito legal. As pessoas daqui dão outros nomes para as coisas que todo mundo já conhece. Dizem que a gente mora em uma *bolha*. A camisa que o papai usa, eles chamam de *canícula* e o chapéu, que a gente usa chama-se *bíbico*. Engraçado, né? Aliás, não é chapéu, é *cobertura*. Tem também o *bizú*, mas isso eu ainda não sei bem o que é. É meio estranho, mas as pessoas aqui também são estranhas. Lembra que o papai te ensinou que a gente deve tratar os mais velhos com respeito e chamá-los de senhor? Pois é, aqui é diferente. Um dia, um moço que é bem mais velho que papai (deve ter uns quarenta anos) ficou muito triste comigo porque eu chamei ele de senhor. Outro dia, outro moço, bem mais novo que o papai (uns dez anos mais novo) disse que eu só poderia falar com ele de três jeitos: “sim, senhor, não senhor, ou quero ir embora!” Como eu não quero ir embora antes da minha formatura, eu sempre chamo a ele de senhor. Os nomes das pessoas também são diferentes aqui. Tem um monte de gente com o mesmo nome. O mais comum é *tenente*. Tem gente que só chama o papai por este nome. Todo mundo aqui usa crachá, igual na sua escola. As pessoas aqui também mudam de nome. Um colega do papai que sempre se chamou Mário, agora tem um outro nome. Quando a gente o chama pelo nome novo às vezes ele nem lembra que é ele. (...) Eles falam que é *nome de guerra*, mas não tem nenhuma guerra aqui.<sup>343</sup>

Todavia, diferente dos demais militares, o capelão tem uma qualidade de sua vida passada preservada, pois, embora seja submetido ao processo de militarização, mantém o vínculo com a tradição religiosa anterior ao seu ingresso à vida militar. Tornou-se militar para exercer o sacerdócio. A continuidade de sua função como ministro religioso preserva-o do esfacelamento de sua identidade, assim como sua vida de fé gera-lhe equilíbrio diante das mudanças experimentadas por causa do aquartelamento e do choque de realidade durante a fase de adaptação à vida militar.

#### **4.2.2 A consciência das múltiplas vocações**

É exigido do capelão o enquadramento às normas e regras militares. Considerando que a vida militar também possui um viés de vocação, uma vez que nem todas as pessoas estão preparadas para reproduzir em suas vidas as exigências militares, a consciência das múltiplas vocações representa um elemento fundamental na identidade do capelão. Lacerda destaca que o capelão é

<sup>343</sup> ALMEIDA, M. C., *Religião na Caserna*, p.57-58.

um homem trivocado.<sup>344</sup> Precisa ter, em primeiro lugar, a vocação sacerdotal para atuar como padre ou pastor, paralelamente é exigido dele a vocação militar, principalmente na observação da hierarquia e disciplina, e, por fim, precisa ter a vocação para ser um capelão. Segundo Lacerda:

Ser pastor e ser militar ao mesmo tempo não faz de alguém um capelão militar. A terceira vocação é necessária. Isso ocorre porque há algumas diferenças entre o pastorado em uma igreja denominacional e o ministério em uma capelania institucional.<sup>345</sup>

O capelão que sente afeição pela vida ministerial, mas evidencia desconforto pela vida militar será débil em sua missão. Não se pode perder de vista a noção que ele é chamado para ser o exemplo de vigor e motivação, o homem responsável por elevar o moral de sua tropa. O capelão precisa satisfazer-se com as nuances do militarismo e realizar-se pelo fato de exercer o chamado sacerdotal na caserna. A ele é facultada a experiência da liderança encarnada, tal como o Cristo que tanto devota. Dionizio e Santos destacam que é necessário ao capelão “se identificar com os militares, que são aqueles que garantem a segurança de todo o território nacional e, dessa forma, servir aqueles que servem a pátria”.<sup>346</sup>

Muzio relembra que Cristo encarnou, isto é, tornou-se carne, no afã de se identificar com a humanidade, contudo, o vocábulo “carne”, em João 1,14, não significa fraqueza ou pecado, mas natureza humana. No lugar de agir de forma totalmente transcendente ou virtual, em Cristo, Deus revelou-se imanente assumindo a forma humana e vivendo entre os homens.<sup>347</sup> Da mesma forma que Cristo não se apresentou como um Deus fantasmagórico, o capelão não pode encenar uma realidade castrense que não foi por ele encarnada.

O capelão precisa ter bem desenvolvidas as três facetas estruturais que delineiam sua atividade: o sacerdócio, o militarismo e a capelania. O grande desafio para o capelão naval é a capacidade de conjugar sua vocação ministerial e sua condição militar de forma que ambas coexistam e se reforcem mutuamente, sem uma neutralizar a outra. A desavença entre essas duas realidades pode

---

<sup>344</sup> LACERDA, J. L. dos S., Perfil do Capelão, p.220.

<sup>345</sup> LACERDA, J. L. dos S., Perfil do Capelão, p.220.

<sup>346</sup> DIONIZIO, A; SANTOS, I., Ministério de Capelania Militar, p.67.

<sup>347</sup> MUZIO, R., O DNA da liderança cristã, p.79.

conduzi-lo à tentação de menosprezar a vida castrense, no intuito de fazer de sua condição de militar apenas uma opção anexa em sua prática.

Para combater esta tentação, rememorar o juramento à Bandeira torna-se oportuno, uma vez que contribui para reavivar no capelão o comprometimento ao serviço da Pátria. Neste processo, é fundamental acolher a vida castrense como um caminho de santificação e serviço, a Deus e ao próximo. Portanto, a íntima convicção da relevância de sua missão o manterá disposto a sacrificar suas preferências pessoais e eclesiais, preteridas diante da nobre missão que ele abraça. Esta é a forma mais salutar de harmonizar a vida militar e o ministério pastoral. Deve-se lembrar que o chamado divino é sempre um chamado a um grupo de pessoas; no caso do capelão, é um chamado voltado para os militares.<sup>348</sup> Outra questão fundamental é que o chamado divino sempre envolve um caráter de renúncia.

A interiorização de sua opção como compromisso de vida manterá nele a chama do “fogo sagrado”, identificado na Marinha como o “entusiasmo pela missão”. O capelão renovará diariamente sua realização em exercer o sacerdócio na caserna assumindo e respeitando seus ideais e tradições e empenhando-se em oferecer sua contribuição para a consecução da missão institucional. A norma interna do Serviço de Assistência Religiosa da Marinha estabelece que é responsabilidade do capelão “manter fortalecido o renovado ardor missionário com o interesse pelo crescimento espiritual, moral e ético do pessoal de bordo”.<sup>349</sup> A paixão pela capelania deve ser uma marca distintiva do seu sacerdócio.

Com o tempo, o capelão compreenderá que a caserna e a *eclesia* possuem muitas características em comum, sendo assim, o que lhe parecia tão remoto pode mostrar-se contíguo. A hierarquia e a disciplina são realidades que se apresentam adjacentes à vida cristã. Além disso, a fé e o anúncio do Evangelho constituem instrumentos que contribuem para sedimentar as virtudes morais e valores ético-militares. A religião não apenas potencializa motivações, mas confere significado elevado à missão assumida pelo militar, haja vista que, no serviço à Pátria, cumpre-se o mandato de Deus.

---

<sup>348</sup> DIONIZIO, A; SANTOS, I. Ministério de Capelania Militar, p.68.

<sup>349</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.1.5, alínea c.

### 4.2.3

#### O fundamento espiritual na busca pelo equilíbrio entre sacerdócio, militarismo e capelania

É por meio da construção de uma espiritualidade sincera e missionária que o capelão atinge o equilíbrio entre o ministério e o uniforme. O fundamento será sempre espiritual, pois sua entrega aos ideais consentidos no sacerdócio terá primazia em sua vida, constituindo a condição basilar de sua dedicação militar. Não existe dualidade entre estes campos existenciais. O capelão será sempre um primoroso militar na medida em que for um convicto cristão. Ignorar este caminho traz como consequência o efeito antagônico: a tentação de sobrepor o uniforme ao hábito, o posto ao sacerdócio, a patente ao ministério, de supervalorizar o encantamento que a realidade militar proporciona em detrimento do distanciamento das marcas constituintes de sua vocação sacerdotal, o que representaria um grande desastre, sobretudo, porque vidas que precisam de sua assistência não seriam plenamente atingidas por um sacerdote vislumbrado pelo militarismo que se mostra medíocre em sua atuação sacerdotal.

Segundo Lima:

O capelão é o homem de Deus dentro da Caserna, deve ser a presença de Cristo no meio dos militares. Sua conduta deve transparecer: mansidão, humildade, misericórdia, bom senso. Deve possuir um hábito de constante oração e de apostolado profícuo. Cultivador de valores do evangelho através de sua pregação. Ser verdadeiros Pastores, representantes de Jesus no seio da Unidade.<sup>350</sup>

Por isso, estabelece-se que o capelão deve cuidar para que sua presença seja sempre agradável e confortadora, atuando verdadeiramente como um sacerdote de Cristo, desenvolvendo a consciência da necessidade de constante aperfeiçoamento para melhor atender as pessoas.<sup>351</sup> Reforçar a imprescindibilidade dos construtos espirituais para o capelão naval não pode, em hipótese alguma, ser entendido como um mecanismo para abolir sua condição militar ou desprezá-la, visto que esta também é digna de elogio, assemelhando-se a um tipo de sacerdócio que exige dedicação total, renúncia e disposição ao sacrifício da própria vida – quando for preciso – em defesa da Pátria. O ingresso na vida castrense se assemelha à entrega sacerdotal, representa uma verdadeira consagração à Nação.

---

<sup>350</sup> LIMA, R. de C., *Apostolado heroico*, p.53.

<sup>351</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, *Guia Prático do Capelão Naval*, p.111.

Para o cumprimento frutífero de sua missão, faz-se necessária uma vida ilibada edificada sob o fundamento do caráter cristão. Ubiratan destaca: “Como um tipo de arquétipo, o capelão tem o dever de se comportar como padrão a ser imitado dentro e fora do quartel”.<sup>352</sup> Um ministro religioso débil jamais será um capelão vigoroso, pois a força de sua atuação não está em sua inteligência adaptativa, mas em sua espiritualidade, não está em seu discurso intelectualizado, mas em seu exemplo contagiante. O capelão naval é, sobretudo, um homem vocacionado por Deus ao serviço das pessoas e só conseguirá servir ao próximo com efetividade enquanto manter-se fiel a Deus com sinceridade.

### **4.3 “O saber” do capelão naval**

O capelão é um profissional que reúne saberes e conhecimentos dos mais variados campos. Seu trabalho não se dá na execução de uma tarefa braçal, mas no acompanhamento de questões contextuais que lhe exigem preparo cognitivo, convicção religiosa, fé robusta, equilíbrio emocional, interdisciplinaridade com outras ciências humanas e conhecimento técnico em sua área de atuação. Subentende-se que sua formação teológica e sua experiência sacerdotal lhe fornecem embasamento empírico e teórico para o desenvolvimento de sua atividade. Para ser um capelão, também é preciso reunir saberes, pois somente munido com o preparo técnico-ministerial poderá ser frutífero junto ao seu público. Seu sacerdócio deve transbordar, atingindo e transformando as pessoas com as quais interage, atuando como verdadeiro líder religioso na caserna.

A seguir, apresentar-se-á o conjunto de saberes fundamentais para que o capelão naval possa ser efetivo em sua ação poimênica. Na tentativa de esboçá-los, refletir-se-á paralelamente teoria e prática, história e missão. Uma vez que o maior conteúdo documental que se tem da ação do capelão assistindo os militares é oriundo dos registros históricos do Serviço de Assistência Religiosa (SAR) junto à Força Expedicionária Brasileira (FEB) na Segunda Grande Guerra, torna-se natural valer-se de tais registros para ilustrar os argumentos propostos. Considerando que se trata de um apoio religioso em situação de guerra, cabe a

---

<sup>352</sup> UBIRATAN, N. C., A Importância do profissional “Capelão”, p.58.

esta pesquisa fazer a ponte e contextualização sobre como esse apoio pode se manifestar no cotidiano militar em tempos de paz.

### 4.3.1 Saber se relacionar

O capelão deve misturar-se aos militares por meio de uma liderança encarnacional, pois seu poder de liderança não se dá mediante uma ordem expressa em documento, mas mediante o convívio que conquista e o exemplo que instrui. Espera-se que o capelão naval esteja sempre disponível para “atender a todos”, conforme preconizado na norma interna que regulamenta o serviço religioso na Marinha.<sup>353</sup> Como pastor de almas, precisa estar junto de suas ovelhas. Ubiratan destaca que a grande característica do capelão é a sua disponibilidade permanente para atender a todos, sem distinção.<sup>354</sup> A vida diária do capelão é extenuante, visto que sentado em uma cadeira atrás de uma mesa não conseguirá afetar positivamente seus militares, sendo assim, é seu dever visitá-los, avizinhar-se deles, mostrar-se acessível facultando a todos sua presença e apoio.

Trata-se de um relacionamento diário de conquista e de uma ação missionária construída por pequenos gestos. Dionizio e Santos destacam a necessidade do capelão ter contato constante com a tropa.<sup>355</sup> Lima destaca que a experiência da FEB em contar com o serviço de assistência religiosa com o passar do tempo comprovou “os benefícios e vantagens que a presença do capelão significou para a tropa”.<sup>356</sup> O capelão Schneider documentou seu esforço diário em estar próximo dos militares que combatiam. Ele relatou: “Quase diariamente caminho na média de 2 horas para visitar as minhas ovelhas”.<sup>357</sup> O general Mascarenhas de Moraes - Comandante da FEB durante a Segunda Grande Guerra - fez um elogio ao admirável espírito pastoral de Soren, que, atuando como capelão na guerra, conquistou “o respeito, a admiração e a amizade dos oficiais e praças do Regimento Sampaio...”.<sup>358</sup> Ainda sobre Soren, Branco testemunha:

<sup>353</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.1.5, alínea b.

<sup>354</sup> UBIRATAN, N. C., A Importância do profissional “Capelão”, p.60.

<sup>355</sup> DIONIZIO, A; SANTOS, I., Ministério de Capelania Militar, p.81.

<sup>356</sup> LIMA, R. de C., Fé na missão, p.43.

<sup>357</sup> SCHNEIDER, J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.114.

<sup>358</sup> AZEVEDO, I. B. de (org.), João Filson Soren, p.194.

O capelão João Filson Soren, por exemplo, integrante do 1º RI, tão logo soube que jaziam insepultos alguns corpos de brasileiros nas encostas do M. Castello, apressou-se em identificá-los e removê-los para a retaguarda, numa demonstração de elevado espírito de solidariedade humana e de amor ao próximo. (...) O capelão Soren, que já era uma figura inconfundível no regimento, cresceu como um gigante no coração dos seus soldados, pela generosidade do gesto.<sup>359</sup>

São os pequenos gestos do capelão que o levarão a conquistar a confiança de seu rebanho. Os militares estão sempre observando sua vida. É a postura do capelão que franqueará o acesso ou embaraçará o caminho. Segundo o capelão Schneider: “À medida que o capelão se acomoda ao soldado, este lhe entrega o coração. Nossos chefes também gostam disso...”.<sup>360</sup> Palhares testemunha a capacidade que frei Orlando tinha de atrair os militares: “Os soldados se aglomeravam em torno do capelão, a ele se incorporavam e punham-se a rezar, cheios de fé”.<sup>361</sup> A presença do capelão deve magnetizar os demais militares e não os repelir.

Considerando as idiossincrasias do meio militar, compreende-se que o movimento de aproximação deve ser feito pelo capelão, visto que, em sua função, detém de liberdade institucional para transitar em todos os círculos hierárquicos. Conforme preconizado na DGPM-502, é dever do capelão naval “realizar ação de presença, a fim de prestar apoio moral e espiritual à Família Naval”.<sup>362</sup> Descentralização do eu representa o grande desafio de um capelão, visto que em sua essencialidade precisa ser solidário e empático. Silva destaca que a empatia é uma parte essencial no desenvolvimento da poimênica.<sup>363</sup> O capelão é apresentado nos registros históricos como o guardião do sagrado e o difusor da compaixão,<sup>364</sup> também é identificado como “o médico da alma”.<sup>365</sup> Só poderá atuar deste modo se estiver junto às pessoas, principalmente daqueles que sofrem, revelando compaixão e empatia em suas inserções.

Para tratar de vidas e favorecer a fraternidade entre os militares, exige-se do capelão naval a consciência da relevância de sua ação poimênica, pois o cuidado pastoral do semelhante requer espírito voluntário, fé fervorosa, convicção

<sup>359</sup> BRANCO, M. T. C. O Brasil na II Grande Guerra, p.345,346.

<sup>360</sup> SCHNEIDER, J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.17.

<sup>361</sup> PALHARES, G., Frei Orlando, p.119.

<sup>362</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.1.5, alínea q.

<sup>363</sup> SILVA, E. V. da., A poimênica em Jesus como paradigma, p.38.

<sup>364</sup> PAGET, N. K; NCCORMACK, J. R., The work of the Chaplain, p.2.

<sup>365</sup> ALVES, G. G. de F., Manual do Capelão, p.29.

religiosa e disposição ao sacrifício. Palhares menciona o quanto a presença do capelão frei Orlando alegrou o ambiente, destacando que na sua apresentação ao Regimento houve uma grande festa: “Seu bom humor contaminava a tropa. Cativava os soldados, católicos ou não, porque especial era o seu temperamento. Possuía a sublime arte de conquistar, atrair e estimular”.<sup>366</sup> A função do capelão é sensível e sua atuação é fundamental para o bom andamento do dia a dia militar. Munido dessa premissa, o capelão Schneider declarou que o militar jamais deveria ficar sem o apoio do capelão.<sup>367</sup>

### 4.3.2 Saber influenciar

Espera-se do capelão o desenvolvimento de uma liderança influenciadora, responsável e consciente. De acordo com Mannoia, liderar significa influenciar. A liderança cristã “envolve o desejo de exercer uma influência positiva para provocar mudanças”.<sup>368</sup> Não se trata de uma liderança imposta, mas conquistada. “Saber influenciar” a ponto de transformar a realidade militar constitui um grande desafio para o capelão. Transformar aqui, não tem o sentido de descaracterizar, mas “humanizar” e “potencializar”. A presença do capelão deve gerar interposições positivas e salutares na mentalidade dos militares, no convívio social, no cumprimento das missões e principalmente nos momentos de adversidade, ocasião em que a esperança da fé torna-se a grande força motriz para a superação.

A presença do capelão pode ser terapêutica em um ambiente de pressão. Sua influência não se manifesta unicamente no campo do discurso e da celebração religiosa, mas também transborda por meio de sua vida. Tal como o ensino de Cristo, o capelão é chamado para ser sal da terra e luz do mundo, possui a missão divina de salgar e temperar o seu ambiente, bem como iluminá-lo com a força da fé (Mt 5,13-14). Palhares destaca o quanto a presença do capelão frei Orlando clarificou o ambiente da guerra:

Quem não chora a partir da guerra? Uma criatura extraordinária que o Criador enviara ao nosso meio procurava consolar, encorajar os soldados, na sua missão sublime: Frei Orlando! Deus no-lo destinara, certamente para amenizar tanto

---

<sup>366</sup> PALHARES, G., Frei Orlando, p.114.

<sup>367</sup> SCHNEIDER, J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.126.

<sup>368</sup> MANNOIA, K. W., O fator integridade, p.19.



sofrimento e enxugar, com suas palavras, seu bom humor, tantas lágrimas derramadas. Naquele ambiente de guerra, onde só se falava em um suposto inimigo, e onde tudo era diabólico, satânico, porque as guerras não são outra coisa, encontrava-se um Anjo!<sup>369</sup>

O exemplo é o seu sermão mais poderoso. A missão do capelão é a mais exigente, porém não inglória. A instituição militar espera dele o exemplo, não apenas no campo da moral e religião, mas também na dedicação ao juramento militar. Schneider menciona que, enquanto se preparavam para a Guerra, os capelães deram um grande exemplo:

Certa manhã veio ordem superior de todo o regimento Sampaio seguir para os campos de manobra do GERICINÓ, para exercícios de guerra quente, mas à noite voltaríamos para o quartel. Ninguém se prevenira com agasalhos. Sobreveio a noite e uma ordem de continuar as manobras que não estavam findas. Mas a finalidade primordial de tudo era ver o comportamento da tropa em ocasiões de apertos e dificuldades. Passamos a noite ao relento, noite fria que não terminava nunca, dormimos sobre campos recém-queimados. Ninguém conseguiu dormir. Resistimos bem à prova de vigor físico e adaptação a situações precárias de alimentação, agasalhos e comodidades. De regresso ao regimento, o Coronel Caiado reuniu toda a tropa e propôs como exemplar o comportamento dos Capelães Militares.<sup>370</sup>

Lopes destaca: “Não existem líderes neutros. Eles são uma bênção ou um problema”.<sup>371</sup> O mau exemplo do capelão pode ser catastrófico sobre o ponto de vista da influência negativa para os demais militares. Sua falta de compromisso, além de ser um contratestemunho para a fé é também contraproducente no que diz respeito ao clima organizacional dos militares, pois sua atitude pode desencadear reações de desânimo e de descrença, resultando em uma grande tragédia para o ambiente militar. Os militares precisam enxergá-lo como um homem de Deus, um legítimo representante da virtude e dos valores religiosos que professa.

O capelão da FEB padre Brito destaca em seus registros que o “(...) capelão não pode pensar pela cabeça do soldado”.<sup>372</sup> Em outras palavras, ele precisa agir de modo diferente, reconhecendo que deve ser um exemplo em todas as situações. É o elemento raridade da tropa. Para Ubiratan, o capelão “é alguém que se relaciona com as pessoas servindo de modelo e modelando vidas”.<sup>373</sup> Cabe ao capelão demonstrar fogo sagrado e fé fervorosa nos momentos de paz e de guerra,

<sup>369</sup> PALHARES, G., Frei Orlando, p.134.

<sup>370</sup> SCHNEIDER, J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.13.

<sup>371</sup> LOPES, H. D., De Pastor a Pastor, p.65.

<sup>372</sup> BRITO, Pe., Eu fui Capelão da FEB, p.100.

<sup>373</sup> UBIRATAN, N. C., A Importância do profissional “Capelão”, p.61.

de bonança e de adversidade. Sua postura exerce um grande poder de influência nos demais militares não apenas no campo da moral e religião, mas do compromisso militar. Palhares dá testemunho do exemplo de frei Orlando durante a Segunda Grande Guerra, atuando como capelão junto a FEB:

Frei Orlando prestou, heroicamente, toda a assistência de sua religião aos nossos companheiros, vítimas do cumprimento do dever. Não se punha à retaguarda, nem se conformava em ser mero expectador de um duelo. “Não posso”, dizia ele completamente transtornado, “não posso permanecer distante dos que caem varados pelas balas, gritando pelo nome de seus pais queridos!”. Ia assim procedendo, cumprindo rigorosamente os seus deveres para com Deus e para com a Pátria, o que para nós não constituía segredo, nem surpresa, dando o nosso amigo exuberante demonstração de seu profundo sentimento cristão e cívico.<sup>374</sup>

O próprio frei Orlando demonstrou em carta sua disposição ao sacrifício: “Ademais, se o mundo todo oferece vidas para melhorar a humanidade, por que não posso eu oferecer a minha?”.<sup>375</sup> O exemplo é uma artilharia poderosa no campo da influência. Espera-se que o capelão seja moderado nas palavras e pacífico em suas relações. Foi testemunhado a respeito de Soren: “Nunca o ouvi dizer uma palavra sequer que desabonasse o caráter de outrem. Nunca!”.<sup>376</sup> Mannoia traz em si a reflexão sobre a diferença entre o termômetro e o termostato para ilustrar a importância da influência no exercício da liderança.

A tarefa do termômetro é medir as condições de temperatura de determinado ambiente. Graças a ele, podemos saber até que ponto esse ambiente está quente ou frio. Ele nos indica a temperatura de maneira que possamos reagir apropriadamente, seja usando um casaco bem pesado, seja vestindo uma camiseta. O termômetro reage de acordo com o ar que o cerca para poder nos dizer como está aquele ambiente. O termostato, por sua vez, não existe apenas para ser influenciado pelo ambiente; ele também tem o poder de mudar esse ambiente, se necessário. Se você determina que a temperatura de um quarto deve ficar em 22 graus centígrados e o termostato do condicionador de ar detecta 20 graus no ambiente, ele diz: “Essa temperatura não é ideal”. Ele faz o aparelho começar a funcionar até que a temperatura alcance o nível desejado.<sup>377</sup>

O capelão deve atuar como um termostato. Como líder religioso, tem a responsabilidade de gerar um ambiente positivo de crescimento para as pessoas.<sup>378</sup> O evangelho de Cristo quando manifestado em um ambiente tende a modificá-lo e

<sup>374</sup> PALHARES, G., Frei Orlando, p.173.

<sup>375</sup> PALHARES, G., Frei Orlando, p.157.

<sup>376</sup> AZEVEDO, I. B. de (org.), João Filson Soren, p.171.

<sup>377</sup> MANNOIA, K. W. O fator integridade, p.19.

<sup>378</sup> MAXWELL, J. C., O Livro de ouro da liderança, p.145.

suavizá-lo, portanto, cabe ao capelão a responsabilidade de ser o amplificador das virtudes teológicas na caserna, no afã de iluminar os militares com a fé, o amor e a esperança, sentimentos que dignificam o homem.

### 4.3.3 Saber ouvir e respeitar

Cabe ao capelão a tarefa de ouvir e oferecer o seu ombro amigo diante dos infortúnios da vida.<sup>379</sup> Jamais pode ceder à tentação de pensar que falar é mais importante que ouvir. O capelão é um homem do discurso. Seu ministério é constituído em grande parte por homilias e celebrações. Ocupa-se diariamente na elaboração de suas reflexões, uma vez que precisa demonstrar embasamento bíblico e teológico em suas exposições. Todavia, seu ministério não pode ser assinalado por um crescimento anômalo, isto é, marcado por uma genial capacidade de oratória em detrimento de uma inabilidade na arte da escuta. Para acessar o coração dos seus militares é preciso ouvi-los em suas aflições.

Antes de liderar as pessoas é preciso entendê-las, para isto é necessário escutá-las. O capelão deve estar atento às demonstrações de tristeza e às manifestações sintomáticas de desordem pessoal. Sabe-se que “não é possível estabelecer interação se você não se esforça para ouvir e compreender”.<sup>380</sup> Além de observar constantemente, o capelão precisa estar cômico de que ouvir é a melhor maneira de compreender as pessoas. O capelão que sabe ouvir possui facilidade em estabelecer uma relação de confiança. Segundo Maxwell: “Quando um líder ouve as pessoas que o seguem e usa o que elas dizem para promover aprimoramentos que beneficiam a todos e à organização, os liderados ficam à vontade para depositar sua confiança nele”.<sup>381</sup> A partir do momento que o capelão lhes empresta os ouvidos, os militares lhe cedem o coração.

Essa liderança encarnacional se vê presente na vida de Jesus, que ouviu os excluídos, os marginalizados, os doentes e aqueles que sofriam. Jesus não apenas ensinou-lhes, mas os escudou, por isso acessou o coração deles transformando suas vidas. Papa Francisco, na primeira exortação apostólica do seu pontificado, destacou que a fé cristã deriva do Cristo, que sempre se aproximou dos pobres

---

<sup>379</sup> UBIRATAN, N. C., A Importância do profissional “Capelão”, p.63.

<sup>380</sup> MAXWELL, J. C., O livro de ouro da liderança, p. 65.

<sup>381</sup> MAXWELL, J. C., O livro de ouro da liderança, p. 68.

demonstrando preocupação pelo desenvolvimento integral deles. Também salientou a necessidade do sacerdote se colocar como instrumento de Deus a serviço da libertação e promoção daqueles que precisam, e para esse fim é preciso “ouvir o clamor do pobre e socorrê-lo”<sup>382</sup>. O verdadeiro cristianismo se desenvolve com a escuta daqueles que sofrem.

Os militares se acostumaram a camuflar sentimentos como forma de autoproteção. Não se sentem confortáveis em expor os problemas de ordem pessoal ou até mesmo aqueles derivados do ambiente militar. Cabe ao capelão desarmá-los com seu testemunho de amor e exemplo de fé. Quando o capelão lhes doa tempo, dando-lhes atenção, valorizando-os em sua singularidade, não os tratando de forma massificada, mas individualizada, o militar sente-se valorizado e acolhido. A DGPM-502 propõe que o capelão deve estabelecer horários para confissões, aconselhamentos e orientações, dando ampla divulgação em sua organização militar.<sup>383</sup> Mais do que estabelecer formalmente possibilidades, o capelão deve criá-las informalmente por meio de encontros não programados e conversas do cotidiano, cativando uma aproximação cada vez mais natural para com os militares.

Além de ouvi-los, é fundamental respeitá-los em suas convicções e construções simbólicas. Às vezes, a matéria religiosa pode apresentar uma causa de divergência, criando uma lacuna entre o capelão e outros militares, pois nem todos comungam de sua fé. Entretanto, cabe ao capelão, preparado teologicamente, conviver com o outro de forma amigável, respeitando sua crença. O capelão deve, inclusive, ter capacidade para se relacionar com aqueles que se denominam agnósticos e ateus. Dionizio e Santos destacam a importância do capelão oferecer a todos a mesma acolhida, independente de suas opções religiosas.<sup>384</sup> Segundo Ubiratan:

No que diz respeito aos relacionamentos, sabe-se que as diferenças existem, sejam elas de cunho cultural, normas e religiosas. Como o capelão tratará com vários militares de confissões religiosas diferenciadas é necessário que o faça sem aceção ou diferença. O bom relacionamento dos capelães de confissões diferentes

---

<sup>382</sup> FRANCISCO, PP., Exortação apostólica *Evangelii Gaudium*, p.187.

<sup>383</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.1.5, alínea m.

<sup>384</sup> DIONIZIO, A; SANTOS, I., Ministério de Capelania Militar, p.80.

trará estabilidade tanto à tropa como a eles mesmos. Com a troca de experiências e as diferenças de cada um os capelães aprendem e crescem.<sup>385</sup>

O respeito, em relação a essa questão, se evidencia em primeiro lugar na convivência entre os próprios capelães navais, pois como representantes de confissões diferentes formam um único Quadro pertencente ao Corpo Auxiliar da Marinha. A convivência cordial e fraterna entre seus pares deve ser um grande testemunho de relação amistosa em meio à pluralidade religiosa característica das Forças Armadas. Essa boa convivência era percebida nos capelães que compuseram a FEB. O padre Schneider elogiou o pastor Soren.

O reverendo Soren, por diversos meses, foi meu companheiro de barraca e sempre admirei seu senso de ordem, asseio e gentileza. Meu cantil estava sempre abastecido de água fresquinha, que ele buscava numa fonte que ficava a algumas centenas de metros. Quando eu celebrava missa, ele cuidava espontaneamente da disciplina e silêncio nas imediações.<sup>386</sup>

Soldados que fizeram parte da campanha militar da FEB testemunharam que, com o tempo, a distinção entre católicos e protestantes deixou de ser importante, pois se percebeu o quanto a intervenção dos capelães contribuía para confortar a todos os militares, independente de sua religião, inclusive aqueles que não se identificavam como cristãos.<sup>387</sup> Sobre o respeito e a cordialidade externados pelos capelães da FEB, Lima expõe:

É importante ressaltar a união e o respeito estabelecidos entre os capelães católicos e os protestantes. É possível que eles tenham realizado na Itália práticas ecumênicas, abrindo assim portas no seio da cristandade brasileira. A integração desses sacerdotes: católicos e protestantes nas várias unidades na qual foram designados para atuarem se fez de forma natural. Houve como não poderia deixar de ser, algumas dificuldades iniciais, porém ao que parece, logo superadas.<sup>388</sup>

Palhares demonstrou sua gratidão a frei Orlando pela sua pureza de espírito que o fez agir como um legítimo cristão, pois foi “verdadeiramente tolerante com os que dele divergiam na forma do culto ao Criador”.<sup>389</sup> Mais elogios foram feitos a frei Orlando: “Convivendo com outros ministros, de religiões diversas, frei Orlando tratava todos com bondade e solicitude. Era, como já dissemos, um

<sup>385</sup> UBIRATAN, N. C., A Importância do profissional “Capelão”, p.59.

<sup>386</sup> SCHNEIDER, J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.72.

<sup>387</sup> SILVEIRA, J. X. da., Cruzes brancas, p.121.

<sup>388</sup> LIMA, R. de C., Fé na missão, p.44-45.

<sup>389</sup> PALHARES, G., Frei Orlando, p.120.

espírito assaz tolerante”.<sup>390</sup> O exemplo deixado pelos capelães da FEB referencia o ideal da boa convivência ente aqueles que possuem religiões distintas nas Forças Armadas, principalmente entre os próprios capelães.

O capelão Schneider, rememorando pensamento de Rui Barbosa, destaca: “A Pátria tem o direito de pedir aos seus filhos a vida, mas não tem o direito de pedir também a alma”.<sup>391</sup> O militar deve ser respeitado em sua convicção religiosa. O filme *Até o último homem* conta a história de Desmond Thomas Doss, médico militar do exército americano que participou da Batalha de Okinawa na Segunda Grande Guerra. Por causa de sua fé, sofreu muitas perseguições, porém conquistou o respeito de sua tropa com atos de altruísmo. Desmond Doss resgatou dezenas de soldados feridos. Na parte final do filme, Harold Doss declara em seu depoimento: “Eu acho que qualquer um que tentar comprometer a convicção de alguém está errado, não importa se é do Exército ou de onde quer que seja. Quando você tem uma convicção, isso não é uma piada! É o que você é”.<sup>392</sup> Esse pensamento traduz plenamente a importância do respeito à fé alheia.

A DGPM-502 expõe: “A Marinha do Brasil trata igualmente todas as crenças (...)”.<sup>393</sup> Também veda “a utilização de quaisquer mecanismos de pressão ou coerção em matéria religiosa”.<sup>394</sup> Por isto é vedado ao capelão naval a prática do proselitismo.<sup>395</sup> Seu papel não é promover uma religião específica, mas fomentar o vínculo religioso de modo geral, pois se subentende que a prática da fé gera as demais virtudes.<sup>396</sup> Em entrevista a Azevedo, Soren relembra que havia um regulamento para os capelães da FEB impedindo-os de catequizarem um soldado de outro credo.<sup>397</sup> A fé de cada um deveria ser respeitada pelos capelães. Palhares adverte que o cristianismo deve ser caracterizado pelo respeito ao outro, pois a partir do momento que descamba para a imposição deixa de ser verdadeiramente cristianismo:

<sup>390</sup> PALHARES, G., Frei Orlando, p.181.

<sup>391</sup> SCHNEIDER, J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.8.

<sup>392</sup> ATÉ O ÚLTIMO HOMEM. Direção: Mel Gibson. Trecho do filme em 2h9min22s.

<sup>393</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.6.

<sup>394</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.7.6.

<sup>395</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.7.3.

<sup>396</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.7.3.

<sup>397</sup> AZEVEDO, I. B. de (org.), João Filson Soren, p.68.

Já dizia um pensador que “qualquer que seja a atitude assumida pelas igrejas, por mais estrita a sua federação, por mais sublime que seja sua profissão de fé, por mais elevado que pareça o seu propósito de fomentar o bem comum, e em dirigir a político em nome do Cristo, desde que recorram, para este fim, à espada de César e se ponham a oprimir consciências, reduzindo-as ao silêncio, perseguindo, prejudicando, essas igrejas terão deixado de pertencer a Cristo. E cremos que amanhã, como hoje e ontem, será sempre aos perseguidos e às vítimas da intolerância que o Crucificado outorgará a Sua bênção. A Igreja que quer ter a verdade deve ensiná-la com paciência e amor. E queremos, aqui, fazer um adendo às palavras acima, para afirmar que a religião é uma flor delicada, que dá frutos preciosos na vida, somente poderá prosperar em um clima de liberdade.”<sup>398</sup>

#### 4.3.4 Saber orientar e assessorar

O capelão só será efetivo em suas orientações se desenvolver os saberes que envolvem relacionamento, influência, escuta e respeito. Com suas inserções pode se tornar um instrumento cirúrgico na orientação de militares que se encontram internamente confusos, desestruturados psíquica e emocionalmente; por conseguinte, esses militares precisam contemplar no orientador uma referência de firmeza espiritual, equilíbrio emocional e fé pujante. O capelão é o oficial que no inconsciente coletivo da tropa traduz e incorpora estes predicados, portanto, não pode esquivar-se da tarefa de agir como um orientador espiritual. Ubiratan refere-se ao capelão como o “ministro religioso que serve às forças armadas com o objetivo primário de orientação aos homens”.<sup>399</sup> Ele auxilia os militares a descobrirem significados e propósitos para suas vidas.<sup>400</sup>

O capelão atua como um promotor do desenvolvimento pessoal impulsionando o indivíduo a romper com pensamentos limitantes que debelam as possibilidades humanas. Silva destaca que o acompanhamento poimênico tem o objetivo de “orientar e motivar o indivíduo para que desenvolva suas potencialidades e seus dons, assumindo sua vocação frente à vida, aos outros, ao mundo, de modo ético e responsável”.<sup>401</sup> Orientação sob o ponto de vista pastoral é muito mais do que distribuir conselhos, é a aplicação de cuidado interpessoal.

<sup>398</sup> PALHARES, G., Frei Orlando, p.120.

<sup>399</sup> UBIRATAN, N. C., A Importância do profissional “Capelão”, p.17.

<sup>400</sup> PAGET, N. K; NCCORMACK, J. R., The work of the Chaplain, p.47.

<sup>401</sup> SILVA, E. V. da., A poimênica em Jesus como paradigma, p.25.

Atitude que, praticada pelo capelão, contribui para manifestar “a natureza compassiva do Deus revelado em Jesus Cristo”.<sup>402</sup>

A orientação se dá tanto no sentido preventivo quanto remediativo. “O capelão deve ser aquele que orienta a tropa quanto às consequências de atitudes desmedidas e impensadas”.<sup>403</sup> A jurisdição de sua orientação não está limitada exclusivamente à matéria religiosa, ele orienta para a vida, tratando de questões pessoais, problemas conjugais, educação de filhos, desentendimentos, tristezas, lutos, enfermidades e muitas outras situações que trazem desequilíbrio emocional aos militares. Szentmártoni refere-se aos elementos coincidentes entre a psicologia humanista e a teologia ao destacar que ambas orientam a própria vida para fins mais elevados.<sup>404</sup> Pensando na orientação remediativa (embora não tenha empregado esta nomenclatura), o capelão Alves destaca que a religião pode contribuir na mudança comportamental, resgatando pessoas em situações de dependência química e de ressocialização para os custodiados que cumprem penas.<sup>405</sup> Em outras palavras, a fé pode ser um instrumento de resgate e restauração.

Os capelães da FEB atuaram sobremaneira em orientações remediativas visando mitigar o sofrimento humano face às experiências traumáticas geradas pela guerra. Segundo Schneider: “O impacto violento dos combates causara em muitos um notável trauma psicológico. Incumbia aos capelães e aos capitães das companhias restabelecer o equilíbrio mental e emocional”.<sup>406</sup>

O pastor Soren, capelão da FEB, relata um episódio em que foi chamado para conversar com um militar que antes era alegre, expansivo e animado, porém se encontrava triste e misterioso. Ao se aproximar dele, foi desarmando o seu coração a ponto do militar contar o que estava vivendo. Tinha recebido uma carta de sua noiva dizendo que se apaixonou por outro homem e, por isso, lhe comunicou o término do relacionamento. Para um soldado na guerra, que se encontra sob grande pressão, uma notícia como essa podia desestruturá-lo totalmente, e foi exatamente o que aconteceu. Soren aconselhou-o com sabedoria

<sup>402</sup> BACELAR, A. S., Por um Aconselhamento Pastoral Integral, p.57.

<sup>403</sup> ALMEIDA, M. C., Religião na Caserna, p.57.

<sup>404</sup> SZENTMÁRTONI, M., Caminhar juntos, Psicologia pastoral, p. 30.

<sup>405</sup> ALVES, G. G. de F., O Manual do Capelão, p.135. A norma que rege o serviço religioso na Marinha institui que faz parte da missão do capelão naval trabalhar para ressocializar e resgatar os militares que precisam deste apoio especial.

<sup>406</sup> SCHNEIDER, J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.67.



e animou seu coração. A conversa com o capelão lhe forneceu os mecanismos necessários para sublimar aquela decepção e o soldado teve seu ânimo restaurado. Soren descreve os desdobramentos daquele encontro diante da satisfação e espanto do Major com o resultado positivo daquele aconselhamento pastoral:

No dia seguinte, o major me telefonou: O que foi que aconteceu, Capelão, o que o Sr. fez com ele? Ah! Eu disse só umas coisas que ele precisava ouvir. Palavra de capelão mesmo. Ah! Isso foi uma maravilha, aquele rapaz estava acabrunhado, estava arrasado, estava liquidado. Eu disse: É, mas Deus tem recursos para todos os acabrunhamentos, todas as derrotas de nossa vida.<sup>407</sup>

A orientação espiritual e religiosa constitui um instrumento proveitoso para o próprio capelão, pois contribui para familiarizá-lo com seu rebanho, tornando-se cada vez mais conhecedor dos problemas enfrentados, tanto no âmbito pessoal quanto institucional. Os conteúdos explanados no processo de escuta não devem ser utilizados no propósito de municiar os dados de inteligência, pois se espera do capelão a coerência ética na manutenção da confidencialidade pastoral. É a premissa desse sigilo que leva o militar a procurá-lo, e quebrar esta qualidade distintiva de sua atuação pode obstruir sua própria pastoral.

Antes da orientação, o capelão vive um período qualitativo de escuta. Empregando sua total atenção aos militares, recebe informações preciosas relacionadas ao ambiente institucional. Ao compreender quais têm sido os problemas recorrentes de seu meio, o capelão pode planejar ações específicas para transformar aquela realidade. Pode, inclusive, posicionar-se como interlocutor da tropa junto ao comando, com a possibilidade de assessorá-lo.

A DGPM-502 estabelece que assessorar o Titular da OM é uma das atribuições do capelão.<sup>408</sup> Esse assessoramento não está limitado unicamente às celebrações religiosas, mas expande-se em questões principalmente referentes ao moral da tropa e à percepção aguçada que o capelão tem sobre os militares, por ser o oficial autorizado a transitar em todos os círculos hierárquicos. Essa assessoria funciona como uma “orientação institucional”. Enquanto a orientação pessoal concentra-se no bem-estar do indivíduo, a assessoria ao comandante tem sua atenção voltada para o bem da instituição, logicamente que as duas realidades

---

<sup>407</sup> AZEVEDO, I. B. de (org.), João Filson Soren, p.67.

<sup>408</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.1.5, alínea k.

estão entretecidas, pois uma tropa motivada e feliz gera um ambiente positivo para a instituição. Sabe-se que o contrário também se aplica.

O capelão Almeida relata sua experiência em assessorar o comando diante da morte de um soldado que, em primeira instância, foi tida como suicídio. A ocorrência gerou mal-estar na tropa, não apenas por causa do “noticiado suicídio”, mas pela notícia que o comandante, embasado no regulamento que versava sobre a questão da morte por suicídio, não havia permitido a realização de honras fúnebres ao colega falecido. O capelão precisou atuar para o bem da tropa. Segundo Almeida:

Havia, entretanto, entre os soldados que presenciaram o ato da morte, a notícia de que aquele soldado morreu devido a um acidente com a própria arma. Foi suicídio, mas resultante de acidente ou descuido, portanto, não premeditado. O capelão percebeu um lamento por toda a tropa. O sentimento de tristeza generalizado por um colega que havia sido vítima de um acidente, ainda que causado por ele próprio, e que agora seria sepultado como indigno de receber uma honraria, a qual é reservada a militares que morrem em serviço. O Capelão foi ao Comandante, explicou a situação e solicitou, para o bem da tropa, que o comandante voltasse atrás em sua decisão e autorizasse as honras. De pronto, o Comandante assentiu com a sugestão do capelão e autorizou as honras. Eis um exemplo prático do papel da comunicação que o capelão executa para o bem da tropa.<sup>409</sup>

A assessoria de Almeida se concentrou em zelar pelo clima organizacional da tropa, eliminando os focos de insatisfação, pois se compreende que a desmotivação priva o militar do exercício do “fogo sagrado”<sup>410</sup>, fundamental para o bom andamento das “fainas militares”<sup>411</sup>. O olhar do capelão permanece focado em duas dimensões: pessoal e institucional. O capelão, como profundo conhecedor de seus militares, pode contribuir sobremaneira com o seu comando, não como um delator, mas como mediador entre líderes e liderados, entre comando e tropa/tripulação<sup>412</sup>. O capelão pastor Soren relata sua experiência assessorando o comando em missões especiais:

<sup>409</sup> ALMEIDA, M. C., *Religião na Caserna*, p.51, 52.

<sup>410</sup> Para a Marinha do Brasil, a expressão “Fogo Sagrado” evoca a ideia de paixão e entusiasmo que provoca no militar um intenso amor as atividades de sua carreira naval. Deste modo, o militar devotado pela grandeza de sua profissão apresenta um sadio patriotismo por meio do amor ao serviço.

<sup>411</sup> Conforme visto, “fainas militares” é uma gíria de marinha que significa serviços militares.

<sup>412</sup> O termo tropa compreende os militares envolvidos em manobras em terra ou anfíbias (terra/mar). Na Marinha os fuzileiros navais executam as atividades anfíbias. O termo tripulação se refere aos tripulantes de uma embarcação. O capelão naval atua não apenas nos navios, mas também oferecendo apoio aos militares em atividades anfíbias ou em Organizações Militares em Terra.

Frequentemente, os comandantes de Companhias e de Batalhões, necessitando de elementos de confiança e qualificação excepcionais para encargos de muita responsabilidade e até riscos, pediam-me a sugestão de algum nome, tendo verificado que eu tinha conhecimento direto dos soldados, vivia com eles nas linhas de frente, nas trincheiras e outras circunstâncias, e sabiam que eu podia escolher alguém com as qualidades que eles desejavam. (...) isso apenas demonstra a confiança que passamos a gozar entre os comandos (...).<sup>413</sup>

Soren destaca: “Felizmente, nunca fui mal-sucedido nessas indicações”.<sup>414</sup>

O próprio major Uzêda relata um episódio em que por meio da assessoria do capelão Soren percebeu a necessidade de criar uma enfermaria no posto de socorro do Batalhão.<sup>415</sup> Isso mostra que o capelão naval tem muito com o que contribuir, não apenas com o bem-estar de seus militares, por meio do aconselhamento pastoral, mas também com a própria instituição, por meio da assessoria ao comando.

#### **4.3.5 Saber motivar e confortar**

Compreende-se que somente com fé pode-se obter o sucesso de uma missão, pois na vida militar não há tarefa que possa ser bem cumprida se o soldado não depositar fé na sua carreira e na capacidade de realizar aquilo que lhe compete.<sup>416</sup> É neste ponto que o capelão se torna fundamental para o sucesso da missão.

A DGPM-502 discorre sobre a atuação da capelania no apoio à integralidade humana, estimulando também a coragem e a determinação do militar.<sup>417</sup> Segundo Dionizio e Santos: “O capelão atuará promovendo a renovação das forças espirituais e enaltecendo as qualidades morais na vida dos combatentes, além de conceder motivação para os militares prosseguirem na missão (...)”.<sup>418</sup> O capelão Schneider descreve o exemplo do papel motivador exercido pelo tenente coronel Pheaney, capelão-chefe do SAR, em uma situação de desânimo na tropa:

<sup>413</sup> AZEVEDO, I. B. de (org.), João Filson Soren, p.71-72.

<sup>414</sup> AZEVEDO, I. B. de (org.), João Filson Soren, p.66.

<sup>415</sup> UZÊDA, O.G., Crônicas de Guerra, p.65.

<sup>416</sup> SCHIRMER, P., Das Virtudes Militares, p.110.

<sup>417</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.5.1.

<sup>418</sup> DIONIZIO, A; SANTOS, I., Ministério de Capelania Militar, p.86.

O Chefe do Estado Maior do Comando da FEB na Itália, o Coronel Lima Brayner, interpelado por um oficial acerca de sua impressão sobre os Capelães Militares, teve estas expressões altamente significativas: Vou dizer-lhe com franqueza, o que os chefes e os soldados da FEB, lá na frente italiana, pensam de nossos Capelães Militares. Eles conquistaram de tal forma a confiança e a estima dos expedicionários, que nem um só quer passar sem a presença deles. Podem tirar-lhes a “boia” nas horas do perigo, mas não lhes tirem o padre. Olhe, estive certa vez num posto médico da frente, logo após um ataque. Os feridos graves, que por motivos urgentes, deviam ser operados ali mesmo, só se deitavam na mesa de operação, quando tinham ao lado um Capelão. De outra feita, num dia de azar para nós, um contra-ataque alemão atropelou com tal violência uma de nossas unidades avançadas, que começou a estabelecer-se a desordem em nossas linhas. Mas o nosso Capelão-Chefe, advertido do sinistro, partiu célere para o local da luta, desarmado e a peito descoberto; gesticulou e animou de tal forma a tropa, que, tenho por certo, não fosse ele, os soldados teriam voltado as costas ao inimigo. Você sabe, o que é um pânico em combate. Pois, meu amigo, o Capelão-Chefe sozinho salvou neste dia a tropa dessa ignomínia.<sup>419</sup>

A fé é um amplificador potente de motivação, pois oferece à luta um significado e à missão, um propósito. A fé combate a mediocridade ao mesmo tempo em que estimula a entrega total. Kellet destaca que as crenças religiosas inspiram os homens de todas as religiões a lutarem por aquilo que crêem.<sup>420</sup> Percorrendo os registros históricos, percebe-se que, nos momentos cruciais, o militar geralmente recorre à fé e à religião para gerar dentro de si a força necessária a fim de confrontar o perigo. Em Boletim Interno nº 64, de 5 de março de 1945, os capelães da FEB são elogiados por causa desse caráter de apoio ao comando:

Acompanhando com desvelo a vida do soldado, fortalecendo-lhe a convicção na dignificante missão que veio executar tão longe da Pátria, confortando-o nos momentos de crise com palavras de amigo ou com os sacramentos da Igreja, esses pastores da alma têm grandemente auxiliado a ação do comando.<sup>421</sup>

Para motivar os militares, o capelão conta com a fé na soberania de Deus, conhecimento teológico que lhe proporciona segurança emocional face ao perigo circunstancial. É a convicção pessoal do capelão o elemento fundante de sua ação pastoral. Por isso, sua responsabilidade é muito grande, pois quando todos

<sup>419</sup> SCHNEIDER, J. E., *Vivência de um ex-capelão da FEB*, p.83. Este exemplo dado pelo Capelão-Chefe do SAR, na Segunda Grande Guerra, reforça os elogios registrados pelos próprios capelães sobre o seu caráter.

<sup>420</sup> KELLETT, A. *Motivação para o combate*, p.218.

<sup>421</sup> MORAES, J. B. M. de. *Memórias*, p.313. É possível ver o quanto o capelão foi importante no cenário da Guerra, seja na Guerra do Paraguai no contexto latino ou na Segunda Grande Guerra no contexto europeu, o capelão caminhou junto do soldado fornecendo-lhe o ânimo necessário para o cumprimento da missão, por mais pavorosa que pudesse parecer para o soldado.

estiverem desanimados, o capelão não pode estar, é dele a missão de motivar e revigorar as energias da tropa. O capelão é o homem da paz no ambiente da guerra, é o homem da fé no espaço da incerteza. Enquanto os homens enxergam o perigo, o capelão concentra-se na proteção divina. Enquanto os homens se apavoram com as feridas dos corpos, ele se aplica ao cuidado da alma. Sua convicção de fé ultrapassa a efemeridade da experiência humana levando-o a reter sua percepção no conceito da eternidade. É a confiança inabalável em Deus que gera dentro dele a força necessária para motivar seus liderados.

É principalmente na atuação dos capelães na FEB que se presencia a práxis dessa motivação incidida sobre os militares. Palhares destaca que frei Orlando “com seu gênio comunicativo e galhofeiro, abrindo seu coração para tudo e para todos, poderia agir psicologicamente sobre o ânimo da tropa e, assim, conduzi-la, como conduzida foi, ao seu destino de glórias, conquanto cheio de sacrifícios”.<sup>422</sup> Em carta pessoal, frei Orlando expõe sua tarefa de animar os soldados:

Desde que vim para a linha de frente, estou sempre no Posto de Saúde Avançado, a fim de atender aos feridos que chegam do campo de luta. De fato vivo “zanzando” por toda parte, hoje aqui, amanhã ali, dormindo ora neste, ora naquele lugar, sempre em primeira linha. Até hoje, nada sofri. Ao contrário, estou bem disposto, alegre e sempre animando a turma. (...) Eu não sei onde ficar, pois todos reclamam minha presença.<sup>423</sup>

Palhares testemunha a respeito de frei Orlando: “Conhecia perfeitamente o perigo. Não agia inconscientemente. Reconhecia estar exposto a tudo, mas não recuava. Não se intimidava, procurando por todos os meios levantar o moral dos soldados, verdadeiro Missionário de Deus”.<sup>424</sup> Schneider chega a registrar que o general Mascarenhas, comandante em chefe, perguntou-lhe a respeito do moral dos soldados.<sup>425</sup> Além de motivar, cabe-lhe também a responsabilidade de confortar. Segundo Lima:

Como vemos, a assistência religiosa era, assim como a assistência médica, prestada em todos os escalões, desde o front até a retaguarda, acompanhando os soldados em praticamente todos os momentos da guerra, antes e depois de cada batalha, com intuito de elevar o moral e o equilíbrio emocional dos combatentes, amenizando as dores e sofrimentos dos feridos em combate que estavam em convalescença nos

<sup>422</sup> PALHARES, G., Frei Orlando, p.118.

<sup>423</sup> PALHARES, G., Frei Orlando, p.178.

<sup>424</sup> PALHARES, G., Frei Orlando, p.181.

<sup>425</sup> SCHNEIDER, J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.53.

hospitais de campanha e, administrando os últimos sacramentos aos moribundos, no caso da doutrina católica, e encomendando almas dos mortos, durante os tocantes sepultamentos.<sup>426</sup>

O soldado Benedito Barros reconhece a importância do trabalho dos capelães no conforto espiritual dos militares da FEB.<sup>427</sup> O capelão pastor Juvenal Ernesto da Silva relatou em entrevista à Revista *Voz Missionária* que seu trabalho era basicamente motivar e confortar, pois ele devia “confortar os feridos, os enfermos, visitar, levando palavras de conforto tanto para os que iam para frente de combate como para aqueles que estavam à espera de serem chamados para a luta”.<sup>428</sup>

O conforto é diferente da motivação. Enquanto a motivação gera energia no presente para um ideal traçado, o conforto trabalha com questões vivenciadas que não podem ser alteradas, mas que precisam ser internalizadas de modo correto. Todo o militar, assim como qualquer ser humano, carrega dentro si lembranças que lhe causam dor. O conforto fornecido pela fé pode ser terapêutico no enfrentamento do estresse. Stroppa e Moreira destacam que pessoas religiosas possuem uma maior capacidade de lidar com circunstâncias adversas.<sup>429</sup> De acordo com Lima, “a religiosidade atua de maneira a ordenar ou nomizar essas experiências limite relacionadas à morte e à família, reforçando simbolicamente sua estrutura de plausibilidade”.<sup>430</sup>

Palhares destaca que, no ambiente da guerra, frei Orlando não desanimava face ao cenário sombrio de miséria e destruição, mas procurava, embebido de coragem, consolar e confortar com sua palavra.<sup>431</sup> Em dezembro de 1944, o capelão Schneider organizou uma noite de Natal com cantos, discursos, votos de boas festas, visita ao presépio, comes e bebes. No fim da festa, ouviu do tenente Chaon: “Hoje o capelão nos deu conforto espiritual”.<sup>432</sup> O capelão Brito registrou: “De dia, de noite, a toda hora chegavam os feridos. O capelão os atendia. Consolava, rezava com eles. Ouvia-lhes as últimas vontades”.<sup>433</sup> O conforto pode

<sup>426</sup> LIMA, R. de C., Fé na missão, p.42.

<sup>427</sup> MOTTA, A. de M., História Oral do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial, p.75

<sup>428</sup> REPORTAGEM COM O CAPELÃO JUVENAL., A Voz Missionária, p.12.

<sup>429</sup> STROPPIA, A; MOREIRA, A. Religiosidade e Saúde, p.442.

<sup>430</sup> LIMA, R. de C., Fé na missão, p.48.

<sup>431</sup> PALHARES, G., Frei Orlando, p.138.

<sup>432</sup> SCHNEIDER, J. E., Vivência de um ex-capelão da FEB, p.69.

<sup>433</sup> BRITO, Pe., Eu fui Capelão da FEB, p.102.

ser definido como a capacidade do capelão amenizar as angústias através do ensinamento da fé.<sup>434</sup>

Em tempos de paz, essa faceta da atuação do capelão não fica em hipótese alguma neutralizada, pois diariamente o ser humano enfrenta situações que tentam lhe roubar a motivação, desde os problemas pessoais até os conflitos interpessoais no ambiente institucional. Nas viagens de navio, percebe-se que a distância da família, o confinamento a bordo, a saudade de casa e a escala pesada de serviço são fatores debilitantes do ânimo da tripulação.<sup>435</sup> Por isso a função do capelão, ouvindo e aconselhando, celebrando, atuando como um impulsionador da fé e mediador do sagrado, pode ser vista como fundamental para reacender a energia moral dos militares. Não se pode esquecer que, à semelhança da capelania hospitalar, o capelão militar lida com a tríade trágica: dor, culpa e morte,<sup>436</sup> atuando rotineiramente em três locais de muita carência: presídio, hospital e cemitério. O capelão leva conforto ao preso, ao doente e ao militar que sofre o luto. Todos estes incidentes fazem parte da realidade do militar, independente da guerra ou da paz.

#### **4.4 O saber fazer**

Depois de conhecer o “ser capelão” e o “saber do capelão” torna-se necessário refletir sobre o “saber fazer”. A partir do momento que o capelão estiver cômico da imprescindibilidade de sua função e estiver doutrinado quanto aos saberes necessários para o bom desenvolvimento do seu pastoreio, alcançará frutos preciosos no exercício do seu sacerdócio na caserna, desde que saiba transportar os elementos teóricos para a concretude do dia a dia militar.

Institucionalmente, o capelão naval está inserido dentro de uma cadeia de comando a fim de cumprir atribuições claras e específicas. Religiosamente, possui encargos e compromissos para com a sua confissão de fé, sendo fundamental a permanência do vínculo religioso, pois para ser um capelão é preciso continuar

---

<sup>434</sup> LIMA, R. de C., Fé na missão, p.52.

<sup>435</sup> A vida embarcada é muito sacrificante e exige da parte do capelão muito cuidado na assistência espiritual e religiosa dos militares. O confinamento de bordo durante uma missão acaba maximizando pequenos desconfortos, de modo que aquilo que era irrisório fica agigantado, demandando da parte do capelão mais habilidade e equilíbrio emocional para agir diante destas situações.

<sup>436</sup> POMBAL, C. M., Logoterapia e capelania hospitalar, p.19.

ativo enquanto padre ou pastor. A DGPM-502 estabelece que é dever dos capelães “manter a integridade nas suas próprias crenças vinculadas às da sua Igreja”.<sup>437</sup> Teologicamente, todas as suas atribuições estão alinhadas para servir o seu semelhante e, assim, suas imputações não se tratam de obrigações institucionais, mas de dever de consciência de fé, responsabilidades que fazem parte de sua deontologia<sup>438</sup> pessoal, abraçada na vocação sacerdotal.

#### **4.4.1 Atividades institucionais**

Como oficial de Marinha compreendido em uma hierarquia, o capelão desempenha atividades burocráticas como, por exemplo, elaboração de relatórios. Exige-se que encaminhe trimestralmente relatórios de suas atividades à Chefia do Serviço de Assistência Religiosa da Marinha (SARM). Na transição de cada ano, o capelão também precisa encaminhar, ao SARM, um planejamento anual contemplando a programação de atividades de sua capelania para o ano corrente.<sup>439</sup>

Os capelães católicos devem manter sempre atualizados os livros de registros canônicos: livro de batizado, livro de casamento, livro de crismas e livro de tombo. Além disso, cada capelão precisa zelar pelo arquivamento correto dos documentos relativos à sua capelania.<sup>440</sup> Considerando a rotatividade comum à carreira do capelão naval, é preciso que todos os documentos sejam arquivados de forma organizada e de fácil acesso, pois, quando for necessária a sucessão de um capelão por outro, a transição transcorrerá de forma natural.

A fim de evitar que o capelão seja designado para tarefas que possam violar seu “múnus” garantido constitucionalmente e na legislação infraconstitucional, a DGPM 502 estabelece que o capelão naval, em conformidade com a Convenção de Genebra,<sup>441</sup> não deve usar armas e, também, não deve ser designado para serviços que não sejam de caráter religioso e espiritual. Apenas permite os

---

<sup>437</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.7.2.

<sup>438</sup> Conjunto de deveres profissionais. Pode ser interpretado como a filosofia do dever.

<sup>439</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.1.5, alínea f.

<sup>440</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.1.5, alínea i.

<sup>441</sup> A Convenção de Genebra foi internalizada no ordenamento jurídico brasileiro pelo Decreto nº 42.121, de 21 de agosto de 1957 e também pelo Decreto nº 849, de 25 de junho de 1993.



encargos temporários quando o capelão fizer parte de missões especiais como tripulante de uma embarcação.<sup>442</sup> Tais mecanismos servem para evitar que o capelão seja subaproveitado no ambiente militar.

#### **4.4.2 Assistência espiritual e religiosa**

A atribuição pastoral do capelão envolve a celebração de cultos ou missas, bem como a realização de cerimônias religiosas de ação de graças em datas comemorativas à sua organização militar. As cerimônias também podem ser ecumênicas ou inter-religiosas. O capelão naval deve, ainda, favorecer as iniciativas de militares representantes de outros grupos religiosos com suas reuniões, sabendo que, como capelão de todos, não pode se fechar em seu círculo religioso ignorando os demais. Neste ponto, não apenas conduz a celebração, mas favorece a possibilidade da celebração, fortalecendo a fé de cada militar, mesmo que divergente de sua própria convicção religiosa. Atua como capelão de todos e não apenas de alguns.

É seu dever realizar visitas pastorais às famílias dos militares que precisam de apoio religioso,<sup>443</sup> assim como também deve visitar os doentes, os militares custodiados e os baixados nos departamentos de saúde e hospitais.<sup>444</sup> No seu dia a dia, o capelão desempenha atividades religiosas por meio de aconselhamentos, orientações religiosas, escuta de confissões e orações. Na consecução dessas atividades, deve apresentar-se como alguém compreensivo e caridoso com todos, inclusive com os adeptos de outros credos, sendo sua responsabilidade criar em torno de si uma atmosfera de confiança, de afabilidade e de prestígio sacerdotal, de modo a favorecer sua missão religiosa e espiritual.<sup>445</sup>

Enquanto por meio da assistência religiosa o capelão atinge especificamente seu grupo religioso, por meio da assistência espiritual consegue atingir todos. Sabe-se que nem todos os militares frequentarão a missa ou o culto, porém todos poderão precisar de sua palavra de conforto diante de situações de enfermidade,

---

<sup>442</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.7.1.

<sup>443</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.1.5, alínea o.

<sup>444</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.1.5, alínea e.

<sup>445</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.110.

depressão, drogas, luto, problema pessoal e familiar. A figura do capelão evoca a ideia de um oficial compreensivo e atento ao próximo, sempre disposto a contribuir com o bem-estar. Nestes momentos difíceis da vida, o militar poderá encontrar amparo no capelão, independente de sua crença religiosa. Para o capelão, o que está em foco, nesses momentos, não é a promoção de uma crença religiosa, mas o cuidado poimênico com o ser humano.

#### **4.4.3 Assistência aos doentes**

No apoio religioso ao doente internado no hospital, o capelão exerce diversas modalidades de assistência, abrangendo o doente e a sua família.<sup>446</sup> Almeida destaca que há situações em que o capelão faz a ponte entre o hospital e a família, informando a internação e solicitando algumas providências necessárias. Em outros casos, sua assistência se dá no amor e cuidado para com o doente, preocupando-se com seu conforto, sua alimentação e até auxiliando o enfermo em algumas necessidades básicas de sua condição. São estas atitudes de cuidado que levarão o militar a sentir-se valorizado, mesmo em um momento adverso.<sup>447</sup> Não se pode esquecer que a capelania “é uma ação que nasce a partir da interação com aquele que sofre”.<sup>448</sup> Como líder religioso, cabe ao capelão a tarefa de confortar o doente com a palavra da fé e com a oração.

Koenig menciona que a intervenção dos capelães ajuda no processo de recuperação do próprio paciente, diminuindo o tempo de internação e produzindo economia aos hospitais.<sup>449</sup> O ser humano não tem uma alma, mas é uma alma que tem um corpo. Não se pode ignorar a dimensão imaterial no cuidado dos doentes. O futuro da medicina não está apenas em novos desenvolvimentos técnicos

---

<sup>446</sup> A relação o capelão com a assistência religiosa aos doentes nos hospitais foi citada e exemplificada diversas vezes nesta pesquisa. O retorno do serviço religioso militar após a República começou a ser desenhado com o reconhecimento da importância da assistência do capelão em lugares sensíveis, entre eles, os hospitais. Além do mais, na atuação dos capelães na Segunda Grande Guerra, fazia parte da lida diária deles as constantes visitas nos hospitais de campanha. Com a criação do “Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas” (SARFA), em 1946, após a experiência bem sucedida da FEB, o retorno do serviço tinha como propósito a assistência religiosa nas bases militares e operativas, hospitais, navios e outros estabelecimentos. Historicamente, sempre existiu uma relação entre o capelão e o hospital, entre o ministro religioso e o doente.

<sup>447</sup> ALMEIDA, M. C., *Religião na Caserna*, p.76,77.

<sup>448</sup> SOUZA, I. P. de., *Capelania hospitalar evangélica*, p.15.

<sup>449</sup> KOENIG, H., *Is Religion Good for you Health?*, p.123.

relacionados aos processos cirúrgicos e descobertas médicas, mas também em considerar o estado da alma e do espírito do indivíduo que luta contra uma doença. Enquanto a função dos médicos é cuidar do corpo, o capelão atua como um médico da alma. Trevisol adverte:

(...) há muita dor de alma na humanidade de hoje. Há muita saudade de alguma coisa que não se sabe exatamente o que é. Normalmente essa dor aparece nas horas em que não temos muita coisa para fazer, quando não temos nada programado. É quando damos espaço ao coração. (...) Quando a alma não encontra alimento para si mesma, naquela pessoa começa habitar a doença do desânimo. Desanimar significa exatamente ter a alma tolhida. Aos poucos ela não tem mais nada a irradiar senão tristeza, apatia, desencanto, podendo chegar perto da tentação de desistir de viver. Pois a essência da alma, como disse Sócrates, é ser e viver. Esquecer dela é como fazê-la morrer em nós.<sup>450</sup>

Hale, em sua pesquisa sobre o potencial de impacto do capelão naval na Marinha dos EUA como líder espiritual em um ambiente clínico hospitalar, descobriu que, infelizmente, muitos profissionais da saúde ignoravam a contribuição do capelão ou desconheciam o potencial agregador da capelania naval no cuidado para com o enfermo.<sup>451</sup> A pergunta que tentou responder ao longo de seu trabalho é se, de fato, o capelão agrega valor a um ambiente cheio de especialistas. O capelão tem algo a oferecer que não pode ser oferecido pelo médico ou enfermeiro?

Segundo Hale, o capelão, por exemplo, é o único componente de uma equipe hospitalar que encara a morte com um olhar positivo, não a interpretando como resultado de uma falha de suas próprias habilidades.<sup>452</sup> Nesse ponto, seu conforto atinge não apenas os doentes e seus familiares, mas também os profissionais de saúde. O capelão tem uma função importante, não apenas limitada à esfera religiosa, mas principalmente na criação de um clima positivo para o ambiente. Collins destaca que o capelão pode ser muito útil levando conforto espiritual aos profissionais de saúde que convivem com tanto sofrimento em sua rotina de trabalho.<sup>453</sup>

Sua principal tarefa é humanizar um ambiente que se apresenta frio e solitário. Eleny Vassão ressalta que “a maior dor sentida num hospital não é a dor física; é a dor da solidão. É uma espécie particular de solidão – a perda da

<sup>450</sup> TREVISOL, J., *Labirintos da alma*, p.28-29.

<sup>451</sup> HALE, R. A., *Professional Naval Chaplaincy*, p.7.

<sup>452</sup> HALE, R. A., *Professional Naval Chaplaincy*, p.10.

<sup>453</sup> COLLINS, G. R. *Aconselhamento cristão*, p.339.

segurança de todo o companheirismo humano, da família e amigos”.<sup>454</sup> O capelão tem muito a contribuir para mitigar essa solidão, levando o doente a sentir-se valorizado em sua individualidade, como um ser amado e cuidado por Deus. O trabalho do capelão não se restringe ao enfermo, mas atinge toda sua família. Almeida exemplifica a assistência do capelão em uma situação específica:

(...) especial apoio dá o capelão, quando se trata de pacientes internados na UTI, com o horário de visitas limitado. Por vezes o capelão ao entrar pela sala de espera da UTI, visualiza familiares angustiados com a presença de um ente querido em estado delicado de tratamento de saúde. Ao passar por eles, na entrada, o capelão aborda sobre o paciente que irá visitar. Na saída traz notícias do estado geral do paciente para os familiares, o que já se concretiza como grande fonte de consolo.<sup>455</sup>

#### **4.4.4 Assistência na comunicação do óbito**

Além de lidar com a doença, o capelão interage com a morte em seu dia a dia. É dele a responsabilidade de prestar apoio religioso em casos de óbitos envolvendo os militares e seus familiares. Comumente, o capelão é acionado junto ao seu comando para comunicar o óbito à família. Essa talvez seja a tarefa mais difícil para o capelão naval, pois, no momento do sepultamento, embora haja o choro, a tristeza e o luto, compreende-se que os familiares já estão cientes do acontecimento, tendo travado dentro de si um processo de aceitação da realidade. Situação diferente é a comunicação do falecimento, pois nestas horas presenciavam-se as mais diversas reações, às vezes incontidas, extravagantes e carregadas de muita revolta e inconformismo com o acontecido.

A DGPM 501, no seu capítulo 15, estabelece a assessoria e apoio em situações de óbito. De acordo com a norma, a comunicação à família deve ser sempre realizada com apoio médico.<sup>456</sup> A norma não diz que é responsabilidade exclusiva do capelão fazer a comunicação, apenas regulamenta a presença do apoio médico e a designação de um “profissional com boa comunicação oral, capacidade de pensar e agir claramente sob pressão, discreto, que transmita

<sup>454</sup> VASSÃO, E., No leito da enfermidade, p.82.

<sup>455</sup> ALMEIDA, M. C., Religião na Caserna, p.77.

<sup>456</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Integrada, item 15.4.1, alínea a.

confiança, e se possível, voluntário para o exercício da função”.<sup>457</sup> Por entender que o capelão encaixa-se no perfil descrito, comumente tem sido acionado para esta tarefa, pois além de fazer a comunicação do ocorrido ainda presta o apoio religioso neste momento de grande dor.

#### **4.4.5 Assistência fúnebre**

Cabe também ao capelão prestar assistência religiosa e espiritual às famílias no sepultamento. Deve-se considerar que as famílias assistidas possuem suas próprias religiões, que por sinal devem ser respeitadas pelo capelão em seu trabalho de assistência religiosa. Na Marinha do Brasil, consulta-se o registro do militar para saber qual a sua religião. Militares católicos são normalmente assistidos por um capelão católico. O mesmo se aplica aos protestantes. Representantes de outras religiões são contemplados pelo capelão da OM, podendo ser católico ou protestante, em consonância com a vontade da família que pode, inclusive, abrir mão dessa assistência.

Deve-se lembrar que as religiões possuem crenças diferentes em relação à morte – como exemplo, católicos e protestantes comungam com a ideia de uma única vida demonstrando fé na ressurreição, em contrapartida, os espíritas acreditam na reencarnação e evolução do espírito. O capelão em hipótese alguma deve trazer no sepultamento conteúdo religioso que cause discórdia ou soe ofensivo para aqueles que professam uma crença distinta. Sua função é sempre levar o conforto. Se o capelão estiver dando assistência aos familiares de uma religião diferente da sua, deve contemplar em sua homilia conteúdos que sejam convergentes aos segmentos religiosos, tendo como prioridade máxima a missão de confortar os presentes.

Enquanto os capelães católicos realizam as exéquias, os capelães evangélicos realizam o culto fúnebre. As nomenclaturas podem ser diferentes, porém desempenham propósitos semelhantes. Alves e Silva destacam que: “A liturgia fúnebre católica tem seu foco no falecido, ao passo que o rito evangélico

---

<sup>457</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Integrada, item 15.3.1

geralmente foca os familiares”.<sup>458</sup> As diferenças fazem parte do rito que compõe a identidade de ambas as crenças, porém pode-se dizer que todo o trabalho de assistência fúnebre por parte do capelão, independente de seu segmento religioso, tem como propósito confortar espiritualmente os presentes no sepultamento e conduzi-los a uma breve reflexão que contribua para o desenvolvimento pessoal de cada um.

#### **4.4.6 Assistência aos custodiados**

A DGPM 502 regulamenta que é responsabilidade do capelão prestar assistência religiosa e espiritual aos militares custodiados.<sup>459</sup> Ubiratan já adverte que o trabalho do capelão não fica confinado ao quartel, mas estende-se também aos presos pela Justiça Militar.<sup>460</sup> Cabe ao capelão naval prover assistência espiritual e religiosa aos militares custodiados. Alves e Silva destacam:

O objetivo da capelania prisional é colaborar com a restauração e com a reinserção na sociedade da pessoa que praticou delito ou infração, auxiliando-a, por meio da assistência religiosa e espiritual, a refletir sobre seus atos, encontrar propósito em sua vida e em seus relacionamentos, lidar com os desafios do encarceramento, elaborar e dar significado ao luto, à culpa e ao isolamento bem como preparar para a vida pós-cárcere.<sup>461</sup>

Sabe-se que é uma responsabilidade do capelão naval “cooperar com a recuperação e integração de militares afastados por disciplina ou problemas particulares”.<sup>462</sup> É um trabalho de resgate espiritual e social. Ao prestar assistência religiosa e espiritual, é importante ser solidário para com aqueles que estão reclusos, ouvindo-os e valorizando-os como indivíduos únicos e amados por Deus. O capelão contribui para humanizá-los. Escutá-los já constitui um passo terapêutico para os custodiados. Neste momento, além de levar conforto e demonstrar preocupação pelo estado do custodiado, o capelão deve instruí-lo no

<sup>458</sup> ALVES, G. G. de F; SILVA, A. L. da., Princípios Gerais de Capelania e áreas de atuação, p.210.

<sup>459</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.1.5, alínea e.

<sup>460</sup> UBIRATAN, N. C., A Importância do profissional “Capelão”, p.44.

<sup>461</sup> ALVES, G. G. de F; SILVA, A. L. da., Princípios Gerais de Capelania e áreas de atuação, p.207.

<sup>462</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.110. Conforme já visto, o capelão pode ser muito útil no apoio de militares com casos de dependência química e na ressocialização daqueles que cumprem pena.

sentido de inculcar valores militares que contribuirão para seu desenvolvimento pessoal a fim de prepará-lo para a vida depois do período de custódia.

#### **4.4.7 Apoio às atividades de educação moral**

A Lei 6.923 de 29 de junho de 1981 que dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa das Forças Armadas esclarece que a finalidade do serviço é “prestar assistência religiosa e espiritual aos militares, aos civis das organizações militares e às suas famílias, bem como atender a encargos relacionados com as atividades de educação moral realizadas nas Forças Armadas”.<sup>463</sup> Na constituição do serviço religioso nas Forças Armadas está regulamentada a necessidade do capelão contribuir com a educação moral do militar. A DGPM-502 afirma que o capelão naval deve manter um “interesse pelo crescimento espiritual, moral e ético do pessoal de bordo”.<sup>464</sup>

Considerando que no mundo contemporâneo presencia-se uma crise moral e ética sem precedentes que se manifesta com o desprezo pela vida alheia, a exploração do trabalho, a corrupção, a falta de responsabilidade no exercício da cidadania, o tráfico de influência, os vazios afetivos com a desagregação dos núcleos familiares e muitos outros sinais, o capelão entra em cena a fim de sedimentar as virtudes morais desenvolvendo nos militares o senso de fidelidade, lealdade, subordinação, patriotismo, justiça, verdade, sacrifício, caridade, generosidade, honra, iniciativa, responsabilidade, integridade, humildade, caráter e espírito de corpo. A crise moral também atinge as Forças Armadas:

A Instituição Militar não poderia estar isenta de uma crise ética, isto por que a matéria-prima que a constitui é de seres humanos, cidadãos concretos e estabelecidos, que vivem na sociedade, que combatem e previnem os delitos que acompanham o diário declinar de valores e que, por desgraça, também alguns deles não ficam incólumes à tentação da corrupção. Esta crise ética é semelhante a uma gripe. Começa por uma pessoa e logo contagia um bom número de membros do grupo. Da mesma forma, ocorre com a ética, como disse Aristóteles: nada no homem é imutável. Nossas Forças Armadas não são exceção a esta máxima. (...) Desafortunadamente, muitos membros das Forças Armadas esqueceram a

<sup>463</sup> BRASIL, Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, art. 2º.

<sup>464</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.1.5, alínea c.

profundidade e o compromisso de sua vocação, voltada ao serviço do bem comum.<sup>465</sup>

A fim de colaborar com a formação ética e moral dos militares, o capelão naval atua nas escolas de formação como o Colégio Naval, Escola Naval, Centros de Instrução e Escolas de Aprendizes-Marinheiros.<sup>466</sup> Os capelães que atuam em organizações militares que não estão relacionadas com o ensino, como, por exemplo, nas unidades operativas, não estão isentos dessa esfera de atuação, pois a DGPM-502 afirma que cabe ao capelão naval “realizar palestras de cunho ético-moral para os militares e servidores civis de sua Capelania, em horário de adestramento ou alocado para esse fim”.<sup>467</sup>

O apoio às atividades de educação moral faz parte da tríplice destinação constitucional do serviço religioso nas Forças Armadas.<sup>468</sup> É possível perceber que o capelão age também como um guardião não apenas da fé, mas também da moral, atuando pedagogicamente para despertar em cada militar a consciência e o apreço pelos valores morais.

#### **4.4.8 Capelania embarcada**

A característica distintiva do capelão naval para os outros capelães militares está na sua atuação junto às tripulações dos navios da Marinha. Somente o capelão naval experimenta o confinamento e a convivência por meses com os militares em uma mesma missão, vivenciando a distância e a saudade da família. A capelania embarcada é, portanto, uma experiência única, somente vivenciada pelo capelão naval, pois cabe a ele prestar assistência religiosa nas atividades operativas de embarque.<sup>469</sup> Durante as missões nos navios é preciso observar sua tripulação estando em constante atenção em relação às manifestações sintomáticas de

<sup>465</sup> MANUAL DE ÉTICA PARA AS FORÇAS MILITARES E DE POLÍCIA, p.26,27.

<sup>466</sup> Sabe-se que a atuação do capelão naval nas escolas de formação remonta ao período do Império, em um contexto marcado por um movimento nacional de criação de uma nova força marinha. Neste processo, os capelães foram acionados em 1833 a fim de atuarem como “Mestres da Escola”. O propósito era melhorar o nível educacional dos militares recém-ingressados na Marinha. Nesse período foram criadas as companhias de Aprendizes-Marinheiros do RJ (1840), de Santa Catarina e Pernambuco (1857).

<sup>467</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.1.5, alínea n.

<sup>468</sup> BRASIL, Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981, art. 2º.

<sup>469</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.7.5.



desordem pessoal, nestes casos, é preciso agir rápido oferecendo assistência àqueles que sofrem.

Atualmente, na Marinha do Brasil, a capelania embarcada presta assistência religiosa e espiritual às tripulações dos navios da viagem de instrução de Guardas-Marinha,<sup>470</sup> nas viagens dos navios oceanográficos para apoiar a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF),<sup>471</sup> na Missão de Manutenção de Paz da ONU<sup>472</sup> e demais comissões de navios que solicitarem o apoio do capelão naval. A “capelania embarcada” é um termo que se aplica à assistência religiosa realizada nos navios da Esquadra designados para uma comissão específica. O capelão pode ser tanto um padre quanto um pastor. De acordo com DGPM-502: “A Capelania embarcada tem a finalidade de prestar Assistência Religiosa e espiritual bem como o apoio psicossocial, como forma de buscar soluções e equacionamento de ordem pessoal aos militares e, quando possível, às suas famílias (...)”.<sup>473</sup>

Sabe-se que o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha (SARM) está organizado e estruturado em três níveis funcionais: Chefia do SARM, Subchefias do SARM e Capelanias do SARM. A capelania embarcada, diferente das demais capelanias, é constituída para operar em um tempo determinado, isto é, durante uma missão específica a bordo de um navio.

O trabalho do capelão embarcado torna-se muito importante, pois além de servir como elemento de ligação à Assistência Integrada na Marinha do Brasil,

<sup>470</sup> Todo o ano os alunos formandos da Escola Naval participam desta comissão que tem a finalidade de complementar, com ênfase na experiência prática, os conhecimentos teóricos adquiridos durante o ciclo escolar pelos guardas-marinha. Durante a comissão, são ministradas aulas práticas de navegação, meteorologia, marinharia, operações navais, controle de avarias e administração naval, realizando, dessa forma, uma importante fase de adaptação à vida de bordo. A comissão tem a duração de aproximadamente seis meses, período em que os militares recebem o apoio religioso participando dos cultos e missas a bordo. Ao final da comissão, os guardas-marinha são nomeados ao posto de Segundo-Tenente e distribuídos por todo o País, de acordo com o Corpo e a Habilitação.

<sup>471</sup> Atualmente, dois navios fazem parte da comissão Operantar: o Navio Polar (NPo) “Almirante Maximiano” e o Navio de Apoio Oceanográfico (NApOc) “Ary Rongel”, no qual este pesquisador atualmente serve como capelão. Os navios anualmente atuam na região Antártica no propósito de prestar o apoio logístico e reabastecer os Módulos Antárticos Emergenciais (MAE) da Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF). Os navios geralmente suspendem em outubro e retornam ao Brasil próximo ao mês de abril. A comissão também procura apoiar os projetos de pesquisa indicados pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (Secirm).

<sup>472</sup> Sob a égide das Nações Unidas o Brasil já participou de diversas missões que tem como propósito promover ou manter a paz em regiões de conflito. O Brasil assumiu tarefas de coordenação e comando militar de importantes operações, como no Haiti (Minustah/2004) e no Líbano (Unifil/2011). A segunda trouxe muito prestígio à política externa do País e a própria Marinha do Brasil, pelo fato do Brasil ter atuado na liderança da única força naval pela ONU no mundo.

<sup>473</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha, item 2.5.9.

também oferece apoio espiritual e religioso ao militar que se encontra distante da família e confinado, limitado ao convívio diário com as mesmas pessoas por muitos meses. É natural que, durante esse período, apareçam problemas de relacionamentos, discórdias, insatisfação, ansiedade, vazio, saudade, preocupação com entes queridos, casos de morte na família, descobertas de doenças, problemas de ordem financeira e tantos outros males. Nessas situações, cabe ao capelão socorrer os militares oferecendo o seu apoio, sempre acompanhado de uma palavra de conforto. Durante a missão, o capelão colabora para uma ambiência cordial e fraterna entre os militares.<sup>474</sup>

Na Marinha do Brasil, a principal missão do capelão embarcado é manter o moral da tripulação/tropa elevado, e para a consecução desse propósito empreende esforços para combater o abatimento e o desalento.<sup>475</sup> O ato de embarcar produz uma série de sensações, como insegurança e saudade.<sup>476</sup> Nas comissões de longo curso, com os navios em alto-mar durante meses, sentimentos contraditórios são amplificados pelo confinamento de bordo, requerendo do capelão naval profunda habilidade de gerência emocional e relacional sobre a tripulação. Silva discorre sobre a pressão que a vida embarcada gera sobre o militar:

Capacidade de suportar manias pessoais, aceitar opiniões sobre coisas que você discorda, respeitar o princípio da autoridade, onde muitas ordens não podem ser questionadas e assumir suas falhas, compõem as maiores dificuldades quando se fala de convivência interpessoal. Essa dificuldade é potencializada quando se fala em um ambiente de embarque, onde os tripulantes vivenciam a convivência de modo mais intenso, pois dormem, acordam, se divertem e trabalham com as mesmas pessoas, enfrentando as mesmas dificuldades. Como se não fosse suficiente, em muitas situações as relações interpessoais a bordo são levadas ao limite da tolerância de alguns. (...) pessoas são levadas ao seu limite e, juntamente com o alto nível de irritação em que já estão submetidos, tendem a ficar descontrolados e abalados emocionalmente, interferindo no cumprimento de suas funções a bordo.<sup>477</sup>

<sup>474</sup> DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA, Guia Prático do Capelão Naval, p.110.

<sup>475</sup> A atividade do capelão naval tem como nascedouro o ambiente de bordo. Todo capítulo 2 desta dissertação se desenvolveu apresentando temas circunscritos a realidade de bordo. Não há menção da atividade do capelão fora de um navio. Porém, no capítulo posterior, é possível perceber uma evolução de sua presença no ambiente externo a uma embarcação, pois com o tempo os capelães fizeram o movimento do mar para a terra, das embarcações para as edificações. Também há uma evolução no propósito de sua presença em uma embarcação, se antes a causa era estritamente religiosa (ou evangélica), hoje se justifica como apoio moral e humanizador, sem negar, obviamente a importância do conforto espiritual e religioso.

<sup>476</sup> MIRA CABALLOS, E., La vida y la muerte a bordo de un navio del siglo XVI, p.58.

<sup>477</sup> SILVA, D. R. P. A Importância do Apoio Psicológico, p. 17-18.

Atualmente, o capelão naval se tornou uma fonte de humanização no navio, pois enquanto os demais oficiais geralmente se preocupam com o funcionamento das máquinas e o aprestamento da tripulação, o capelão tem sua atenção voltada para uma dimensão imaterial. Não se trata de um olhar exclusivamente religioso, mas, sobretudo, humanitário. É com a integralidade do indivíduo que o capelão está preocupado. Na Marinha do Brasil, há homens preparados para gerir navios, há especialistas em armas e há também especialistas em máquinas, porém o capelão naval tem sua atenção centrada na integralidade do ser humano, por isso deve estar em constante diálogo com outras áreas humanas, como a assistência social e psicológica, para melhor assistir as pessoas que precisam do seu apoio.

#### 4.5 Conclusões

A matéria prima do capelão é o coração humano. A religião e a espiritualidade representam suas grandes demandas, porém não as únicas. A ética, a moral, o convívio social e a motivação pessoal também são instâncias assistidas pelo capelão. Para atingir a potencialidade plena de suas atividades, é fundamental que o capelão realize ação de presença junto aos militares. É natural que, durante a guerra ou situações de perigo, essa presença torne-se mais estimada e necessária, conforme Lima destaca: “Notamos que a presença do capelão militar na linha de frente era de extrema importância, pois era nas absolvições que eram gerados sentimentos de certeza da salvação de suas almas caso tombassem em combate”.<sup>478</sup> Em tempos de paz, a ação do capelão também tem seu aspecto de relevância preservado, pois se compreende que o seu papel é importante para a formação militar e a manutenção de um ambiente favorável para relações interpessoais sadias e respeitadas.

A representação do pastor de ovelhas e do missionário que percorre terras distantes para anunciar o evangelho se misturam na exposição da imagem do capelão naval, pois no ativismo de seu amor está o cuidado pastoral como responsabilidade fulcral, conferida não apenas pela instituição que representa, mas, sobretudo, pelo seu chamado ministerial. O capelão naval precisa estar cômico de quem é, assim como deve estar convicto a respeito do seu chamado

---

<sup>478</sup> LIMA, R. de C., *Apostolado heroico*, p.55.

trivocacional<sup>479</sup>. Mais importante que sua bagagem teórica ou cabedal teológico é sua convicção pessoal ao lado de sua base espiritual. É essa firmeza pessoal e ministerial que reveste sua carreira da motivação correta para execução do seu sacerdócio.

O cultivo de uma pureza de propósito não o isenta de um preparo teórico, logo, torna-se fundamental para o capelão buscar também o cultivo de saberes, entre os quais esta pesquisa destaca: saber se relacionar, influenciar, ouvir e respeitar, orientar e assessorar, motivar e confortar. É essa fundamentação de consciências que proporcionará ao capelão o preparo que dele se espera para o saber fazer. Hale destaca que o capelão naval exerce múltiplas funções. É tanto um facilitador quanto um provedor, pois, além de facilitar o cultivo diário da fé pessoal de cada militar, também fornece pessoalmente apoio religioso e espiritual. O capelão é tanto um cuidador quanto um conselheiro. No cuidado para com todos, presta serviços que se enquadram na categoria de aconselhamento, atendimento, consulta, apoio a doentes, presos e às famílias que vivem o luto. Como conselheiro, oferece assessoria ao comandante às demandas relacionadas à religião, ética e moral.<sup>480</sup> Sua esfera de atuação é pessoal e institucional.

---

<sup>479</sup> Pode ser identificada também como uma vocação tridimensional, pois se trata de três tipos de dimensões de uma mesma vocação: sacerdotal, militar e a dimensão do capelão militar. A vocação para capelão militar não equivale ao somatório da vocação sacerdotal e militar. É possível ser militar e sacerdote e ainda assim não ter vocação para o ministério de capelão militar. A vocação para capelão é única e fundamental para o bom desempenho de sua atividade.

<sup>480</sup> HALE, R. A., *Professional Naval Chaplaincy*, p.10.

## 5 Conclusão

Por se tratar de um assunto original para o campo de pesquisa acadêmico, uma das primeiras propostas deste trabalho foi elaborar uma “fotografia” da imagem do capelão naval. Esse objetivo foi cumprido mediante a estruturação de uma pesquisa descritiva. Observou-se que o final do século XV e o alvorecer do século XVI marcaram o emergir da função do capelão de navio. A necessidade do ministro religioso em um contexto histórico específico fez de sua função uma atividade fundamental nas embarcações. Deste modo, a figura do capelão naval cristalizou-se a ponto de se tornar uma tradição.

A Marinha do Brasil herdou a tradição portuguesa ao reconhecer a força da fé como elemento pujante para a motivação marinheira. Os marinheiros, independente da religião de procedência – católicos ou protestantes, ocidentalizados ou orientalizados, cristãos ou não cristãos – demonstraram, ao longo da História, inclinações à religião, comprovando que a fé é um elemento essencial no horizonte do nauta.

Para cumprir sua missão ministerial, o capelão naval precisou se infiltrar em um ambiente repleto de desafios do ponto de vista pastoral. Destarte, teve que aprender a disseminar a Palavra de Deus não apenas na quietude de uma paróquia ou igreja local, mas também no balanço de um navio sob a iminência de uma batalha naval. Misturados à tripulação, os capelães tornaram-se tripulantes, legítimos nautas, assim procuraram motivar, animar, alegrar, exortar, edificar um rebanho heterogêneo e heterodoxo ante as desventuras da vida. O capelão agregou valor ao universo nauta, iluminando-o com a riqueza do evangelho de Cristo.

O nascedouro da atuação do capelão naval foi um dos primeiros assuntos propostos nesta investigação. Logicamente, esta primeira questão suscitava uma série de outras perguntas sobre o propósito primário do serviço, as primeiras ações desenvolvidas pelos capelães nas embarcações, o perfil dos primeiros capelães, o surgimento da capelania naval no Brasil e sua presença na historiografia brasileira. Para responder tais questões, foi necessário um caminhar descritivo sobre o tema. Historicamente, o capelão naval cumpriu diversos papéis, atuando como interlocutor entre os marinheiros portugueses e os nativos brasileiros, arregimentando índios para combater os integrantes de outros países que tentavam

se estabelecer no Brasil, alfabetizando as tripulações, ensinando valores morais e religiosos, humanizando o clima relacional das embarcações, celebrando missas, assistindo religiosamente os presos, administrando os sacramentos cristãos aos moribundos, confortando tripulações diante dos óbitos, impulsionando a historiografia com diários de bordo e muitas outras atividades. Acompanhando aos militares nas mais variadas missões, os capelães defenderam a Colônia, o Império e a República, atuando como amplificadores motivacionais dos ideais patrióticos vigentes e difusores da fé cristã no ambiente militar.

No início desta pesquisa, não se pensava encontrar tantas referências históricas sobre o capelão naval. É bem verdade que foi exigido um árduo trabalho de pesquisa, sobretudo utilizando-se de fontes antigas, “escondidas”, raras, não conhecidas pelo grande público, o que conseqüentemente demandou tempo e atenção pormenorizada do pesquisador. Porém, as descobertas foram surpreendentes, confirmando a necessidade premente de este campo de estudo ser explorado de modo sério e acadêmico. A hipótese da pesquisa se confirmou, pelo menos parcialmente, pois para se compreender a atual missão do capelão naval torna-se importante também conhecer a história e o desenvolvimento do ofício. Porém, ressalta-se que este caminho não é o único, mas talvez seja necessariamente o primeiro, contribuindo para lançar luz sobre o assunto.

As bases de uma reflexão sistemática e teológica sobre a ação do capelão naval foram lançadas. O itinerário bibliográfico aqui apresentado colaborará com as pesquisas posteriores, facilitando o acesso do tema aos pesquisadores e interessados. O objetivo primário de apresentar o tema à academia foi concluído; a partir de agora, espera-se que esta pesquisa possa suscitar novas reflexões. Sabe-se que o conteúdo aqui exposto será útil para os próprios capelães navais e para todos aqueles que almejam ingressar na Força como futuros capelães da Marinha, tanto protestantes quanto católicos.

O capelão naval esteve presente nos principais momentos históricos do Brasil, desde a sua descoberta pelos portugueses, da Colônia à República, abarcando também a Independência, quando a recém-criada Armada Nacional e Imperial trabalhou para defender a unidade territorial do país contra as insurreições que se espalhavam pelas províncias. Também marcou presença na Campanha do Paraguai na Guerra da Tríplice-Aliança, fato que compõe um capítulo épico na história da Marinha do Brasil. Em alguns momentos, o capelão

naval ocupou papel de destaque, seja no registro histórico das Guerras da Independência de dentro do teatro de operação da esquadra; seja como interlocutor entre os paraguaios adversários e as tropas brasileiras na Guerra do Paraguai, evitando um grande derramamento de sangue.

Observou-se que a atividade da capelania naval brasileira, em seus primórdios, foi proposta pelos capelães católicos. Considerando que a chegada do catolicismo no Brasil Colônia foi marcada pelo efetivo controle do Estado através do Padroado, o serviço de capelania para os marinheiros brasileiros foi constituído integralmente por capelães padres. No Brasil, a capelania naval realizada por pastores, no período inicial – séculos XV ao começo do século XX – era sempre estrangeira, não oficial e “tolerada”, no sentido que não era bem vista pelo poder vigente. Ainda assim, operava, mesmo que de modo “marginalizado”, à beira, sem receber o devido apreço. Isto justifica os padres católicos ocuparem o protagonismo nos registros históricos do Brasil. Todavia, tal observação não deve soar para os capelães protestantes como uma amargura histórica, pelo contrário, os capelães católicos foram os responsáveis por fincar as raízes de uma capelania naval na tradição marinheira dos brasileiros. O sentimento deve ser de gratidão pelo trabalho cumprido a duras penas. Os frutos de hoje só são possíveis porque esta árvore frondosa que é capelania naval possui raízes profundas na historiografia brasileira e marinheira.

Considerando que a capelania naval brasileira se desenvolveu sob a matriz religiosa do catolicismo, uma das questões relevantes deste estudo era identificar quando surgiu a figura do capelão naval protestante, até porque, esta análise pastoral proposta sobre o capelão naval possui uma perspectiva protestante. Se, antes da República, o Brasil só contava com capelães católicos, após a Proclamação da República (1889), depois de uma série de longos debates, foi se criando uma mentalidade que proporcionou a possibilidade da atuação de capelães militares protestantes. Esta mudança de mentalidade não foi fruto da abertura da matriz religiosa dominante, mas das pretensões liberais e desenvolvimentistas dos representantes políticos da nação ao lado de influências ideológicas, seculares e filosóficas. Logicamente, também houve um movimento dos grupos religiosos minoritários, entre os quais, próximo ao fim do século XIX, figurava o protestantismo.

A República provocou a interrupção da capelania militar, porém o cenário da Segunda Grande Guerra provocou o retorno urgente do serviço. Nesse retorno, abriram-se as portas para a presença do capelão protestante. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) se tornou um experimento positivo ao testemunhar o trabalho harmonioso entre capelães católicos e protestantes no mesmo ambiente das operações. O retorno do serviço de capelania militar, que seria apenas temporário, tornou-se definitivo. Deste modo, a história da capelania realizada por protestantes brasileiros vai se desenvolver principalmente a partir da experiência da Segunda Grande Guerra. Ainda assim, o primeiro concurso público na Marinha para a vaga de capelão naval protestante aconteceu apenas em 1994. O candidato aprovado ingressou na Força em 1995. Vale dizer que entre a experiência da FEB e da abertura de vaga para capelão protestante na Marinha existe um período aproximado de meio século. O porquê da demora em disponibilizar a vaga de capelão naval para a matriz religiosa protestante depois da experiência bem-sucedida da FEB também permanece desconhecido.

Conforme apresentado no início, não foi intenção desta pesquisa analisar os critérios utilizados na abertura de vagas para o cargo de capelão naval. Deste modo, o trabalho manteve-se fiel às propostas iniciais traçadas. A pergunta por trás da reflexão não é como pode ser bom para determinada religião conseguir uma vaga para o cargo de capelão nas Forças Armadas, mas como pode ser útil para as Forças Armadas contar com o apoio religioso para os seus militares.

Atualmente, padres e pastores integram o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha (SARM), que no ano de 2020 possui 62 capelães na ativa, entre os quais 20 capelães são protestantes e 42, católicos. Os números apresentados incluem os dois capelães que atualmente estão no Curso de Formação de Oficiais: um padre e um pastor batista. Portanto, aproximadamente 1/3 dos integrantes do Quadro de Capelães da Marinha são protestantes, sendo que dos 20 capelães, têm-se quatro denominações representadas com o seguinte número de integrantes: 1 capelão da Igreja Evangélica Congregacional do Brasil, 1 capelão da Igreja Presbiteriana do Brasil, 9 capelães da Igreja Batista e 9 capelães da Igreja Assembleia de Deus. Nos últimos anos, o edital do concurso tem especificado a denominação para o cargo de capelão naval pastor, abrindo constantemente a vaga para representantes da Igreja Batista e da Igreja Assembleia de Deus,



denominações que possuem uma maior representação na Marinha, conforme mensurado pelos censos religiosos internos dessa Força.

Este trabalho também não teve a intenção de explorar as diferenças entre as capelanias navais existentes na Marinha do Brasil (católica e protestante); o foco sempre esteve na reflexão sobre temas que gravitavam em torno do serviço em comum; logicamente, a reflexão foi proposta a partir da perspectiva protestante. Compreende-se que apesar de tais capelanias terem caminhado de forma paralela durante muitos séculos, atualmente está se consolidando a compreensão de uma única capelania com múltiplos atendimentos religiosos, respeitando inclusive ateus, agnósticos e não religiosos; militares que não professam nenhum tipo de crença. Se antes fora documentado que os marinheiros não desfrutavam de tanta tolerância religiosa, sendo obrigados a participarem das celebrações dos capelães sob ameaça de punição, hoje em dia, a realidade é antagônica. Compreende-se que o papel atual do capelão é fortalecer a fé e auxiliar seu comando a garantir o livre exercício da religião a cada militar. O capelão, independente de sua confessionalidade, atua como o guardião da fé no contexto militar.

Outro objetivo desta pesquisa era avaliar o passado e o presente, a fim de mapear as principais mudanças na atuação pastoral do capelão naval. No princípio, tinha como propósito principal a promoção da religião que representava; com o tempo, posicionou-se como um promotor da vida, esforçando-se, sobretudo, para humanizá-la com os valores cristãos. Sua atuação passou a ter como centro gravitacional o bem-estar dos militares, para isto, faz-se necessário o respeito às convicções alheias. A religião não pode, em momento algum, ser matéria de desordem na caserna. O capelão naval deve atingir todos com sua presença, palavra e compreensão a fim de possibilitar as melhores condições para que o militar possa alcançar seu potencial pleno. Visando esse fim, precisa estar encarnado na realidade militar no intuito de dinamizá-la para o bem.

O mundo contemporâneo apresenta uma realidade diferente do início do século XVI. Cinco séculos de tradição proporcionaram uma transmutação de significados e propósitos, de modo que, na contemporaneidade, o capelão naval apresenta-se como um ministro religioso militarizado e com uma “confessionalidade aberta”, no sentido que está a todo tempo dialogando com a fé do outro. Dele se espera essa abertura e maturidade teológica para interagir com os militares integrantes de outras crenças. O capelão vive, na prática, o

intercâmbio com outros grupos religiosos, por isso deve ter prudência e discernimento para vivenciar o ecumenismo e a inter-religiosidade, pois é isto que a Marinha espera dele.

Vale sinalizar o que esta pesquisa não se propôs fazer. Em momento algum houve a intenção de fundamentar juridicamente a prática da capelania naval. Portanto, o texto não foi apologético, mas pastoral. No início, este autor flertava com a possibilidade de se fazer uma pesquisa de campo com os capelães navais que são os protagonistas desta reflexão. Contudo, ao focar a atenção na busca pelas raízes históricas da atuação do capelão naval e diante do imperativo de antecipar a defesa desta dissertação devido à missão rumo à Antártica, tal procedimento tornou-se inviável.

Compreende-se que com as bases históricas lançadas, a missão do capelão naval poderá ser explorada sob diferentes ângulos de análise. Conforme dito na introdução, uma das delimitações desta pesquisa foi pensar a missão do capelão naval sem levar em consideração o que é específico da capelania naval católica. Seria interessante ter um capelão naval ou um pesquisador representante do catolicismo refletindo sobre o assunto. De igual modo, reconhece-se que há muitos conteúdos a partir da criação do Serviço de Assistência Religiosa da Marinha (SARM) que podem ser investigados em outros trabalhos. Também não foi dado enfoque na interdisciplinaridade da atuação do capelão naval com outros saberes humanos, como por exemplo, sua atuação em parceria com a psicologia e a assistência social. Este trabalho percebeu que não seria viável aprofundar estes temas por uma questão de foco e viabilidade temporal. Portanto, ainda há muitos pontos a serem explorados por pesquisas posteriores.

O último capítulo que propõe uma análise pastoral da atuação do capelão naval não é exaustivo. Representa apenas as primeiras linhas de uma reflexão que pretende ser retomada em um estudo de aprofundamento. Reconhece-se que este enfoque pastoral teve um viés prático, conjugando o “ser”, o “saber” e o “fazer” do capelão. Esse assunto também poderá ser abordado sob o ângulo dos pressupostos bíblicos e teológicos.

Em relação à atividade prática de pastoreio, este pesquisador chegou à conclusão que é fundamental que o capelão naval tenha o cuidado pessoal de não ser moldado pelo ambiente a ponto de descaracterizar-se do seu espírito ministerial, tornando-se um ministro sem ministério. Ele precisa conservar-se

íntegro, mesclando civismo e espiritualidade no afã de influenciar pessoas a assumirem padrões de comportamento que estimulem a dignidade humana, o respeito ao outro, a dedicação plena ao compromisso assumido, a sociabilidade agradável e a fé vigorosa. As inserções pastorais dos capelães, sejam eles padres sejam pastores, não podem, em hipótese alguma, atrapalhar o exercício das manobras e treinamentos, nem tão pouco interferir no cotidiano do serviço burocrático, pelo contrário, os capelães devem zelar e influenciar para que tudo transcorra de modo natural e com qualidade. O capelão não atua como um “descaracterizador” de ambientes, mas como um “colaborador” organizacional. Sua presença deve ser estimada pela Força, agindo como um legítimo militar, cumpridor de deveres e entendedor de suas responsabilidades institucionais.

A hierarquia militar e a disciplina que constituem a base das Forças Armadas são vitais para a organização militar, mas podem representar um grande obstáculo para a ação pastoral do capelão, quando desastrosamente geridas por ele. O fato de estar enquadrado na hierarquia militar e ostentar uma patente de oficial pode, a princípio, ser um motivo inibidor para que os praças lhe procurem, porém seu exemplo de amor será a ferramenta responsável por promover a aproximação. É o amor missionário e cristão a força motriz que rompe com qualquer tipo de distanciamento.

Comumente, o trabalho do capelão naval, estimado por muitos, é também depreciado por outros, sendo considerado irrelevante, pois entendem que, ao contrário de outros oficiais que desempenham suas funções na concretude dos navios, armas e máquinas, o capelão naval ocupa-se de uma dimensão imaterial, não patente ou palpável. Deve-se considerar que a Marinha não é composta unicamente por edificações e navios, mas, sobretudo, por seres humanos. O grande bem da Marinha são os marinheiros, isto é, o seu pessoal. Eles precisam ser cuidados e orientados, pois se os militares estiverem espiritualmente enraizados, moralmente abalizados e emocionalmente equilibrados, os navios, máquinas e prédios serão geridos, tripulados e administrados de forma satisfatória e eficaz. A atuação do capelão naval pode ser muito útil na consecução deste objetivo.

A motivação pessoal do capelão constitui um capítulo à parte, dependendo integralmente de sua vida devocional com Deus. Somente assim, permanecerá resoluto no cumprimento de sua missão, sem ceder à tentação de cumprir suas

atividades de modo burocrático e automático, como mera obrigação institucional. Em sua atuação poimênica, o capelão naval precisa comportar-se como um missionário apaixonado por vidas, pois seu amor o levará ao esforço do serviço em prol do semelhante. Sua atividade pastoral não é um exercício para as horas vagas, é o que lhe define enquanto ministro religioso. O amor pastoral é sua grande característica. Quando o coração do capelão naval está cheio do evangelho, o pastoreio é tão inevitável quanto contagiante.

No propósito de cuidar de vidas, o capelão naval acumula diversas responsabilidades, por meio de atividades que são múltiplas e concorrem para o mesmo fim: servir a Deus assistindo e servindo as pessoas. Portanto, a fé e a compaixão são as marcas idiossincráticas de seu ministério militar. A cruz representa a insígnia que simboliza o capelão naval. Além de remeter à pessoa de Cristo e ao seu sacrifício vicário e redentor, possui um significado emblemático, pois na cruz há o encontro da verticalidade com a horizontalidade. Jesus, o Deus encarnado, feito homem, atuou como o sacerdote perfeito reaproximando a humanidade do Criador. De igual modo, a cruz caracteriza o capelão a partir do momento que a fé constitui o vértice que mantém o seu vínculo com o sagrado e, a compaixão o horizonte que lhe conduz ao próximo. Na convergência entre esses dois movimentos está o epicentro de sua ação pastoral.

Torna-se oportuno afirmar que, para este pesquisador, o fato extremamente positivo dos capelães pastores terem sido identificados com o símbolo da cruz, em consonância com os capelães católicos, só foi possível devido à percepção acertada da parte do primeiro capelão pastor da Marinha: Paulo Roberto Muniz Gomes. Ao ser questionado sobre a insígnia que usaria, optou pelo uso da cruz em conformidade com o símbolo já usado pelos capelães católicos. Vale destacar que os capelães protestantes do Exército e da Aeronáutica não utilizam a cruz como insígnia. Para o Quadro de Capelães da Marinha, a cruz de Cristo não une apenas o religioso com Deus em sua verticalidade e com os homens em sua horizontalidade, mas representa também um símbolo de comunhão entre os próprios capelães, por meio de uma koinonia fundamentada na pessoa de Cristo e no evangelho da cruz.

Ainda em relação ao encontro dos madeiros no símbolo da cruz, se o madeiro vertical representa a fé do capelão, o madeiro horizontal simboliza sua compaixão. É nesse encontro que está o núcleo estabilizador do seu ministério. O

capelão deve ser conhecido como um homem de fé e de compaixão. À semelhança de Martinho de Tours, torna-se crucial que o capelão naval demonstre compaixão àqueles que precisam. A Marinha do Brasil espera que seus capelães tenham sensibilidade para acolher aqueles que sofrem, aconselhar os desorientados, confortar os que padeceram perdas, promover a concórdia onde houve discórdia, levantar o moral da tropa, agenciar o diálogo entre os militares, visitar os doentes, assistir os presos e envidar esforços no equacionamento dos problemas que se instalam em torno do militar. O lado militar do capelão não deve ofuscar seu pastoreio, por isto, precisa apresentar-se para a tropa e/ou tripulação como verdadeiro pastor de almas.

O capelão naval deve notar no homem trajado de branco o propósito de seu ministério. Ele relaciona-se com vidas e deve ser movido pelo desejo inabalável de confortar e de servir pessoas. Esta pesquisa conclui reconhecendo que mais importante que a capacidade genial do capelão naval, está sua competência relacional para administrar sentimentos contraproducentes como raiva, inimizade, desmotivação, culpa, depressão, ansiedade, saudade etc. É neste aspecto que a figura do capelão torna-se crucial, não apenas na guerra, mas também nos tempos de paz, pois a função como mediador de conflitos permanece, mostrando-se ainda mais capital no confinamento de bordo, realidade presente exclusivamente no ambiente marinho. Em tempos de paz, não se trata de uma mediação de conflito bélico, mas relacional. A religião e a fé não religam o homem apenas com Deus, mas, sobretudo com o próximo, pois Deus é comunhão e sua presença se manifesta na dimensão comunitária e na sociabilidade entre as pessoas. O Evangelho não é um conteúdo abstrato, mas um saber que se manifesta na concretude da vida, no relacionamento familiar, no exercício do perdão e da compaixão, sentimentos que só podem ser experimentados e desenvolvidos na abertura ao próximo. A capelania naval tem sido o farol que mantém a chama do fogo sagrado acesa, contribuindo para fortalecer o espírito militar de cada marinho.

## 6

### Referências bibliográficas

ABREU, A. F. O P. Manuel da Nóbrega e a evangelização dos indígenas do Brasil (1549-150): contextualização e itinerário biográfico. **Revista Humanística e Teologia**, Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa, tomo XXXIV, fasc. 1, p. 215-262, 2013.

ABREU, G. M. et al. **Marinha do Brasil: uma síntese histórica**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2018.

A CARTA DE PERO VAZ DE CAMINHA. Lisboa: Mar de Letras, 1999. Col. Traços de História.

ADORNO, T. W. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1993.

ALMEIDA, M. C. **Religião na Caserna: o papel do Capelão Militar**. São Paulo, 2006. 107p. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Presbiteriana Mackenzie.

ALVES, G. G. de F. **Manual do Capelão: teoria e prática**. São Paulo: Hagnos, 2017.

ALVES, G. G. de F; SILVA, A. L. da. Princípios Gerais de Capelania e áreas de atuação. In: ALVES, G. G. de F., **Manual do Capelão: teoria e prática**. São Paulo: Hagnos, 2017. p.189-218.

AMORIM, M. A. Frei Henrique de Coimbra: primeiro missionário em Terras de Vera Cruz. **Revista Camões**, n.8, pp.72-85, 2000. Camões Instituto da Cooperação e da Língua de Portugal. Ministério dos Negócios Estrangeiros.

ANCHIETA, P. J. **Cartas Inéditas**. Edição comemorativa do 4º centenário do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1900.

A SENTINELA DA PAZ. **Revista da Arquidiocese Militar do Brasil: Ser Capelão Militar**. Brasília, n.2, Jun/Jul/Ago 1995.

ATÉ O ÚLTIMO HOMEM. Dir. Mel Gibson. Produção: Cross Creek Pictures. Drama, Biografia. Austrália e EUA. 2016. 2h20min.

AZEVEDO, I. B. de (org.). **João Filson Soren: o combatente de Cristo**. Rio de Janeiro: Primeira Igreja Batista do Rio de Janeiro, 1995.

BACELAR, A. S. **Por um Aconselhamento Pastoral Integral a partir do diálogo entre Teologia e demais Ciências Humanas**. Rio de Janeiro. 2018. 235p. Tese de Doutorado em Teologia. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 2018.

BACELLAR, G. H. A Marinha e as Tradições Católicas. **Revista Marítima Brasileira**, Rio de Janeiro, ano LXVI, n.1, 2 e 3, p.139-142, julho, agosto e setembro 1946.

BARP, E. **Memórias de Frei Mário: 50 anos de sacerdócio, 40 anos de capelão militar**. Porto Alegre: EST, 1993.

BASTOS, L. M. Subjetividade e coisificação: um estudo introdutório. **Linhas Críticas**, Brasília, v.13, n.25, p.203-218, jul/dez 2007.

BATES, J. **The Autobiography of Elder Joseph Bates**. Nashville: Southern Publishing Association, 1970.

BINGEMER, M. C. L.; NEUTZLING, I.; MAC DOWELL, J. A. (Orgs.) A globalização e os jesuítas: origens, história e impactos. **Anais** do Seminário Internacional realizado entre 25 e 29 de setembro de 2006 na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, na Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia, BH. 2v. São Paulo: Loyola, 2007.

BLUTEAU, R. **Vocabulário português e latino**. v.2. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712.

BOFF, L. **Saber cuidar: ética do humano - compaixão pela terra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

BOXER, C. R. **O império marítimo português (1415-1825)**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.

BRANCO, M. T. C. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: BibliEx, 1960.

BRASIL. Constituição. 1891. Estabelece uma nova forma de Governo, sob o regime representativo, constituindo por união perpétua e indissolúvel os Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao91.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm)>. Acesso em: 4 mar 2020.

\_\_\_\_\_. Constituição. 1934. Organiza um regime democrático que assegura a Nação a unidade e o bem-estar social e econômico. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 5 mar 2020.

\_\_\_\_\_. Constituição. 1988. Institui um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 7 mar 2020.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 0 de 14/12/1822 / IB - Império do Brasil (D.O.U. 14/12/1822). Concede o soldo de 18\$000 por mês ao Capelão da Fragata União, Frei Bernardo Borges, ainda mesmo desembarcado.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 0 de 07/08/1824 / IB - Império do Brasil (D.O.U. 07/08/1824). Cria o lugar de Capelão-mor do Exército.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 0 de 07/07/1825 / IB - Império do Brasil (D.O.U. 07/07/1825). Regula as funções e atribuições do Capelão-mor do Exército.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 0 de 10/02/1827 / IB - Império do Brasil (D.O.U. 10/02/1827). Cria um Capelão no Arsenal de Marinha da Bahia.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 2.003, de 24 de Outubro de 1857. Cria duas Companhias de Aprendizes Marinheiros, uma em Santa Catarina e outra em Pernambuco.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 6.535, de 26 de maio de 1944. Cria o Serviço de Assistência Religiosa junto às forças em operações de guerra.

\_\_\_\_\_. Decreto nº849, de 35 de junho de 1993. Promulga os novos protocolos adicionados a Convenção de Genebra.

\_\_\_\_\_. SANTA SÉ. *Inter Apostolicam Sedem et Brasiliensem Republicam Foederatam de Sprituali Militum Cora*. Acordo entre a Santa Sé e a República Federativa do Brasil sobre Assistência Religiosa às Forças Armadas. Brasília, 03 de outubro de 1989. Disponível em: <[https://www.vatican.va/roman\\_curia/secretariat\\_state/archivio/documents/rc\\_seg-st\\_19891023\\_santa-sede-brasile\\_po.html](https://www.vatican.va/roman_curia/secretariat_state/archivio/documents/rc_seg-st_19891023_santa-sede-brasile_po.html)>. Acesso em 06 mar 2020.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.923, de 29 de junho de 1981. Dispõe sobre o Serviço de Assistência Religiosa nas Forças Armadas.

\_\_\_\_\_. Ministério da Marinha. Relatório do Anno de 1868 apresentado a Assembleia Geral Legislativa na 1ª Sessão da 14ª Legislatura. Publicado em 1896. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>>. Acesso em: 3 mar 2020.

\_\_\_\_\_. Portaria Ministerial n.0653, de 27 de julho de 1988. Institui o Dia do Capelão Naval tendo como Patrono do Serviço de Assistência Religiosa da Marinha o Capitão de Corveta (CN) Redomark Fernandes de Souza – Dom Carlos, O.S.B.

BRITO, B. G. de (org). **História Trágico-Marítima**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

BRITO, Pe. **Eu fui Capelão da FEB**. Santa Maria: Juventus, 1947.

CAPELAS NAVAIS. Rio de Janeiro: Laboratório de Ideias, 2013.

CASAL, M. A. **Corografia Bazílica ou Relação Historico-Geografica do Reino do Brazil**. Tom. I. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1817.

CERQUEIRA, E. C. D. **Reminiscências da campanha do Paraguai: 1865-1870**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1929.

COLEÇÃO DA LEGISLAÇÃO PORTUGUESA. Legislação de 1802 a 1810. Lisboa: Typografia Maignense. 1826.

CONVENÇÃO DE GENEBRA. Adotada a 12 de Agosto de 1949 pela Conferência Diplomática destinada a Elaborar as Convenções Internacionais para a Proteção das Vítimas da Guerra, que reuniu em Genebra de 21 de Abril a 12 de Agosto de 1949. Entrada em vigor na ordem internacional: 21 de Outubro de 1950.

COLLINS, G. R. **Aconselhamento cristão**. São Paulo: Vida Nova, 1995.

COSTA LOBO, A. de S. **Memórias de um Soldado da Índia**. Compiladas de um manuscrito português no Museu Britânico. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1877.

CRIVELARI, U. N. **A importância do profissional “Capelão”**: força vital na consolidação do Exército Brasileiro. São Paulo, 2009. 105p. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Universidade Presbiteriana Mackenzie.

DELUMEAU, J. **História do Medo no Ocidente: 1300-1800, uma cidade sitiada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.



DIAS, J. A. A Companhia de Aprendiz de Marinheiro do Rio de Janeiro: processo histórico e político de construção da Esperança da Armada Imperial. **Anais... XXVIII Simpósio Nacional de História**. Julho de 2015. Florianópolis, Santa Catarina.

DINIZ, L. C. C. A Assistência Religiosa na Marinha. **Revista Sociedade Amigos da Marinha de Campinas**, Boletim n.85, mar 2017.

DIONIZIO, A; SANTOS, I. **Ministério de Capelania Militar: História, fundamentos e atuação da Igreja**. Campo Grande: Néteser, 2019.

DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA. **Introdução à história marítima brasileira**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 2006.

DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA. **Guia Prático do Capelão Naval**. Rio de Janeiro, 1988.

DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA. **Normas sobre o Serviço de Assistência Religiosa da Marinha**. 4ºRev. Rio de Janeiro, 2018.

DIRETORIA-GERAL DE PESSOAL DA MARINHA. **Normas sobre o Serviço de Assistência Integrada na Marinha do Brasil**. 6ºRev. Rio de Janeiro, 2014.

DOURADO, M. T. G. **A História esquecida da Guerra do Paraguai: fome, doenças e penalidades**. São Paulo, 2010. 122p. Dissertação de Mestrado em História. Universidade de São Paulo.

FERNÁNDEZ-TURÉGANO, C. P. **El Cuerpo de Capellanes de Marina en el siglo XVIII: Ordenación legal y consolidación**. p.161-209. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/3850299.pdf>. Acesso em: 4 nov 2019.

FRAGOSO, A. T. **História da Guerra entre a tríplice aliança e o Paraguai**. v.3. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1957/1958.

FRANCISCO, PP. **Exortação apostólica *Evangelii Gaudium***. A alegria do evangelho. Sobre o anúncio do evangelho no mundo atual. Brasília: CNBB, 2013.

GIRALDI, L. A. **História da Bíblia no Brasil**. 2ed. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2008.

GOFFMAN, E. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva S.A., 1974.

GOMES, L. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a História de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta, 2007.

GUIMARÃES, J. A. G. **Nomes femininos dos veleiros da Frota Mercantil do Porto no Período Constitucional**. Universidade Portucalense Infante D. Henrique e Solar dos Condes de Resende, Vila Nova de Gaia. Artigo. p.317-330. Disponível em: <<https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/4862.pdf>> Acesso em: 12 set 2019.

HALE, R. A. **Professional Naval Chaplaincy: The ministry of the Navy Chaplain in a U.S. Navy Bureau of Medicine and Surgery Hospital**. Okinawa. 2013. 198p. A Project Proposal in partial fulfillment of the requirements for the degree Doctor Ministres. Liberty Theological Seminary.

HALPERN, E. E; LEITE, L. M. C. Tradições e punições: a cachaça do marujo e o uísque do comandante. **Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v.8, n.2, p.357-388, . abr/mai/jun 2015.

HUTTER, L. M. **Navegação nos séculos XVII e XVIII rumo: Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

JEHA, S. C. **A Galera Heterogênea: Naturalidade, trajetória e cultura dos recrutas e marinheiros da Armada Nacional e Imperial, c.1822-c. 1854**. Tese de Doutorado em História. PUC-Rj, 2011.

JOÃO PAULO II, PP. Carta Encíclica *Fides et Ratio*. Roma, 1998.

KELLER, T. **O Deus Pródigo: Descubra a essência da fé cristã na parábola mais tocante de Jesus**. Rio de Janeiro: Tomas Nelson Brasil, 2010.

KELLETT, A. **Motivação para o combate**. Rio de Janeiro: BibliEx, 1987.

KOENIG, H. **Is Religion Good for you Health? The Effects of Religion on Physical and Mental Health**. New York: The Haworth Pastoral Press, 1997.

KOWALIK, A. **Assistência Religiosa nas Forças Armadas**. p.1-15. Disponível em: <<https://issuu.com/adamkow/docs/ass.rel.nas.for.armadas>>. Acesso em 25 jan. 2020.

LACERDA, J. L. dos S. Perfil do Capelão. In: ALVES, G. G. de F. **Manual do Capelão: teoria e prática**. São Paulo: Hagnos, 2017. p.219-230

LARA, S. H. **Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa**. Madrid: Mapfré, 2000.

LAVAL, F. P. de. **Viagem de Francisco Pyrard de Laval**. v. 1 e 2. Porto: Livraria Civilização, 1944.

LEONARD; É. O protestantismo brasileiro: estudo de eclesiologia e história social. **Revista de História**, v.2, n.5, Universidade de São Paulo, p.105-157, 1951.

LIMA, R. de C. **Apostolado heroico: a atuação do Serviço de Assistência Religiosa do Exército Brasileiro, no teatro de Operações da Itália, no período de 1944 a 1945**. Rio de Janeiro. 2005. 95p. Monografia de Graduação em História. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

\_\_\_\_\_. R. de C. A atuação da assistência religiosa militar como vetor facilitador nas operações de paz. In: HOLLANDA, C. B. de; RAFFAELI, J. S (orgs). **Anais... XV Simpósio de História Comparada**. Rio de Janeiro: PPGHC, 2014.

\_\_\_\_\_. R. de C. **Fé na missão: História comparada do capelionato brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro, 2016. 105p. Dissertação em História Comparada. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

LOPES, A; FRUTUOSO, E. **A vida a bordo nas naus da carreira da Índia**. 2003. Disponível em: <[https://alvarovelho.net/images/patrono/Viver\\_no\\_mar.pdf](https://alvarovelho.net/images/patrono/Viver_no_mar.pdf)>. Acesso em: 12 set 2019.

LOPES, E; LOPES, N; DEUS, P. G. **Fundamentos da teologia pastoral**. São Paulo: Mundo Cristão, 2011.

LOPES, H. D. **De Pastor a Pastor: princípios para ser um pastor segundo o coração de Deus.** São Paulo: Hagnos, 2008.

MACEDO, J. C. Capelania militar evangélica e sua importância para o CBERJ. **Revista Heróis do Fogo**, n.16, ano 4, Edição Nacional, 1994.

MACARTHUR, Jr. J. **Redescobrimo o Ministério Pastoral.** Rio de Janeiro: CPAD, 1998.

MANNOIA, K. W. **O fator integridade: a força do caráter no desenvolvimento da liderança.** São Paulo: Mundo Cristão, 2009.

MANUAL DE ÉTICA PARA AS FORÇAS MILITARES E DE POLÍCIA. Santa Fé de Bogotá: Conselho Episcopal Latino Americano, Secretariado da Pastoral Castrense, 1999.

MARCUSSI, A. A. O dever catequético: a evangelização dos escravos em Luanda nos séculos XVII e XVIII. **Revista 7 mares**. n.2, p. 64-79, Abril de 2013. Disponível em: <<https://www.historia.uff.br/7mares/wp-content/uploads/artigos/v01n02a06.pdf>>. Acesso em: 10 jan 2020.

MARIZ, V. **Villegagnon: herói ou vilão?** Artigo. p.51-75. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/his/v27n1/a05v27n1.pdf>>. Acesso em: 25 jan 2020.

MAYHUE, R. L. **The Healing Promise.** Eugene: Harvest House Publishers, 1994.

MATTOS, R. J. da C. **Repertório da Legislação Militar.** Tomo I. Disponível em: <<https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/227322>>. Acesso em: 28 set 2019.

MAXWELL, J. C. **O livro de ouro da liderança.** Rio de Janeiro: Thomas Nelson Brasil, 2011.

MELLO, W. P. de. **O Capelão Militar: o interlocutor entre a Religião e a Guerra.** Goiânia, 2011. 127p. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião. Pontifícia Universidade Católica de Goiás.

MENDONÇA, F. M. de S. F. de. **Repertório Geral ou Índice Alfabético das Leis do Império do Brasil.** Tomo Primeiro. Rio de Janeiro: Livraria Universal dos Editores Eduardo e Henrique Laemmert, 1847.

MICELI, P. C. **O ponto onde estamos: viagens e viajantes na história da expansão e da conquista (Portugal, séculos XV e XVI).** 2.ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1997.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.** vol LX. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Ministério da Educação, 1938.

\_\_\_\_\_. Secretaria de Educação Básica. **A importância do Mar na História do Brasil.** v.13. Brasília, 2006. Coleção Explorando o Ensino.

MINISTÉRIO DE DEFENSA. Instituto de Historia y Cultura Naval Armada Española. **Revista de Historia naval.** Año XXIX. n.115. Madrid: Servicio de Publicaciones de la Armada. 4º trim. 2011.

MIRA CABALLOS, E. La vida y la muerte a bordo de un navio del siglo XVI: algunos aportes. **Revista de Historia Naval.** Madrid: Instituto de Historia y

Cultura Naval, año 2010, Año nº 28, n.108. p.39-57. Disponível em: <[http://bibliotecavirtualdefensa.es/BVMDefensa/i18n/catalogo\\_imagenes/grupo.cmd?path=75227](http://bibliotecavirtualdefensa.es/BVMDefensa/i18n/catalogo_imagenes/grupo.cmd?path=75227)>. Acesso em: 5 out 2019.

MORAES, J. B. M. de. **Memórias: A FEB pelo seu comandante**. São Paulo: Instituto Progresso, 1947.

MOTTA, A. de M. **História Oral do Exército Brasileiro na Segunda Guerra Mundial**. Rio de Janeiro: BibliEx, 2001.

MOTTIN, A. J. S. **De Maróstica a Garibaldi**. 2.ed. Porto Alegre: Edipucrs e Livraria Editora Acadêmica, 1990.

MUÑOZ, M. G. **La vida religiosa de los mareantes: devociones y prácticas**. Madrid: Ministerio de Defensa/Instituto de Historia y Cultura Naval, 2004.

MUZIO, R. **O DNA da liderança cristã**. São Paulo: Mundo Cristão, 2007.

NETO, A. H. **A religião no exército brasileiro: memória e plausibilidade na identidade dos soldados da FEB a partir da experiência de guerra**. Juiz de Fora, 2011. 136 f. Universidade Federal de Juiz de Fora.

NETO, H. F. **Independência e Morte: Política e Guerra na Emancipação do Brasil (1821-1823)**. Brasília, 2015. 651p. Tese de Doutorado em História. Universidade de Brasília.

NOGUEIRA, D. S. A. et al. **A Marinha na Amazônia Ocidental**. Brasília: Centro de Comunicação Social da Marinha, [s.d.]. Disponível em: <<http://www.redebim.dphdm.mar.mil.br/vinculos/000010/000010ad.pdf>>. Acesso em: 4 fev 2020.

OLIVAL, F. **Ordens Militares: Guerra, Religião, Poder e Cultura. Actas... III Encontro sobre Ordens Militares. v. II**. Lisboa: Colibri / C. M. Palmela, 1999.

\_\_\_\_\_. MONTEIRO, N. G. Mobilidade Social nas carreiras eclesiásticas em Portugal: 1500-1820. **Análise Social**, Lisboa, v.37, n.165, p.1213-1239, 2003.

ORDENANZAS GENERALES DE LA ARMADA NAVAL. Parte Primeira. Sobre la Governacion Militar y Marinera de la Armada em General, y uso de sus fuerzas en el mar. Tomo I. Madrid: en la imprenta de la viuda de Don Joachin Ibarra. Disponível em: <http://www.armada.mde.es/archivo/cesia/2-Historia/ordenanzasgeneralesarmada.pdf>. Acesso em: 4 out 2019.

OURO PRETO, V. **A marinha D'outrora: subsídios para a história**. Rio de Janeiro: Typographia Mont Alverne, 1894.

PAGET, N. K; NCCORMACK, J. R. **The work of the Chaplain**. Vale Forge: Judson Press, 2006.

PAIXÃO E DORES, Frei M. M. da. **Diário do Capelão da esquadra de Lord Cochrane**. Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Serviço Gráfica do Ministério da Educação, 1938.

PALHARES, G. **Frei Orlando: o capelão que não voltou**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2013.

PANASIEWICZ, R. Categorização de experiências transcendentais: uma leitura da religiosidade, da fé e da religião. **Pistis & Praxis, Teologia Pastoral**, Curitiba, v.5, n.2, p.587-611, jul/dez 2013.

PEREIRA, L. C. **A interface entre o aconselhamento psicológico e o aconselhamento espiritual**. São Paulo, 2009. 172p. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

PERÉZ-MALLAÍNA, P. E. **Los hombres del oceano**. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1992.

PILLAR, O. **Os Patronos das Forças Armadas**. Rio de Janeiro: BibliEx, 1981.

POMBAL, C. M. **Logoterapia e capelania hospitalar: suporte científico e assistência religiosa**. Rio de Janeiro: Escola Superior de Comando de Bombeiro Militar, 2010.

PUBLICAÇÕES DA ACADEMIA BRASILEIRA. **Cartas Avulsas: 1550-1568**. Rio de Janeiro: Officina Industrial Graphica, 1931.

REBOUÇAS, F. A. de M. **A relevância do Serviço de Assistência Religiosa no CBMDF**. Brasília, 2011. 121p. Monografia para o Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais. Centro de Estudos de Política, Estratégia e Doutrina.

REDIKER, M. **Between the devil and the deep blue sea: Merchant Seamen, Pirates, and the Anglo-American Maritime World (1700-1750)**. Nova York: Cambridge University Press, 1989.

REGIMENTO PROVISIONAL PARA O SERVIÇO E DISCIPLINA DAS ESQUADRAS E NAVIOS DA ARMADA REAL. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1825. Disponível em: < <https://doi.org/10.11606/d.3.2012.tde-16072013-170407>>. Acesso em: 12 set 2019.

REPORTAGEM COM O CAPELÃO JUVENAL. **A Voz Missionária**. A Revista da mulher e da família. São Bernardo do Campo, ano 65; n.4, IV trimestre, p.12-14, 1995.

RIBEIRO, B. **Protestantismo no Brasil Monárquico, 1822-1888: aspectos culturais de aceitação do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1973.

RIBEIRO, L. M. **Marinha do Brasil: protegendo nossas riquezas, cuidando de nossa gente**. Rio de Janeiro: Action, 2017.

ROCHA, J. N. da; CORDEIRO, M. **Apresto e sucessos das Armadas da Índia: 1590-1607**. Lisboa, 2016. p.103. Dissertação para o grau de Mestre em História Marítima. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras.

ROCHA, M. C. **Diário da Campanha Naval do Paraguai: 1866**. Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da Marinha, 1999.

RODRIGUES, J. Aspectos da religiosidade popular na cultura marítima do Atlântico, séculos XVI ao XX. **Estudos Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v.45, n.2, p.134-148, mai-ago 2019.

\_\_\_\_\_. J. Capelães na marinha mercante portuguesa: engajamento e perfis profissionais. **Revista de Índias**, v.LXXIX. n.276, p.399-431, 2019.

\_\_\_\_\_. J. Cultura Marítima: marinheiros e escravos no tráfico negreiro para o Brasil (sécs XVIII e XIX). **Revista Brasileira de História**. 1999. São Paulo, v. 19, nº 38, pp. 15-53.

\_\_\_\_\_. J. Deus é o dono do navio: religiosidades marítimas no Atlântico moderno. **Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura**, v.46, n.2, p.295-316, Julho, 2019.

\_\_\_\_\_. J. Família e clero em Portugal. In: FRANCO, Juan Hernández; CUNHA, Mafalda Soares da (eds.). **Sociedade, Família e Poder na Península Ibérica**. Elementos para uma História Comparativa parada. Lisboa: Colibri/Cidehus, Universidade de Évora/Universidad de Murcia, 2010. p.103-127.

\_\_\_\_\_. J. Embarca agora a primeira vez: marinheiros na rota Lisboa-Rio de Janeiro nos séculos XVIII e XIX. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, n.9, p.15-29, 2015.

\_\_\_\_\_. J. Marítimo de Profissão: as matrículas de marinheiros e a história marítima de Portugal e seus domínios nos séculos XVIII e XIX. **Almanack**, Guarulhos, n. 21, p.14-38, abr 2019.

SÁ, D. S.; ORGADO, G. T. M. (orgs.). **A balada do velho marinheiro: multilíngüe**. Dados eletrônicos. Florianópolis: CCE/UFSC, 2018.

SANTOS, W.L.B. dos. **“Desde a tenra idade” ao serviço da Armada Imperial: o recrutamento de crianças e jovens para as Companhias de Aprendizagem-Marinheiros nas províncias de Santa Catarina e Pernambuco (1857-1865)**. p.1-13. **Anais... XXIX Simpósio Nacional de História**. Disponível em: <[https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1490626275\\_ARQUIVO\\_WagnerLuizBueno.pdf](https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1490626275_ARQUIVO_WagnerLuizBueno.pdf)>. Acesso em: 15 fev 2020.

SCHIRMER, P. **Das Virtudes Militares**. Rio de Janeiro: BibliEx, 1987.

SCHNEIDER, L. **A Guerra da Tríplice Aliança contra o Governo da República do Paraguay (1864-1870)**. v.2. Rio de Janeiro: Typographia Americana, 1876.

SCHNEIDER, J. E. **Vivência de um ex-capelão da FEB**. 2.ed. Curitiba: Rosário, 1983.

SGANZELA, A. **A história do Frei Mariano de Bagnaia: o missionário do pantanal**. Campo Grande: FUCMT, 1992.

SILVA, A. L. Fundamento histórico da capelania. In: ALVES, G. G. de F. (org). **Manual do Capelão: teoria e prática**. São Paulo: Hagnos, 2017. p.61-92.

SILVA, D. R. P. **A Importância do Apoio Psicológico e Religioso para o Bom Relacionamento a Bordo dos Navios Mercantes: o Papel do Líder**. Rio de Janeiro, 2013. 29p. Monografia para o Curso de Bacharel em Ciências Náuticas. Centro de Instrução Almirante Graça Aranha.

SILVA, E. A. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: BibliEx, 1985.

SILVA, E. V. da. **A poimênica em Jesus como paradigma para uma nova abordagem da poimênica da teologia e na vida cristã**. São Leopoldo, 2018. 117p. Dissertação de Mestrado em Teologia. Faculdade EST.

SILVA, I. F. **Diccionario Bibliographico Portuguez**. Tomo Primeiro. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1955.

SILVA, J. L. R. **Recordações da Campanha do Paraguay**. São Paulo: Companhia Melhoramentos de São Paulo [s/d].

SILVA, J. M. **Raízes do conservadorismo brasileiro: a abolição na imprensa e no imaginário social.** Porto Alegre: Civilização Brasileira, 2017.

SILVA, T. R. Navegando com Cristo: as capelanias navais do Império Marítimo Português Quinhentista. In: **Revista Brasileira de História das Religiões**, Maringá, v.III, n.9, jan 2011. Disponível em: <<http://www.dhi.uem.br/gtreligiao/pub.html>>. Acesso em: 7 mar 2020.

SILVEIRA, J. X. da. **Cruzes brancas: Diário de um pracinha.** Rio de Janeiro: BibliEx, 1963.

SOUSA, J. J. C. P. **Esboço de hum Diccionario Juridico, Theoretico, e Practico, Remissivo Ás Leis compiladas, e extravagantes.** Obra Posthuma. Tomo Primeiro. Lisboa: Typographia Rollandiana, 1825.

SOUZA, I. P. de. **Capelania hospitalar evangélica: um meio de reelaboração do sofrimento.** São Paulo, 2006. 127p. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

SOUZA, J. B. A. Virgem Mestiça: devoção à Nossa Senhora na colonização do Novo Mundo. **Tempo**, Universidade Federal Fluminense, v.6, n.11, p.77-92, jul 2011.

SOUZA, L. de M. **Os desclassificados do ouro.** A pobreza mineira do século XVIII. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 2004.

SOUZA, L. M. **O Diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil Colonial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, M. F. **A Igreja e o Estado: uma análise da separação da Igreja Católica do Estado Brasileiro na Constituição de 1891.** São Paulo, 2007. 212p. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

SQUINELO, A. P; MARIN, J. R. Pela salvação das almas: a presença dos religiosos nos campos de batalha da Guerra do Paraguai. **Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v.7, n.1, p.183-211, abr 2014.

STROPPA, A; MOREIRA A. Religiosidade e Saúde. In: SALGADO, M. I; FREIRE, G. (Orgs). **Saúde e Espiritualidade.** v.I. Belo Horizonte: INEDE, 2008.

SUGDEN, H. F; WIERSBE, W.W. **When Pastors Wonder How.** Chicago: Moody, 1973.

SZENTMÁRTONI, M. **Caminhar juntos, Psicologia pastoral.** São Paulo: Loyola, 2006.

TREVIZAN, M. B. **Os Capelães Militares na Guerra do Paraguay: 1864-1870. Anais...** XI Encontro de História de Mato Grosso do Sul (ANPUH): História e diversidade: ensino e pesquisa nas fronteiras. UCDB: Campo Grande-MS: 1 a 5 de outubro de 2012, p.1-12.

TREVISOL, J. **Labirintos da alma: um jeito humano de olhar para o mistério de si mesmo.** Petrópolis, Vozes, 2019.

UBIRATAN, N. C. **A Importância do profissional “Capelão”:** Força vital na consolidação do exército brasileiro. São Paulo. 2008. 105p. Dissertação de Mestrado em Ciências da Religião, Universidade Presbiteriana Mackenzie.

UZÊDA, O. G. **Crônicas de Guerra.** Alagoas: Imprensa Oficial, 1947.

VASSÃO, E. **No leito da enfermidade**. 7.ed. São Paulo: Cultura Cristã, 2015.

VIANNA, H. **Estudos de História Colonial**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1948.

ZANCHI, G; PERSICO, A. A. **Io amo L'Italia**: esperienza militare di un papa. Studi e documenti. Vaticano: Libreria Editrice Vaticana; 2017.